



Universidade de Aveiro

2021

**NELSON JOSÉ
RICARDO TRINDADE**

**AS RELAÇÕES BILATERAIS SINO-JAPONESAS
NOS MANDATOS DE SHINZO ABE E DE XI JINPING
(2013-2020)**



Universidade de Aveiro
2021

**NELSON JOSÉ
RICARDO TRINDADE**

**AS RELAÇÕES BILATERAIS SINO-JAPONESAS NOS
MANDATOS DE SHINZO ABE E DE XI JINPING (2013-
2020)**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizada sob a orientação científica do Doutor Jorge Manuel Tavares da Silva, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha família pelo apoio incondicional ao longo do mestrado

o júri

presidente

Professor Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
Professor Associado da Universidade de Aveiro

Vogal - Arguente Principal

Doutor Paulo Afonso Brardo Duarte
Professor Auxiliar Convidado, Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão

Vogal - Orientador

Prof. Doutor Jorge Tavares da Silva
Professor Auxiliar Convidado da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Desejo expressar os meus agradecimentos à minha família pelo apoio incondicional que prestaram ao longo de todo o período do mestrado e pelo constante encorajamento em prosseguir o investimento na minha educação.

A todos os docentes da Universidade de Aveiro pelos conhecimentos que me transmitiram durante o meu período de estudo neste estabelecimento educativo.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Jorge Manuel Tavares da Silva, pelo conhecimento com que me ajudou a construir este trabalho e pelos seus esforços em levar esta dissertação a bom porto.

Aos meus amigos que foram uma presença positiva e uma fonte constante de apoio.

palavras-chave

Japão, China, Ásia, Política Externa, Relações Internacionais, Diplomacia, Comércio, Economia, Segurança e Defesa.

resumo

A presente dissertação incide sobre a evolução das relações políticas sino-japonesas num espaço temporal entre 2013 e 2020, no período em que Xi Jinping e Shinzo Abe governaram os seus respetivos países. A ascensão da República Popular da China (RPC) no domínio geopolítico, em particular a sua capacidade de influência no enquadramento regional, encontra um importante desafio no relacionamento com o Japão, um país com reconhecido poderio económico e presença diplomática na arquitetura regional do pós-Guerra. Num período em que ambos os países são governados por administrações com uma conduta ativa na política externa, esta dissertação pretende estudar de que forma ambos os executivos trataram a relação bilateral que envolve dois atores de considerável peso geopolítico e económico no palco global, e, entre as quais se mantêm volumosas trocas comerciais. O foco deste trabalho centra-se na identificação dos fatores que definem as tendências de aproximação ou afastamento nas relações entre a China e o Japão nos domínios da diplomacia, cooperação económica e segurança e defesa. A presente dissertação irá avaliar de que maneira as administrações responderam a esses fatores e contribuíram para a melhoria, estagnação ou degradação das relações bilaterais.

keywords

Japan, China, Asia, Foreign Policy, International Relations, Diplomacy, Trade, Economy, Security, Defense.

abstract

This dissertation focuses on the evolution of China-Japan relations between 2013 and 2020, during a period in which Xi Jinping and Shinzo Abe governed their respective countries. The rise of the People's Republic of China in the geopolitical domain, in particular its capacity to influence the regional framework, faces an important challenge in the relationship with Japan, a country with renowned economic power and diplomatic presence in the post-war regional architecture. In a period in which both countries are governed by administrations with an active role in the world stage, this dissertation intends to study how both governments dealt with the bilateral relationship that involves two actors of considerable geopolitical and economic weight on the global stage, and, between which voluminous commercial exchanges are maintained. The focus of this paper is to identify the factors that define the trend towards closer or further distance in China-Japan relations in the fields of diplomacy, economic cooperation, and security and defense. This dissertation will assess how administrations responded to these factors and contributed to the improvement, stagnation or degradation of bilateral relations.

Siglas e Acrónimos

ADB - Asian Development Bank

ADIZ - Air Defense Identification Zone

AIIB - Asian Infrastructure Investment Bank

APEC - Asian-Pacific Economic Cooperation

ASEAN - Association of Southeast Asian Nations

ASEAN+3 - Association of Southeast Asian Nations + 3 (República Popular da China, República da Coreia e Japão)

CICA - Conference on Interaction & Confidence Building Measures in Asia

COP21 - Conferência das Partes

ELP - Exército de Libertação Popular

EUA - Estados Unidos da América

FMPRC - Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China

FOIP - Free and Open Indo-Pacific

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATT - General Agreement of Tariffs and Trade

G7 - Plataforma de diálogo e cooperação entre os 7 países mais industrializados do mundo, mais a Rússia.

G20 - Plataforma de diálogo e cooperação entre 20 países

GSDF - Ground Self-Defense Forces

JETRO - Japan External Trade Organization

JSDF - Japanese Self-Defense Forces

ICR - Iniciativa Cinturão e Rota

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

LTTA - Long Term Trade Agreement

MOFA - Ministry of Foreign Affairs (Japão)

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OCS - Organização para a Cooperação de Shanghai

ODA - Official Development Aid

OMC - Organização Mundial de Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PCC - Partido Comunista Chinês

PDJ - Partido Democrata Japonês

PLARF - People's Liberation Army Rocket Service

PLD - Partido Liberal Democrata

Quad - Quadrilateral Security Dialogue

RMB - Renminbi

RPC - República Popular da China

TPP - Trans-Pacific Partnership

SAF - Second Artillery Force

UE - União Europeia

UNCLO - United Nations Convention on the Law of the Sea

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Introdução	1
Metodologia... ..	2
Estado da Arte.....	3
Enquadramento Teórico	6
Estrutura da dissertação	12

PARTE I

1. O quadro histórico das relações sino-japonesas.....	15
2. Dinâmicas gerais das relações bilaterais sino-japonesas.....	32
2.1. As dinâmicas políticas.....	32
2.2. As dinâmicas da economia.....	35
2.3. As dinâmicas de segurança.....	36

PARTE II

3. O novo contexto político da era de Xi Jinping e Shinzō Abe	38
3.1. Xi Jinping: Origens e ideias base do Centro da Quinta Geração de líderes... ..	38
3.1.1. Origens	38
3.1.2. A verve conservadora de Xi.....	40
3.1.3. O Sonho Chinês e o Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa	41
3.1.4. A marca política de Xi Jinping.....	43
3.1.5. Linhas orientadoras da política interna.....	43
3.1.6. Linhas orientadoras da política externa.....	46
2.2 Shinzo Abe: Origens e ideias base na busca de uma nova doutrina... ..	53
2.2.1. Origens	53
2.2.2. Velhos desafios e novas ameaças.....	55
2.2.3. A marca política de Shinzo Abe.....	55
2.2.4. Linhas orientadoras da política interna.....	55
2.2.5. Linhas orientadoras da política externa.....	56

PARTE III

4. A nova diplomacia sino-japonesa.....	65
4.1. Os diálogos políticos.....	65
4.2. A cooperação económica.....	74
4.3. Segurança e Defesa	80
Conclusão.....	86
Referências	90
Outras Referências.....	94

Anexos

Anexo 1.....	103
Anexo 2.....	105
Anexo 3.....	107
Anexo 4.....	110
Anexo 5.....	111
Anexo 6.....	114
Anexo 7.....	115
Anexo 8.....	119
Anexo 9.....	120
Anexo 10.....	121

Introdução

A China e o Japão são dois estados no palco global de importante dimensão. A China é a 2ª maior economia mundial e o Japão situa-se na terceira posição (IMF 2020). A China e o Japão têm das mais poderosas forças armadas do mundo, tendo a China um número de efetivos total equivalente a 3,35 milhões, 3260 ativos da força aérea, 43659 ativos de “forças terrestres” (artilharia, tanques, lança-mísseis) e 777 ativos navais (Globalfirepower, 2021). O Japão conta nas suas Forças de Auto-Defesa com um número de efetivos total equivalente a 317 mil, 1480 ativos da força aérea, 7297 ativos de “forças terrestres” (artilharia, tanques, lança-mísseis), 155 ativos navais (Globalfirepower, 2021).

Atualmente, o comércio bilateral entre os dois países configura-se nos 330 mil milhões de dólares (customs.go.jp, 2019), um patamar do qual nunca mais recuou desde o período de Hu Jintao, registando-se apenas uma diminuição com as reações às crises diplomáticas que envolveram os dois países, nomeadamente, a nacionalização das Senkaku/Diaoyu¹ em 2012 (ver Anexo 1).

O estudo das relações bilaterais sino-japonesas prende-se de particular interesse no momento atual porque é um objeto de estudo que nos permite descrever e analisar a conduta a política externa de ambos os estados perante o outro, num enquadramento em que o volumoso comércio e a manutenção de um diálogo diplomático oficial é acompanhado por ressentimentos históricos e atitudes diversas quanto ao *status-quo* geopolítico da Ásia-Pacífico.

A política externa da China perante um Japão que não se inibe de o desafiar nas suas movimentações no campo internacional e o modo como o Japão assume uma postura ativa e, até mesmo liderante, na defesa do sistema de alianças pós-Guerra são dois fenómenos que merecem a atenção e posterior análise de modo a podermos enquadrar a forma como dois importantes agentes agem perante um desafio estrutural à posição que ocupam e querem ocupar no futuro.

Desde a 1ª Guerra Sino-Japonesa em 1894-1895, passando pelos eventos na 2ª Guerra Sino-Japonesa, até à inexistência de relações diplomáticas durante o período da Guerra Fria e subsequente normalização de relações em 1972, a China e o Japão têm razões para manter um relacionamento ambíguo, com laços concretos de aproximação acompanhados pela desconfiança mútua.

A subida ao poder de Shinzo Abe² para o seu segundo mandato como primeiro-ministro japonês em 2012 e de Xi Jinping³ como presidente da RPC em 2013 inicia uma nova era para os respetivos países que lideram e para as relações bilaterais.

¹ O arquipélago das Senkaku/Diaoyu são um conjunto de três ilhéus e cinco rochedos no Mar da China Oriental reclamados tanto pela RPC, Taiwan e o Japão.

² Politico conservador japonês, membro do grupo nacionalista Nippon Kaigi, antigo primeiro ministro do Japão de 2006-2007 e de 2012 a 2020.

³ Presidente da China desde 2013, secretário-geral do PCC desde 2012, figura proeminente da 5ª geração de dirigentes do PCC.

A postura mais afirmativa que ambos os líderes incutem na sua governação e na política externa abrirá novas janelas de oportunidade para aprofundar a relação em termos da cooperação económica e institucional, mas também tocará em pontos de conflito que poderão colocar em causa os progressos realizados até aos dias de hoje.

As trocas comerciais têm sido o fiel da balança nas suas relações bilaterais. A Reforma e Abertura⁴ trazida por Deng Xiaopeng abriu um ponto de encontro em que os dois países puderam levar a cabo um alto nível de cooperação e aproximação, não apenas ao nível do setor privado, mas também na diplomacia económica e financeira dos dois países.

O peso do comércio e a presença constante do tema nas reuniões de líderes atestam a importância deste vetor como um fator valorizado nas relações bilaterais, merecedor de uma atenção próxima e postura proativa pela parte das duas administrações de modo a cimentar os fatores de cooperação já existentes e criar novas formas de a aprofundar.

A diplomacia e as relações políticas são o vetor de maior volatilidade entre a China e o Japão. A frequência das missões diplomáticas, reuniões de líderes e encontros em plataformas multilaterais são indicadores de avaliação da vontade de aproximação ou afastamento das administrações governamentais.

Apesar dos diálogos políticos serem um elemento das relações bilaterais onde mais facilmente se manifestam os diferentes estados de alma do relacionamento entre os dois países, eles não são um fator que provoque efeitos demasiado graves no capítulo da economia e da defesa.

A análise do número de missões diplomáticas, o estudo dos seus vários tipos e a extensão com que cada uma se debruçava sobre os assuntos pertinentes são também um indicador do estado das relações bilaterais sino-japonesas.

A defesa e a segurança não têm sido elementos de importância cimeira nas relações entre os dois países, dado o foco dado ao domínio económico e político desde a normalização de 1972. O legado das guerras no século XX forçou os países a acolher a via do diálogo para a resolução de conflitos. Porém, a nova fase em que entrou a ascensão internacional da China teve repercussões ao nível político e militar que, de uma forma furtiva e com a temática das Senkaku/Diaoyu como pano de fundo, tem colocado um renovado interesse neste domínio.

O interesse no estudo das relações entre a China e o Japão no período 2013-2020 é a possibilidade de observar o comportamento de duas potências que, tendo fortes razões políticas e ideológicas a separá-las, são obrigadas a conviver uma com a outra, a lidar com todos os pontos de conflito e feridas que as prendem a um caminho de antagonização.

Metodologia

De modo a fazer uma profunda análise do tema central da dissertação e providenciar uma sólida resposta à questão sob a qual se baseia o trabalho, fez-se recurso da consulta de um diverso rol

⁴ Política levada a cabo por Deng Xiaoping desde 1978 com o intuito de abrir a economia e a sociedade chinesa.

bibliográfico que inclui dados e relatórios oficiais, juntamente com obras e artigos científicos relevantes ao tema.

As fontes primárias utilizadas para a realização deste trabalho foram os documentos oficiais do estado chinês, japonês e americano, dados estatísticos publicados por organizações de cariz internacional como o Banco Mundial ou o FMI e estudos de opinião Genron/NPO.

As fontes secundárias utilizadas foram os artigos científicos, revistas científicas e obras que versaram sobre este tema tendo por base fontes primárias nelas apresentadas, juntamente com a análise própria do autor.

A presente dissertação foi abordada na perspetiva de um “estudo descritivo” já que tenta “descrever sistematicamente” as relações bilaterais sino-japonesas, realçando os fenómenos que lhes são “prevalentes”; e é, igualmente, um “estudo correlacional” já que existe um esforço para “descobrir ou estabelecer a existência de uma relação/associação/interdependência entre dois ou mais aspetos de uma situação”, nomeadamente, o estado das relações económicas, políticas e de segurança e defesa para avaliar o ponto de situação das relações entre a China e o Japão (Kumar 2011: 11).

A dissertação recorreu a alguns dados quantitativos já que almeja “quantificar a variação” registada nos três vetores de análise das relações ao longo do período de 2013-2020, fazendo uso várias vezes de dados estatísticos; e tem uma natureza qualitativa, já que é o objetivo da dissertação “descrever” o objeto de estudo através da documentação apresentada ao longo do trabalho (*Ibidem*: 13).

A abordagem à cooperação económica entre os dois países fez uso de dados estatísticos de organizações como a World Trade Integrated Solutions, Trademap, Statista, o Ministério da Economia, Comércio e Investimento do Japão, a Japan External Trade Organization e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão para além de variadas obras e artigos científicos relevantes.

Na análise das relações políticas fez-se um extenso uso das atas das cimeiras bilaterais encontradas no site do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, documentação no site do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China e variadas obras e artigos científicos.

A segurança e defesa foi estudada com o recurso a documentação presente nos sites do Ministério da Defesa do Japão e no Ministério da Defesa da China, estudos sobre as políticas de defesa de ambos os países, um estudo feito pelo Congresso americano e variadas obras e artigos científicos relevantes.

Ao longo do trabalho são feitas referências às sondagens de opinião pública da Genron/NPO-People’s Daily sobre a opinião das populações chinesas e japonesas relativas ao país vizinho e ao estado das relações sino-japonesas em vários aspetos.

Estado da Arte

O estudo das relações bilaterais China-Japão remete-nos para o relacionamento entre estados e as diretrizes políticas que os orientam.

O bilateralismo é uma das ferramentas da diplomacia para enquadrar e estruturar as relações entre dois países, sendo através da diplomacia que um país “se faz valer e representa as suas preocupações ao mundo”, sendo o “principal meio” através do qual se pode “conciliar interesses nacionais concorrentes” (Griffiths & O’Callaghan 2002: 80).

O termo bilateral pode ser descrito para descrever uma “relação, evento ou instituição” no qual estão envolvidas duas partes. O bilateralismo leva a cabo a criação de “múltiplas de díades” e “compartimentalização” destas mesmas (ISEAS-Yusof Ishak Institute 2007).

O bilateralismo é abordado com um “processo de negociação” e não pelas “estruturas” diplomáticas em que decorre, já que se refere a uma “série de interações muito mais alargadas” que as visitas de delegações oficiais e outro tipo de missões diplomáticas, podendo ser integrado nos “padrões complexos da política mundial” e nos “fóruns multilaterais” onde muitas vezes ele é realizado (Smith 2005:168 in Batra&Hawking 2008:8)

Na região Ásia-Pacífico, o bilateralismo era visto como o “modelo dominante” no domínio da cooperação de segurança, conectando vários países numa estrutura de “*spiderweb bilateralism*” (tradução: bilateralismo de teia-de-aranha) num “Sistema de San Francisco” composta por alianças sob a égide americana (Taylor 2013: 8).

Contudo, o surgimento de plataformas que privilegiam o multilateralismo tal como a APEC⁵, a ASEAN⁶ ou a ASEAN+3⁷, O Fórum Económico Oriental⁸, ou o encontro dos Ministros da Defesa da ASEAN levou ao surgimento de um “multilateralismo asiático” que faz os académicos prever que leve à “eventual queda das estruturas bilaterais exclusivas” montadas pelo sistema de alianças bilateral liderado pelos EUA (Menon 2007, as cited in Taylor 2013: 8).

A ascensão da China tem sido acompanhada com o surgimento de várias plataformas que promovem o multilateralismo como modo de solucionar problemas comuns às várias nações do contexto regional onde se encontram a China e o Japão.

Existem visões díspares relativamente ao papel futuro do bilateralismo nas relações internacionais, havendo autores que visualizam uma “coexistência pacífica” numa arquitetura regional que utilize elementos das estruturas bilaterais e multilaterais (Cha 2011 in *Ibidem*); enquanto que outros autores indicam que o surgimento de ameaças que cruzam fronteiras tais como o “terrorismo nacional, as ameaças com base em doenças, os desafios de segurança ambiental tal como as mudanças climáticas, e a proliferação de armas de destruição maciça” requerem respostas

⁵ APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation (Cooperação Económica do Ásia-Pacífico). A APEC é uma organização que pretende “promover o mercado livre e a cooperação económica na região da Ásia-Pacífico” (Brittanica).

⁶ ASEAN – Association of Southeast Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático) – A ASEAN é uma organização estabelecida em 1967 com o intuito de “acelerar o crescimento económico, progresso social e desenvolvimento cultural e para promover a paz e a segurança no Sudeste Asiático” (Brittanica).

⁷ ASEAN+3 consiste num fórum de discussão e cooperação dos países-membro da ASEAN, mais a China, o Japão e a Coreia do Sul.

⁸⁸ O Fórum Económico Oriental foi estabelecido pela Rússia em 2015 para “promover o desenvolvimento económico do extremo oriente russo e expandir a cooperação internacional na região do Ásia-Pacífico” (forumvostok.ru)

baseadas no multilateralismo, havendo muitos analistas a considerarem o bilateralismo como uma “forma ultrapassada de cooperação de segurança” (*Idem*: 10).

A importância das relações sino-japonesas tem merecido estudo por vasta e diversa literatura que se debruça sobre os vários desafios e contradições destas duas potências asiáticas.

Bill Emmott propõe as relações sino-japonesas como um dos “*flashpoints*” de onde poderão surgir potenciais eventos de conflito. É afirmado que os pontos de perigo na relação entre os dois países são “mundanas” disputas territoriais, mas “estão envolvidos sentimentos nacionais”, em que “se solo for cedido ao outro lado, então será um sinal de fraqueza que será explorado noutros assuntos” (Emmott 2008: 231)

Ao nível oficial é de remarcar as palavras das autoridades chinesas aquando da demissão de Shinzo Abe como primeiro-ministro japonês referindo que com Abe as relações entre os dois países “voltaram ao caminho certo e atingiram um novo progresso” (FMC, 2020).

Na primeira conversa oficial de Yoshihide Suga⁹, sucessor de Shinzo Abe no cargo de primeiro-ministro, com Xi Jinping através de uma chamada telefónica, Suga afirmou que o Japão “atribui grande importância à China e à relação Japão-China enquanto uma das mais importantes relações bilaterais” (FMC, 2020).

Neary afirma que os vários incidentes que antagonizam o Japão e a China “parecem ter deixado os laços económicos sem ser afetados”, mas as relações “entre as respetivas lideranças políticas tornaram-se tensas” (Neary 2019: 173).

Kokubun afirma que a “rápida ascensão da China” e uma “mudança de paradigma” na relação entre a China e o Japão mostraram que “existem tensões bilaterais que estão em crescendo e que a imagem que cada país tem do outro está a piorar” (Kokubun 2017).

Takagi avança que a perda de afinidade do público japonês pela China é uma “resposta a ações chinesas pouco amigáveis ou até hostis para com o Japão” e que as suas descobertas indicam que os “japoneses cada vez mais percecionam as ambições e comportamento da China como ameaçadoras para o Japão” (Takagi 2018: 118 in Fingar 2018).

Em 1999, num extenso trabalho sobre as relações sino-japonesas no pós-Guerra, após identificar os vários pontos de possível antagonização, tais como as questões territoriais, Austin e Harris afirmaram que “o compromisso da China e do Japão para evitar a guerra um com o outro seria a premissa fundamental da sua futura relação” (Austin & Harris 1999:338).

Perante o considerável número de desafios que os dois países enfrentam no seu contexto bilateral, Connors afirma que o Japão “ao se deparar com a lógica de um poder rival emergente desafiando a sua liderança regional moderada”, pode expressar-se num “aventureirismo político ocasional” (Connors 2018: 97).

Hiroiyuki propõe que perante a utilização da China do seu “poderio económico e militar para expandir a sua esfera de influência no Indo-Pacífico”, o Japão deve manter-se do lado dos EUA,

⁹ Yoshihide Suga é o atual primeiro-ministro japonês do governo do Partido Liberal Democrata desde 14 de setembro de 2020, sucessor de Shinzo Abe após a sua demissão a 28 de agosto de 2020.

mas também “acelerar os esforços para fortalecer a ‘estrutura de resistência sísmica’ entre os dois países, incluindo o estabelecimento de uma linha direta militar, o fortalecer do diálogo militar e visitas regulares pelos líderes máximos” (Hiroyuki 2019: 3).

Enquadramento teórico

A discussão sobre as relações bilaterais China-Japão envolverá as orientações de política externa que regram a conduta de ambos os países em relação ao outro e no palco internacional.

Os atores responsáveis pela formulação e execução da política externa são os Estados. O Estado é “uma entidade territorial legal composta por uma população estável e um governo; possui um monopólio sobre o uso legítimo da força; a sua soberania é reconhecida por outros Estados no sistema internacional” (Dunne & Schmidt 2001: 158).

O estudo das relações internacionais providenciou várias definições para o conceito de Política Externa.

A Política Externa pode ser descrita como “a ação discreta e propositada que resulta da decisão ao nível político de um indivíduo ou grupo de indivíduos. É um artefacto observável de uma decisão de nível político. Não é a decisão, mas um produto da decisão” (Hermann in Bojang 2018:1).

Georges Modelski define-a como “o sistema de atividades evoluído por comunidades por mudarem o comportamento de outros Estados e por ajustarem as suas próprias atividades ao ambiente internacional”. Modelski adiciona que a “política externa deve esclarecer as formas como os Estados tentam mudar e têm sucesso em mudar o comportamento de outros Estados” (Modelski in Bojang 1:2018).

Joseph Frankel afirma que a “política externa consiste de decisões e ações, que envolvem, a uma medida considerável, as relações entre um Estado e outros” (Frankel in Bojang 2018: 2).

Um elemento importante a ser tido em conta no estudo da política externa de um país é que ela reflete nas suas orientações preocupações de “política doméstica e internacional” do Estado que a executa (Bojang 2018:2).

A política externa não se prende com uma simples modalidade reativa dos Estados em relação ao contexto regional e global em que se inserem, mas é uma plataforma para aplicar e desenvolver linhas mestras da sua orientação política geral.

A política externa “serve de interseção entre a política doméstica e internacional” e é afetada por duas principais determinantes: “internacional ou externa” e “doméstica ou interna”. (*Ibidem*)

Os fatores externos de maior peso na formulação da política externa são o “sistema internacional ou estrutura de poder, lei internacional, organizações internacionais, alianças, e força militar ou corrida ao armamento” (*Idem*).

A RPC identifica os objetivos da sua política externa como “manter independência”, “manter a paz mundial”, “relações amigáveis e cooperação” opondo-se ao “hegemonismo”, “relações amigáveis e de bom-avizinhamento”, “unidade aprofundada e cooperação com os países em desenvolvimento” e uma “política de abertura” tanto a “países desenvolvidos” como “em desenvolvimento” (Li Peng 1996 in China-embassy).

Medeiros (2019) afirma que as “prioridades diplomáticas a longo-termo” da China passam pela “promoção do desenvolvimento económico, a garantia da segurança, contrariar entraves, diversificar o acesso aos recursos naturais, e reduzir o espaço internacional de Taiwan” (Medeiros 2019:45).

O Japão estabelece enquanto objetivos da sua política externa “assegurar a prosperidade da sua economia mundial, garantir a paz e estabilidade mundial, promover valores universais tais como a liberdade e a democracia, e enfrentar positivamente questões globais tais como o ambiente ou os refugiados” (MOFA, 1992).

Teo (2019) avança que a política de “rejuvenescimento” levada a cabo por Abe tinha por base “três importantes pilares” da política externa nipónica, “a gestão da aliança EUA-Japão, a erosão do pacifismo e a mudança de mentalidades no Japão quanto ao destacamento das JSDF globalmente e por último, a revisão da constituição pós-guerra” (Teo 2019:196).

A disciplina de Relações Internacionais tem por objetivo qualificar, descrever e analisar os modos através dos quais os vários agentes políticos se relacionam entre si, apresentando várias teorias nas quais se poderão enquadrar essas mesmas relações.

No âmbito desta dissertação, serão abordadas as teorias do liberalismo e do realismo de modo a realizar um enquadramento teórico das relações bilaterais sino-japonesas.

A natureza das relações China-Japão é complexa e multidimensional. Ainda que os dois países estejam inseridos no contexto da região Ásia-Pacífico, sob a influência da estrutura institucional do pós-Guerra sob a égide americana, a China e Japão têm posições e atitudes diferentes perante essa mesma estrutura.

Essa divergência de posições reflete-se na existência e no exacerbar de pontos de tensão entre as duas nações ao nível político, económico e no capítulo da defesa e segurança.

A lógica de confronto que os vários pontos de tensão engendram, leva-nos a uma análise mais próxima dos trâmites do realismo, onde impera a razão dos Estados e os princípios de *survival* (sobrevivência) e *self-help* (auto-ajuda).

Os proponentes do Realismo entendem a política internacional como um campo onde dominam o “poder e o interesse próprio”. Hans Morgenthau justifica a interpretação realista afirmando que “a Política é a luta pelo poder sobre homens, e qualquer que seja o seu derradeiro objetivo, o poder é o seu objetivo imediato e os modos de o adquirir, manter e demonstrar determina a técnica da ação política” (Morgenthau apud Heywood 2011: 54).

O argumento que serve de base ao realismo é a transposição da tendência humana da luta por poder e dominância no contexto social para os agentes políticos no campo das relações internacionais.

Os realistas realçam o papel dos “entraves” impostos pelo “egoísmo humano” e a “anarquia” causada pela “ausência de um governo internacional”. É esta “conjunção de anarquia e egoísmo e os imperativos resultados da política de poder” que irá criar o “núcleo do realismo” enquanto teoria de política internacional (Donnelly 2005:54).

Os três conceitos que sustentam a teoria realista são o *statism* (estatismo), *self-help* (auto-ajuda) e a *survival* (sobrevivência).

O estatismo é a “ideologia que apoia a organização da humanidade em comunidades particulares; os valores e crenças dessa comunidade são protegidas e sustentadas pelo Estado” (Dunne & Smith 2001:158).

Por sobrevivência, entende-se como a “primeira prioridade dos líderes do Estado”, é um conceito cuja importância foi “ênfaticada” por realistas históricos como Maquiavel, Meinecke e Weber (*Ibidem*).

Já o conceito de auto-ajuda prende-se com a assunção de que “num ambiente anárquico, os Estados não podem assumir que outros Estados irão defendê-los mesmo que sejam aliados”, levando os Estados a assumir uma conduta que cumpra as necessidades de assegurarem a sua própria sobrevivência numa lógica de interesse próprio (*Idem*).

A condição que serve de fundamento para a conduta egoísta dos Estados é a anarquia que subjaz ao domínio das relações internacionais, não num sentido que “implique caos”, mas na descrição de um mundo onde se verifica uma “ausência de autoridade política” (*Idem*).

O sistema anárquico é considerado o “‘princípio ordenador’ da política internacional, e aquele que define a sua estrutura”, sendo o meio em que os Estados se relacionam (*Idem*).

Ao longo da história são catalogados quatro tipos de realismo que vão refletindo as ideias base desta teoria com adaptações coerentes com o pensamento dos seus proponentes,

O primeiro tipo de realismo identificado foi o Realismo Estrutural I em que pontifica o pensamento de Tucídides e onde é afirmado que a “política internacional é impulsionada por uma interminável luta pelo poder que tem as suas raízes na natureza humana”, sendo que a “justiça, lei e sociedade não têm qualquer lugar (nela) e estão circunscritas” (*Idem*, p.149).

A segunda variante desta teoria é o Realismo Histórico ou Prático em que se inserem a filosofia de Morgenthau, Maquiavel e Carr e define que o “realismo político reconhece que os princípios estão subordinados às políticas, a derradeira capacidade do líder do Estado é aceitar, e adaptar-se às mudanças nas configurações do poder político na política mundial” (*Idem*).

O terceiro tipo é o Realismo Estrutural II moldado pelos pensamentos de Rosseau e Waltz e que propõe que “não é a natureza humana, mas o sistema anárquico que promove o medo, o ciúme, a suspeita e a segurança”, levando a que “o conflito possa emergir mesmo se os atores tenham uma intenção benigna para com os outros” (*Idem*).

O quarto tipo identificado é o Realismo Liberal, no qual encontramos o pensamento de Hobbes e Bull, e que propõe que “a anarquia internacional pode ser atenuada pelos Estados que tenham uma capacidade de deter outros estados de agressão, e que estejam disponíveis para construir regras elementares para a sua coexistência” (*Idem*).

Neste domínio, poderemos afirmar que tanto a China como o Japão são proponentes do Realismo Liberal, reconhecendo a anarquia do sistema internacional como demasiado instável para a criação de um ambiente onde possam fazer valer os seus interesses de forma pacífica. Porém, a diferença

fundamental entre a aproximação de ambas as nações desta vertente do Realismo, é na identidade dos “Estados que tenham uma capacidade de deter outros Estados de agressão”.

A profícua cooperação económica entre os dois países e uma genuína vontade de aproximação política através de consistentes esforços diplomáticos, eleva a questão da natureza das relações sino-japonesas para lá do simples egoísmo dos Estados e enquadra-a também nos trâmites do liberalismo.

Enquanto o realismo advoga a ideia de que os agentes políticos se relacionam numa lógica confrontativa devido a agirem com base no egoísmo da procura dos seus interesses próprios e sobrevivência, o liberalismo apresenta uma visão mais benigna do relacionamento dos Estados advogando que “a temática central do liberalismo em todas as suas formas é a noção de harmonia ou equilíbrio entre interesses rivais” (Heywood 2011: 61).

Ao contrário do que propõem os realistas, os liberais acreditam que “a paz é o estado de coisas normal”, inspirando-se na Paz Perpétua de Kant, o liberalismo tem por fundamento a ideia de que “as leis da natureza ditaram harmonia e cooperação entre os povos” (Dunne 2001: 58).

O liberalismo admite que os “Estados podem perseguir interesse próprio, mas um equilíbrio natural tenderá a fazer-se valer”, podendo inclusivamente resultar que “interesses rivais se complementem” (Heywood 2011: 62).

Os conceitos de Segurança Coletiva, Interdependência e Paz Democrática são essenciais para compreender os fundamentos do liberalismo.

A Segurança Coletiva refere-se ao “acordo onde ‘cada Estado no sistema aceita que a segurança de um é uma preocupação de todos, e concordam em juntar-se a uma resposta coletiva à agressão” (Roberts and Kingsbury, 1993:30 in Dunne 2011: 178).

A Interdependência é a “condição em que os Estados (ou pessoas) são afetadas por decisões tomadas por outros”. A Interdependência “pode ser simétrica, ou seja, ambos os atores são afetados igualmente, ou pode ser assimétrica, em que o impacto varia entre os atores” (Dunne 2011:178).

A Paz Democrática é um conceito que se enquadra num período mais moderno do liberalismo, sendo “um eixo central do pensamento liberal internacionalista” que advoga a ideia de que “a guerra se tornou impensável entre Estados liberais” (*Ibidem*).

As três principais teorias emanadas do Liberalismo são o Internacionalismo Liberal, o Idealismo e o Institucionalismo Liberal.

O Internacionalismo Liberal é a teoria que propõe que “a ordem natural foi corrompida por líderes de Estado não-democráticos e de políticas ultrapassadas como o equilíbrio de poder”. Como forma de resolver o potencial de conflito entre nações, os subscritores desta teoria propõem o “contato entre os povos do mundo, através do comércio e viagens”, de modo a “facilitar uma forma mais pacífica de relações internacionais” (*Idem*: 170).

O Idealismo partilha muita das premissas do Internacionalismo Liberal, mas foca-se na “importância de construir uma ordem internacional”, argumentando que “a liberdade dos Estados é parte do problema das relações internacionais” (*Idem*).

O Idealismo advoga que o objetivo da política internacional deve ser o de “promover a paz e construir um mundo melhor” e que “os Estados devem ser parte de uma organização internacional, e estarem vinculados às suas regras e normas” (*Idem*: 171).

A “formação” de uma organização internacional é uma ideia “central” desta teoria, pois será através desta organização que “se facilita a mudança pacífica, o desarmamento, a arbitragem e o cumprimento” das regras e normas que regem os Estados (*Idem*).

O nome maior no estabelecimento e promoção do Idealismo foi Woodrow Wilson com os seus Quatorze pontos na descrição desta teoria e a Sociedade das Nações foi a primeira tentativa de criação de uma organização internacional que obedecesse aos trâmites do Idealismo (*Idem*).

O Institucionalismo Liberal é a terceira variante do liberalismo e centra-se na ideia das “instituições internacionais poderem levar a cabo uma série de funções que o Estado não consegue”, tendo sido útil para a teoria de integração na Europa e do pluralismo nos Estados Unidos (*Idem*).

O Pluralismo surgiu como uma teoria que “rejeitava a visão realista da primazia do Estado e da coerência Estado-enquanto-ator” (*Idem*: 179).

As premissas do Pluralismo ganharam espaço nos EUA durante o século 20 e também justifica a sua presença na discussão da política externa asiática do século 21, particularmente com a política externa chinesa e, também, no âmbito das relações sino-japonesas.

O importante papel das instituições de cariz regional ou global são um elemento a considerar na avaliação das relações Japão-China.

Ao longo desta dissertação, iremos verificar a importância das instituições regionais ou internacionais no foro económico (APEC, Fórum Económico Oriental, OMC, Banco Mundial), político (ASEAN, ONU, G20) e militar (OCS, Quad) na execução da política externa de cada um dos países e várias instâncias onde estas instituições serviram de ponto de encontro para o aprofundamento da diplomacia bilateral sino-japonesa.

Foi durante a realização de eventos de instituições e plataformas que privilegiam o multilateralismo que delegações chinesas e japonesas levaram a cabo cimeiras de líderes para avaliar e travar as linhas mestras do futuro desenvolvimento das relações bilaterais.

O volumoso comércio bilateral entre os dois países, a quantia do Investimento Direto Estrangeiro envolvido e a assinatura de memorandos que perspetivam a “cooperação entre empresas privadas Chinesas e Japonesas (...) de uma forma que seja benéfica para países terceiros” (MOFA, 2019) indicam o importante papel do setor privado na criação de uma dinâmica positiva nas relações entre os dois países, incluindo entre os Estados.

O papel das instituições na política externa de ambos os países e no contexto das suas relações bilaterais não pode ser menorizado. Elas são plataformas em que os Estados podem exercer a sua influência diplomática para assegurar os seus interesses nacionais, num ambiente controlado de regras e normas pré-estabelecidas, onde o diálogo tem primazia sobre o confronto.

A diplomacia política e os fortes laços económicos criaram uma evidente dinâmica de interdependência que impede qualquer uma das partes de adotar de ânimo leve políticas isolacionistas que incutam uma dinâmica de afastamento no seu relacionamento.

A flexibilidade japonesa relativamente à Paz Democrática é um dos fatores que tem contribuído para o progresso das relações sino-japonesas desde a sua normalização em 1972.

O contexto asiático é composto por uma maior complexidade do que aquela que se revela no Ocidente, com uma miríade de regimes políticos que divergem dos critérios da democracia liberal, desde países que a rejeitam por completo como a China, Laos, Singapura ou Myanmar, ou outras que são democracias que não se coadunam com os trâmites liberais como a Indonésia, a Índia ou as Filipinas. Até a Coreia do Sul e Taiwan foram ditaduras durante largas décadas até à implementação de reformas democráticas.

Desde o momento em que os EUA normalizaram as suas relações com a RPC e a incluíram na sua ordem económica do pós-Guerra sem exigir mudanças políticas internas, a natureza do regime chinês deixou de ser questão para o Japão, apressando-se a fazer a sua respetiva normalização de relações com o país vizinho e aproveitando as oportunidades do foro económico e comercial que daí poderia obter.

A melhoria progressiva das relações bilaterais foi também sustentada pelo respeito formal manifestado pela RPC para com as estruturas internacionais e regionais saídas do pós-Guerra, sejam elas a OMC, a ASEAN e, até pela tutela americana do Ásia-Pacífico feita através das redes de alianças entre os EUA e vários países asiáticos, nos quais se destaca o Japão.

Porém, nos assuntos que a China considerava afetos à sua soberania, a coerção das estruturas regionais liberais depararam-se com a intransigência das autoridades da RPC.

A viragem da política externa japonesa desde o segundo mandato de Abe para uma maior participação na promoção e manutenção do que os liberais chamam de Paz Democrática veio expor as mundivisões diferentes em que os dois Estados se filiam. O Japão destaca-se como um dos principais proponentes do sistema de San Francisco, de matriz liberal e pró-americano. Por essa razão, a política externa japonesa enquadra-se no liberalismo enquanto teoria e prática das relações internacionais, inserindo-se confortavelmente na esfera de influência americana no Ásia-Pacífico. Essa viragem foi materializada com a promulgação da Lei de Paz e Segurança, o relançamento da Quad e o lançamento da iniciativa *Free and Open Indo-Pacific*.

À medida que a China foi acumulando poder e capacidade de influência, a assertividade de Pequim foi recrudescendo e mais visíveis se tornaram os embates com o status-quo estabelecido no pós-Guerra. Esta atitude já havia sido visível no contexto das relações sino-japonesas com os incidentes nas águas das Ilhas Diaoyu/Senkaku em 2004, 2006 e 2010. O mandato de Xi Jinping assumiu a assertividade no palco internacional como característica matriz da política externa da RPC, verificando-se um claro distanciamento de Pequim da estrita obediência à negociação diplomática dentro das estruturas institucionais do pós-Guerra no Ásia-Pacífico.

A política externa da China de Xi mostra-nos uma China que quer estabelecer as relações internacionais com outros atores no seu contexto regional de acordo com um universalismo amoral que tenha por princípio a não-interferência nos assuntos domésticos, preterindo o universalismo liberal e a sua Paz Democrática. O aumento da presença militar no mundo, a disputa territorial com o Japão pelas Diaoyu/Senkaku, a criação das ilhas artificiais no Mar da China Meridional e a

ocupação das Ilhas Spratley e Paracel (também reclamadas pelas Filipinas), o lançamento de projetos e instituições paralelas às da ordem liberal do pós-Guerra, nomeadamente o AIIB e o ICR, são a prova desta nova política externa chinesa, mais assertiva e confiante da sua capacidade de projeção de poder.

Estrutura da Dissertação

A presente dissertação pretende estudar a evolução das relações sino-japonesas no período entre 2013 e 2020, quando Xi Jinping e Shinzo Abe lideravam os governos dos seus respetivos países.

De forma a melhor enquadrar o objeto de estudo, a dissertação inicia com um contexto histórico das relações sino-japonesas que engloba alguns eventos importantes do passado, evoca a importância das duas guerras entre a China e o Japão em 1894-1895 e em 1937-1945, dá um maior foco às relações entre os dois países no período do pós-Guerra e, em especial, após a normalização de 1972.

Neste mesmo capítulo, é dada a ênfase aos quatro documentos básicos da diplomacia sino-japonesa: a Declaração Conjunta de 1972; o Tratado de Paz e Amizade Japão-China de 1978; a Declaração Conjunta de 1998; e a Declaração Conjunta de 2008.

Finalizando a contextualização histórica, é dedicado um espaço à nacionalização japonesa das Senkaku/Diaoyu em 2012 que criou a maior crise política entre os dois países desde o Pós-Guerra. Este incidente foi um constante fator de anquilosamento nas relações.

De seguida, a dissertação identifica quem são Xi Jinping e Shinzo Abe enquanto agentes políticos, quais as marcas que incutiram na direção geral da governação do seus países e quais as orientações delineadas para as suas respetivas políticas externas.

No terceiro capítulo, ir-se-á proceder à análise dos dados registados no domínio da política, economia e defesa no contexto das relações bilaterais sino-japonesas.

No capítulo da política externa, pretende-se estudar as matrizes que ambas as administrações estabeleceram para a sua diplomacia, não apenas ao nível bilateral, mas também no contexto regional dos Mares da China e na Ásia-Pacífico.

Ao avaliar a política externa da China e do Japão, pretende-se saber se as opções tomadas pelos governos de Xi e Abe contribuíram para aliviar ou elevar a tensão entre os dois países. É um ponto de interesse analisar até que ponto a postura proativa de Xi Jinping no campo internacional afetou as relações da China com o Japão e as perceções japonesas da China.

Analisaremos como é que o Japão respondeu à assertividade chinesa no mandato de Xi. De que forma é que a perceção da China enquanto potência revisionista e com intenções de hegemonia afetou a política externa japonesa na região do Ásia-Pacífico? Como é que a política de aproximação a outras nações da Ásia e Oceânia pode ser inserida numa política de contenção da China?

Esta dissertação quer responder à questão de como é que as relações económicas China-Japão evoluíram ao longo do período Xi-Abe (2013-2020) ao nível do volume do comércio bilateral, da natureza das exportações e importações, do Investimento Direto Estrangeiro e outras formas de investimento como a ODA (*Official Development Aid*).

No vetor económico serão também avaliados elementos em que comércio e diplomacia se

conjugam, nomeadamente, na questão da proibição da importação de alimentos japoneses decretada pelo governo chinês após o incidente nuclear de Fukushima.

No capítulo da defesa, estudar-se-á como é que a China e o Japão conduziram o seu investimento militar durante o período de 2013 a 2020. Ir-se-á proceder à análise de quais os setores das forças armadas (Marinha, Exército, Força Aérea, Artilharia) que foram os maiores recetores desse investimento e de que modo é que isso afeta a perceção do outro país enquanto potencial ameaça à sua soberania e moldam as respetivas políticas de defesa.

Os pontos importantes a focar na análise da política de defesa da China começa pela reestruturação militar levada a cabo por Xi Jinping, o investimento reforçado na Marinha, a política de fortalecimento da OCS e as incursões nas águas territoriais das Senkaku/Diaoyu.

Da parte do Japão, os esforços da administração Abe para contornar as restrições constitucionais ao reforço das capacidades de autodefesa coletiva, tais como a instalação de baterias antimísseis no Mar Meridional da China e o relançamento da *Quad* (Aliança Quadrilateral – Japão, Índia, Austrália e EUA) são pontos de vital importância para enquadrar o Japão no novo contexto regional. Uma das questões que atravessa os mandatos de Xi e Abe é a soberania territorial das ilhas Senkaku/Diaoyu. A dissertação debruçar-se-á sobre as posições de ambos os países relativamente à soberania das ilhas, a resposta chinesa à nacionalização japonesa de 2012 e a reação japonesa ao aumento das tensões naquela região pela parte da China.

A dissertação estudará a questão das Senkaku/Diaoyu de modo a entender a importância das ilhas para ambas as nações, como é que a soberania territorial das ilhas afetou a relação entre os dois países ao longo do período 2013-2020 e quais as intenções da China para com as ilhas.

O último segmento da dissertação prende-se com a conclusão, onde irão ser expostas as ideias retiradas após a análise dos dados mostrados ao longo do trabalho.

Parte I

1. O quadro histórico das relações sino-japonesas

A China e o Japão partilham um longo historial de relações bilaterais marcada pelo intercâmbio cultural e conflitos bélicos.

No campo do intercâmbio intercultural, a escrita chinesa encontra um ramo seu nos kanji japoneses, as primeiras escrituras budistas a circular em no Japão estavam escritas em caracteres chineses, o que contribuiu em grande parte para o florescer do Budismo¹⁰ no solo nipónico (Japan Buddhist Federation 3:2004). Em meados do século VI, juntamente com as escrituras budistas, foram levados textos confucionistas¹¹ que moldaram a “identidade leste-asiática do Japão, especialmente em relação ao pensamento e à prática” (Tucker 2018). Em menor escala, o Taoísmo¹² também arranhou um lugar na cultura japonesa, havendo registos da presença de escritos budistas já no século VII d.C. sob o nome *Dokkyo* (Encyclopedia Britannica).

Em 604 d.C., o príncipe Shotoko Taishi promulgou uma constituição de dezassete artigos onde “colocavam uma maior ênfase nos conceitos Chineses Confucianos de um Estado unificado governado por um soberano; a contratação de oficiais com base no mérito, não na hereditariedade; as responsabilidades dos oficiais para com os governados, tal como a obediência dos sujeitos aos seus governantes; e uma burocracia idealmente harmoniosa fundada nas virtudes Confucianas da justiça, decoro e diligência” (Brittanica).

No mesmo documento “os três ‘tesouros budistas’ - o Buda, a Lei e os mosteiros - eram também exortados” (*Ibidem*).

Ainda hoje “os apelos às raízes culturais comuns do Japão e da China são úteis politicamente ao procurar por algo positivo para referir numa relação com uma história moderna tão tortuosa” (Austin&Harris 2001:44). O secretário-geral da RPC em 1992, Jiang Zemin, afirmou na altura que “os dois povos dos dois países forjaram uma amizade profunda através dos seus intercâmbios por mais de dois mil anos” (Jiang 1992 in Burns 2000:1). A expressão japonesa *dobun doshu* (significado – a mesma escrita, a mesma raça) é usada frequentemente para “reconhecer a dívida cultural para com a China” (Burns 2000:1).

Porém, existem conflitos que marcaram a relação entre as duas nações. Uma guerra pela hegemonia na península coreana e a tentativa de invasão do arquipélago japonês pelo imperador Khublai Khan da dinastia Yuan são os momentos de maior belicismo entre a China e o Japão antes da modernidade.

¹⁰ O Budismo é uma religião com base nos ensinamentos de Buda, com origem na Índia e que se espalhou pela China, Coreia, Japão e vários outros países da região (Brittanica).

¹¹ O Confucionismo é um “modo de vida propagado por Confúcio nos séculos V e VI” e que ainda hoje compõe a “essência da aprendizagem, a fonte de valores e o código social dos Chineses” (Brittanica).

¹² O Taoísmo é uma “tradição religio-filosófico indígena” da China que professa uma atitude mais flexível perante a vida (Brittanica).

Regista-se, igualmente, constante ataque dos piratas japoneses, wokou, durante largos séculos. Este foi um fenómeno que sucedeu num contexto político onde o Japão não prestava tributo ao império chinês, com exceção de um período entre 1408 a 1549 (Howe 1995:337).

No século 19, o Japão iniciou a Restauração de Meiji, enveredando por um caminho de modernização que o fez ascender ao patamar das potências imperiais europeias da época.

No final do século XIX, um Japão com uma economia e uma força militar modernizada viu a China, ainda com um forte nível de atraso tecnológico e político, como um alvo conveniente para afirmar o seu recém-adquirido estatuto no palco global.

No espaço de tempo que vai desde 1894 com a 1ª Guerra Sino-Japonesa até ao ano de 1945, ano de derrota do Japão na 2ª Guerra Mundial, o Japão invadiria a China duas vezes, havendo conquistado largas porções do território chinês durante a 2ª Guerra Sino-Japonesa. Os atos cometidos pelas tropas japonesas durante este conflito levou a um profundo ressentimento anti-japonês na China pós-guerra. Bill Emmot, diretor da revista *The Economist* afirmou no seu livro «Rivals» que “a mais profunda divisão, e os sentimentos mais amargos, no que toca às guerras do século XX são entre o Japão e a China” (Emmot 2009:208).

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, a China mudou de regime político, testemunhando a fundação da República Popular da China em 1949. O Japão pós-guerra viu Hideki Tojo ser condenado à morte por crimes de guerra e ver nascer um sistema democrático liberal, profundamente influenciado e modelado pelos interesses americanos.

Quando os EUA ocuparam o Japão em 1945, dois fatores determinavam a natureza das relações sino-japonesas: a diplomacia nipónica estava sob controlo americano e a China ainda era governada pelos nacionalistas de Chiang Kai-shek (Dumbaugh ET AL. 2008:4).

A China de Chiang Kai-shek inseria-se no campo dos Aliados que havia ganho a guerra e, foi nesse contexto, que a administração estadunidense do Japão decidiu entregar Taiwan à soberania chinesa para “efeitos de ocupação” (*Ibidem*).

Com a China tomada pela insurreição comunista de Mao em 1949 e o Japão, dedicado a um esforço de reconstrução amparado pelos EUA e sem forças armadas próprias por desígnio da Constituição elaborada no pós-Guerra sob a tutela americana, a “possibilidade de estabelecer qualquer diplomacia oficial entre a China e o Japão pós-ocupação desapareceu” (Peng 2005:67).

A 28 de abril de 1952 o Japão assinaria o Tratado de Segurança EUA-Japão que iria “vincular rigorosamente o Japão aos ditados da política externa Americana” e um “tratado de paz bilateral” com Taiwan, aprofundando as posições opostas de chineses e nipónicos nas trincheiras da Guerra Fria na Ásia. (Burns 2000:37)

Desde 1949 até 1971, a China fazia parte do campo socialista oposto à ordem internacional liderada pelos EUA. Por esta razão, até 1972 não houve relações oficiais entre a RPC e o Japão. Contudo, os dois países mantiveram contactos informais até 1972.

No rescaldo de uma guerra que perdeu, o Japão dedicou o foco total das energias na recuperação económica e verificou-se uma atitude submissa da sua política externa aos “assuntos de segurança

e política internacional” aos Estados Unidos, naquilo que foi chamada de Doutrina Yoshida (japanpitt.pitt.edu, 2011).

O comércio serviu de plataforma de encontro para dois estados que se encontravam em campos diferentes da Guerra Fria. Os anos 50 testemunharam os primeiros episódios de investimento nipônico na China socialista. A disposição geopolítica da Ásia impossibilitava os contatos oficiais entre os estados da China e do Japão, contudo, a economia oferecia uma forma de ligação que a política negava.

Na primavera de 1952, a RPC avança com a “Diplomacia Popular”, focada nas “relações económicas, culturais e políticas não-oficiais” que faria uso de “comunicações e contatos não oficiais como o primeiro passo para promover o estabelecimento da relação oficial”. A Diplomacia Popular tinha por objetivo evadir o “embargo e a estratégia de contenção” dos EUA (Peng 2005:68).

A liderança do PCC acreditava que se os dois povos “estivessem envolvidos em contatos mútuos, comércio e cooperação amigável, a maioria do povo Japonês apoiaria a normalização das relações Sino-Japonesas e forçaria o governo Japonês a mudar a sua política de encosto-à-América e a cumprir objetivos de normalização”. O “passo inicial” da Diplomacia Popular foi “recomeçar e promover o comércio Sino-Japonês suspenso pela Guerra da Coreia” (*Ibidem*).

Em 1950, no ano seguinte ao estabelecimento da RPC, o comércio bilateral chegava aos 4,7\$ milhões, mas em junho de 1952, “quatro acordos comerciais negociados de forma privada” aumentaram consideravelmente o volume comercial bilateral. Em 1953, o “total bilateral de comércio” subiu para 34\$ milhões, em 1954 voltou a subir para 60\$ milhões, em 1955 atingiu os 109\$ milhões e em 1956 o comércio bilateral atingia os 151\$ milhões (Burns 2000:37).

O método utilizado para aumentar o comércio bilateral foram os “intercâmbios de exposições industriais, delegações económicas, e acordos privados sobre os recursos pesqueiros e programas culturais” (*Ibidem*).

O governo japonês “recusou-se a permitir o estabelecimento de uma missão residente de negócios Chinesa” estipulados nos acordos de 1953 e 1955 dado que o primeiro-ministro Hatoyama Ichiro se “sentiu constrangido...pela rígida atitude Anti-Pequim da administração Eisenhower” (*Idem*).

Para além do efeito restritivo da influência americana, a eleição de Kishi Nobusuke, uma figura do regime militarista de Tojo para o cargo de primeiro-ministro em 1957 fez os esforços diplomáticos “mudar para pior” e despoletou as críticas de Pequim devido à “postura anti-Pequim” de Kishi, levando a RPC a “colaborar com o Partido Socialista Japonês para denunciar as posições de Kishi” (*Idem*).

Contudo, a “posição oficial anti-RPC” do executivo de Kishi não foi um impedimento para o apoio dado às “prestações do quarto acordo privado” que delineava o “estabelecimento de missões de negócios residentes Chinesas e concedia estatuto semi-diplomático a pessoal do comércio”, mas a pressão americana e taiwanesa “forçou a administração Kishi a recuar” (*Idem*).

Esta atitude “irritou” a China e, usando como pretexto um incidente em maio de 1958 em que “dois jovens japoneses rasgaram uma bandeira chinesa” em Nagasaki, Pequim “suspendeu todas as

relações económicas e culturais com o Japão”. Em 1959, o comércio bilateral havia caído 78,5% e as relações políticas deterioraram-se ao nível que se encontravam nos primeiros anos após a Guerra (*Idem*).

A eleição no Japão para primeiro-ministro de Ikeda Hayato tivera o condão de “suavizar a retórica de Guerra Fria de Kishi e elevar a interação económica internacional a uma prioridade nacional”, ao mesmo tempo que a “grave escassez alimentar” causadas pela Grande Salto em Frente de Mao, “forçava a China a reavaliar a sua política de autossuficiência” (*Idem*, p.39).

A “Divisão Sino-Soviética” em 1960 deixou a China “desesperadamente necessitada da importação de unidades industriais completas, tal como de maquinaria, aço, e fertilizantes químicos”, abrindo uma porta política e económica para o Japão e outras nações alinhadas com Washington (Burns 2000:39).

Em Agosto de 1960, o primeiro-ministro chinês Zhou Enlai avança com o “comércio de amizade”, definido enquanto “um sistema pelo qual as relações comerciais Sino-Japonesas seriam limitadas a empresas Japonesas específicas que os Chineses designariam como “amigas”. Em 1960 havia 11 “empresas amigas”, mas em 1962 esse número subiu para 190 (*Ibidem*).

Em 1962, Zhou Enlai convidou Matsumuro Kenzo, “um estatista sénior do Partido Liberal Democrata”, para “elaborar” em conjunto um “sistema de comércio explicitamente orientado para a eventual normalização das relações económicas e diplomáticas” (*Idem*, p.39).

O Memorando comercial “cobria o período de 1963-1967, e projetava um volume de negócios anual de 100\$ milhões”. O plano havia sido “ideia de Zhou Enlai” e tinha o apoio de “poderosos membros do PLD” (*Idem*).

Com o memorando, as “relações políticas melhoraram”, a China “estabeleceu a sua missão comercial residente em Tóquio”, para além de “suporte financeiro prolongado” do Banco de Exportação-Importação japonês para o comércio chinês. Porém, pressão americana e taiwanesa “forçaram o governo japonês a descontinuar o financiamento” do banco (*Idem*).

Perante este percalço, “os bancos privados Japoneses assumiram rapidamente a iniciativa, estendendo o crédito de longo-termo à China para construção de fábricas”. Estas políticas fizeram o comércio bilateral crescer até 621\$ milhões em 1965 (*Idem*).

Este seria o último prolongado período positivo das relações sino-japonesas antes de 1972, já que a eleição de Sato Eisaku, com uma “forte posição anti-China” e o começo da Revolução em Cultural em 1966 levaria a que o “comércio Sino-Japonês se deteriorasse rapidamente” (*Idem*).

É descrito que durante a Revolução Cultural “era requerido aos negociadores comerciais Japoneses elogiar a Revolução Cultural, estudar o pequeno livro vermelho de citações do Secretário-Geral Mao, e ouvir as prolongadas palestras políticas proferidas pelos seus homólogos Chineses” (Lee in Burns 2000:39/40).

A vida económica da China no período de Mao pode ser caracterizado pela sua preferência por seguir “preferências ideológicas”, levando à “coletivização” na década de 50 e à “depressão” após a Revolução Cultural (Delisle&Goldstein 2019:3).

Foi no início da década de 70 que os Estados Unidos assinaram o Tratado de Reversão de Okinawa, documento que oficializava a devolução das “áreas e territórios administrados pelos Estados Unidos”, onde se incluíam as ilhas Senkaku/Diaoyu (Dumbaugh et al. 2008:23).

Porém, a década de 70 iniciou com um novo capítulo para as relações diplomáticas sino-japonesas, com ambos os países a voltarem aos contatos oficiais em 1972.

As razões que levaram a essa reaproximação prendem-se por “três fatores” determinantes: a demissão do primeiro-ministro pró-Taiwan Sato Eisaku e a tomada do cargo por Tanaka Kakuei em 1972, um “poderoso” líder governamental pró-RPC; o fim da Revolução Cultural, a perda de influência das “forças destrutivas” que a causaram e o “regresso à normalidade doméstica”; e, o mais “crítico fator”, a reaproximação levada a cabo entre os Estados Unidos e a China. (*Ibidem*, p.40)

O momento que inicia o novo começo das relações bilaterais sino-japonesas foi a assinatura do Comunicado Conjunto em 1972 e, mais tarde, o Tratado de Paz e Amizade entre o Japão e a República Popular da China em 1978.

Normalizadas as relações, a Reforma e Abertura de Deng Xiaoping tinha por “principal objetivo da componente diplomática da estratégia (...) assegurar um ambiente internacional favorável à concretização de uma rápida modernização” (Cui 2017:52).

Foi neste contexto que “O Japão contribuiu grandemente para a busca da China pós-Mao pela modernidade, riqueza e poder ao abrir os seus mercados e fornecer enormes quantias de ajuda, capital, tecnologia e treino” (Zhao 2017:71).

O restabelecimento das relações bilaterais sino-japonesas foi um processo que demorou 27 anos a concretizar-se. As relações entre os dois países ainda se encontram marcadas pelas feridas históricas do século XX e as atuais diferenças ideológicas após 1949 fortaleceram essa lógica de afastamento e separação.

Antes da normalização em 1972 “havia contatos ativos entre o Japão e a China ainda que os laços intergovernamentais fossem inexistentes”, daí que já da parte do governo japonês havia a presunção de que “o próprio Japão deveria ser a ponte entre a China e os Estados Unidos.” (Kokubun et al. 2018:86). Com o Comunicado de Shanghai de 1972 estabelecendo os princípios para a normalização das relações entre a China e os Estados Unidos, uma “mudança fundamental” ocorreu nas relações EUA-RPC que “ditou a forma das relações Japão-China pós-guerra” (*Ibidem*).

A assinatura do Comunicado Conjunto de 1972 levou as duas nações asiáticas a trilhar um caminho em direção à reconciliação e à normalização das relações. A este primeiro documento, seguiu-se o Tratado de Paz e Amizade de 1978, a Declaração Conjunta de 1998 e a Declaração Conjunta de 2008. A assinatura do Comunicado Conjunto de 1972 sucedeu a 27 de setembro do mesmo ano pela mão do Secretário-Geral da República Popular da China, Mao Zedong, e o Primeiro-Ministro japonês em exercício naquele período, Kakuei Tanaka.

Da parte do Japão, a busca pela normalização de relações com a China estava incluída numa estratégia de colocar uma ênfase numa “diplomacia mais diversificada em vez do unilateralismo”, de modo a obter uma política externa “independente” e a aproximação entre os EUA e a China

significava para o Japão a sua “maior oportunidade para se virar para a diversificação” (Kokubun et al.. 2018:89).

Quando o Japão já havia completo um longo período de reconstrução económica, o primeiro-ministro Takeo Fukuda avançou com a sua doutrina, em que o Japão continuava a abjurar a guerra, mas que fazia uso da sua renovada pujança económica para fortalecer as relações com os vizinhos asiáticos através de relações bilaterais e na ASEAN (ASJA).

O Comunicado Conjunto de 1972 começa por afirmar que a “situação anormal” registada até então “cessa” com a publicação do documento.

O documento estabelece pontos importantes que vão delinear as linhas mestras das relações sino-japonesas, tais como: o reconhecimento do governo de Pequim como o “único governo legal da China”; a admissão pelo Japão de que Taiwan “é uma parte inalienável” da RPC; a resolução de eventuais disputas através de “meios pacíficos”, abjurando o recurso à guerra; o estabelecimento de relações de “paz perpétua e amizade” com base no “respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não ingerência em assuntos internos(...)igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica”; e a recusa pela busca de “hegemonia” por cada uma das partes e a oposição a qualquer “país ou grupo de países” que o tente.

O mencionar de um “terceiro país” para o Japão referia-se aos Estados Unidos, mas o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês Ji Pengfei, “mudou” a proposta para que ela significasse a União Soviética, algo com o qual o Japão “não teve quaisquer problemas” (Kokubun et al. 2018:96).

É invocado o Artigo 8 da Proclamação de Potsdam relativamente ao ponto 3 do acordo, relativamente a Taiwan. De importante relevância o ponto 5 do comunicado em que a RPC afirma “abdicar” de quaisquer reparações de guerra “no interesse da amizade entre os povos”.

Um forte sinal de um resultado efetivo da normalização das relações foi a formação da Associação Económica Japão-China em novembro de 1972, verificou-se a “remoção de todas as restrições” ao financiamento de crédito do Banco de Exportações-Importações e assinaram-se “acordos no comércio, reduzindo as barreiras alfandegárias em um terço (Janeiro de 1974), aviação civil (Abril 1974), transporte marítimo (Novembro de 1974) e recursos pesqueiros (Agosto de 1975)”. (Burns 2000:41).

O comércio bilateral “aumentou três-vezes” de 1972 a 1975, contabilizando um total de 3,8 milhões de dólares, levando a China a tornar-se o principal parceiro comercial dos japoneses (Burns 2000:40/41).

As crises de petróleo dos anos 70 foram outro fator que impulsionaram a aproximação dos dois países, pois o Japão via ameaçada o seu “fornecimento de energia e matéria-prima”, obrigando à diversificação, levando a que o “mercado de energia Chinês parecesse crescentemente atrativo” (*Ibidem*, p.41).

Os anos 70 testemunharam uma reestruturação na economia japonesa em que indústrias com base em “consumo de energia intensivo ou uma enorme quantidade de trabalho” como os têxteis, o aço, petroquímicos e construção naval “encontraram declínio estrutural”, começaram a “realocação”

para o estrangeiro. Neste contexto, o programa de modernização chinês “forneceu uma boa oportunidade para as exportações japonesas” (*Idem*).

A morte de Mao em 1976 e a “subsequente purga do Gangue de Quatro” (mentores e cabecilhas da Revolução Cultural) criaram as condições políticas para a implementação pela mão de Hua Guofeng do “Programa das Quatro Modernizações” delineado por Zhou Enlai (*Idem*).

O programa de rápida industrialização impeliu a China a “adquirir tecnologia japonesa” com base nas “exportações de petróleo” desejadas pelos japoneses. A indústria do aço nipónica em particular “apoiava esta iniciativa” e executou esforços para “persuadir a indústria de refinação de petróleo a acomodar maiores importações da China” (*Idem*).

Ou seja, o Japão “desejava vender tecnologia avançada e a China queria comprá-la. A China tinha recursos, incluindo petróleo bruto e carvão, e o Japão necessitava deles” (Zhang in *Idem*).

A assinatura do LTTA (*Long Term Trade Agreement* – Acordo Comercial de Long Termo) por Liu Xiwen, vice-ministro chinês do Comércio Estrangeiro, e Inayama, vice-presidente da associação de negócios japonesa Keidanren a 16 de Fevereiro de 1978, “cobrindo o período de 1978 a 1985”, foi um novo passo em frente nas relações económicas chinesas, tendo por base as “crescentes complementaridades entre as duas economias” e enfrentando “algumas das dificuldades que tinham surgido na relação comercial” (*Idem*).

O LTTA materializava o “fornecimento dos recursos de energia da China em troca da importação de bens tecnológicos avançados” do Japão, criando um vínculo claro entre a “modernização económica da China e a segurança económica do Japão”, endereçado assim o “crescente problema do défice comercial da China com o Japão” (*Idem*).

Entre 1972 a 1975, o défice comercial chinês “cresceu de 118\$ milhões de dólares para 728\$ milhões de dólares”, uma situação que se veio a revelar “particularmente problemática” com a “breve ascensão” do Gangue de Quatro no final de 1975 a setembro de 1976 (*Idem*).

A assinatura do LTTA “promoveu um clima positivo” nas relações bilaterais e foi neste contexto que se desenrolou a formulação e assinatura do Tratado de Paz e Amizade entre os dois países (*Idem*).

O Tratado de Paz e Amizade entre o Japão e a República Popular da China de 1978 é um documento de importância major para as relações entre os dois países pós-1978, servindo ainda hoje de referência.

No ano de assinatura do Tratado, registou-se uma incursão de navios pesqueiros chineses durante um largo período, com muitas das embarcações com mensagens de reclamação da soberania chinesa das ilhas Diaoyu/Senkaku (Saito 2019:15). Foi o primeiro incidente deste tipo a causar mal-estar entre a RPC e o Japão, num período em que decorriam as negociações entre os dois países para o Acordo de Paz e Amizade que viria a ser assinado ainda naquele ano.

Acreditava-se que o incidente tinha sido instigado pelo que restava do Gangue dos Quatro, facção anti-reformista e ortodoxa do PCC que havia liderado e impulsionado a Revolução Cultural, através de Chen Jihua, um quadro do Partido no Comité Revolucionário de Shanghai. É sugerido que este

incidente revelava “a luta de poder interna entre os quadros sêniores do PCC no que toca à sua política relativamente ao Japão e às Ilhas Senkaku” (*Idem*, p.29).

Como forma de mostrar a Tóquio que Pequim também tinha em conta a perspectiva japonesa, Liao Chengzhi, secretário-geral da Sociedade da Amizade Sino-Japonesa, afirmou que a “visão dos quatro pontos” por parte da China “mostravam consideração” pelas posições originais japonesas.

O surgimento de duzentas embarcações pesqueiras violando as águas territoriais japonesas em redor das Senkaku/Diaoyu em abril deste ano “complicou os esforços” levados a cabo por Fukuda para apaziguar os temores das fações contra a RPC e a favor de Taiwan. O incidente “parecia mostrar que havia interesses na China que objetavam” à política de aproximação ao Japão de Deng Xiaoping (Kokubun ET AL. 2018:102).

Porém, mais tarde, quando Deng Xiaoping fez uma visita oficial a 22 de outubro, quatro dias depois do Tratado ter sido ratificado pela Câmara dos Conselheiros, o chefe-de-estado chinês “exultou” a tecnologia da rede ferroviária de alta-velocidade japonesa, de modo a “agregar cooperação japonesa” para a sua política de construção económica da China (Kokubun ET AL. 2018:103).

No tratado são inscritos os princípios de “respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de cada um, igualdade e benefício mútuo e pacífica coexistência”. É invocada a Carta das Nações Unidas como documento cujos princípios se orientarão para “resolver todos os litígios por meios pacíficos”. Estipula-se a rejeição de busca pela hegemonia na região da Ásia-Pacífico, tal como a oposição às intenções hegemónicas por parte de “qualquer outro país ou grupo de países” e é clarificado que o tratado “não afetará a posição” de nenhum dos países na sua relação com quaisquer outros “terceiros países”. O tratado termina com a estipulação de um prazo de 10 anos para a validade do tratado, podendo o mesmo vir a ser denunciado por qualquer uma das partes caso a cláusula relativamente à “hegemonia” consagrada no artigo 2 seja posta em causa.

No final da década de 70, com o poder político “consolidado”, Deng Xiaopeng inicia a política de “Portas Abertas”, promovendo “extensa interação com o mundo exterior, abrindo a China ao capital estrangeiro, e promovendo a exportação de produtos Chineses”. Esta política resultou no “crescimento de dez vezes mais” do comércio China-Japão entre 1979 e 1999 (Burns 2000:42).

Em Novembro de 1979, a China é admitida no Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE na categoria de “países em desenvolvimento” através de uma campanha de persuasão levada a cabo pelo Japão junto dos “membros (...) líderes” (*Ibidem*, p. 47).

Em Dezembro de 1979, era anunciado o “primeiro pacote de Ajuda ao Desenvolvimento Estrangeiro para a China”, com o objetivo principal de apoiar o “desenvolvimento da indústria do aço Chinesa”. O ODA¹³ (*Overseas Development Assistance* – Ajuda ao Desenvolvimento Estrangeiro)

¹³ O programa ODA japonês para a China divide-se em três componentes: *Loan Aid*, *Grant Aid*, *Technical Cooperation*. A componente *Loan Aid*, Segundo o site do Ministério dos Negócios Estrangeiros japoneses, “envolve o fornecimento de empréstimo sob condições atenuadas (juros baixos, longo período de repagamento) aos países recipientes” (MOFA.JP).

tornou-se um “importante símbolo da amizade bilateral”, sendo o Japão o primeiro país a “fornecer ajuda bilateral à RPC” (*Idem*, p.46).

A década de 80 foi um período em que as relações sino-japonesas iriam madurar com base na sua componente económica, ao mesmo tempo que experienciaria dores de crescimento devido à abertura de Pequim a mundo com a *Open Doors Policy* de Deng Xiaoping.

A entrada em vigor da política da *Open Doors Policy* resultou numa reestruturação económica doméstica na China que “levou ao cancelamento unilateral de uma série de contratos em 1979-1981, causando consternação na comunidade de negócios Japonesa” (*Idem*, p.50).

Em maio de 1982, numa visita oficial do primeiro-ministro chinês Zhao Ziyang a Tóquio, foram introduzidos os “três princípios’ da China designados para governar as relações bilaterais”: paz e amizade, igualdade e benefício mútuo, e estabilidade de longo termo (*Idem*, p.48).

Numa visita oficial a Tóquio do secretário-geral do PCC, Hu Yaobang, “um quarto ‘princípio’ foi adicionado”: confiança mútua. Ambos os lados terminaram por “concordar em estabelecer” o Comité do Vigésimo-Primeiro Século, de modo a preparar as relações bilaterais a entrar “no novo milénio” (*Idem*).

Em 1982, foi quando se “registou primeiro” problemas relativamente à descrição da atuação nipónica na 2ª Guerra Mundial nos manuais escolares japoneses (*Idem*, p.51). O episódio repetir-se-ia em 1986 (*Idem*, p.52). Em agosto de 1985, a visita do primeiro-ministro Nakasone ao Santuário Yasukuni “despoletou protestos de estudantes na China” (*Idem*).

Nos anos 80, o Japão deparou-se com a descentralização do “sistema de comércio estrangeiro” e a subida em flecha da “procura de importações japonesas”, causando um “desequilíbrio” na balança comercial a seu favor que levava vozes na China a acusar o Japão de “embarcar na via do ‘imperialismo económico’” (*Idem*, p.50)

Este fator conjugado com o reduzido FDI causou mal-estar na China, acusando o Japão de utilizar a RPC “como uma colónia económica, mas sem vontade de investir no seu desenvolvimento”. O Japão “levou a sério” esta acusação e fez do “equilíbrio comercial” um “objetivo declarado” e para o qual o Investment Protections Act (Lei de Proteção de Investimentos) foi formulado e promulgado em 1988 de modo a “facilitar um maior investimento Japonês” na RPC (*Idem*).

Na década de 80, o foco das exportações chinesas para o Japão mudou da “matéria-prima como o petróleo e o carvão” dos anos 70 para os “têxteis, vestuário, e outros produtos de mão-de-obra intensiva” (*Idem*, p.45).

Com a abertura ao investimento estrangeiro, a diversificação das fontes de investimento tornou-se uma prioridade da política comercial chinesa, preocupada com aquilo que percebia ser uma “sobredependência do Japão”. Este objetivo de Pequim resultou na diminuição da importância do peso do comércio bilateral sino-japonês, apesar de este ter crescido em volume (*Idem*, p.42).

Para além do comércio, o Japão foi um grande proponente da participação da China enquanto membro observador das negociações do GATT (*General Agreement of Tariffs and Trade* – Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e apoiou a adesão da China à APEC quando ela foi criada em 1989, “facilitando a sua entrada” em 1991 (*Idem*, p.48).

Em 1988, o primeiro-ministro Takeshita Noburu ao assinar o *Investment Promotion Pact* (Pacto de Promoção do Investimento) “anunciou o plano para o terceiro empréstimo de ienes”, incluído no ODA, num valor de 810 mil milhões de ienes que iriam ser disponibilizados de 1990 a 1995 (*Idem*).

Contudo, a década de 80 ficaria marcada pelos protestos de Tiananmen e a sua violenta supressão a 4 de junho. A RPC sofreu represálias diplomáticas e sanções que deterioraram muita da boa-vontade conquistada na comunidade internacional desde 1971.

O Japão assinou a declaração conjunta do G7 em julho de 1989 na Conferência de Paris “condenando o governo Chinês pelas suas ações”, mas ao mesmo tempo, o Japão “argumentou com sucesso a inclusão da afirmação da importância de não isolar a China”, para além de “limitar as sanções àquelas que já estavam aplicadas” (*Idem*, p.47).

Para além do seu papel numa plataforma multilateral como o G7, o Japão nunca abandonou os contatos bilaterais com a China, registando-se as “negociações para o terceiro pacote de empréstimo de ienes” e o envio de uma “delegação da Associação de Promoção do Comércio Internacional” a Pequim em dezembro de 1989. Este foi um “gesto” valorizado pela liderança chinesa e Deng Xiaoping descreveu o gesto como “reflexo de genuína amizade” (*Idem*, p.49). O primeiro-ministro japonês Takeshita Kaifu também contou como o “primeiro líder do G-7 a visitar a RPC” e em outubro de 1992, o Imperador Akihito tornou-se no “primeiro imperador Japonês a visitar a China” na história do país (*Idem*).

Nos anos 90, o comércio bilateral sino-japonês continuou a crescer, com a China a tornar-se no “quinto maior parceiro comercial” do Japão em 1992 e o “segundo maior” em 1993. O desequilíbrio da balança comercial atenuou no final dos anos 80 e em meados dos anos 90, a China “reverteu (a balança comercial) a seu favor”, sendo que ela voltou a pender a favor do Japão no final da década (*Idem*, p.42).

Durante os anos 90, o IDE “tornou-se uma importante característica da relação”, acumulando-se 10\$ mil milhões de IDE japonês na China, “facilitando a reestruturação industrial em ambos os países e contribuindo para a transformação da relação comercial bilateral” (*Idem*).

Em 1995, 29% da produção japonesa na China era “exportada de volta para o Japão”, mas os números começaram a cair dado que o “desenvolvimento económico doméstico da China apresentava maiores oportunidades no mercado Chinês” (*Idem*).

Na década de 90, as exportações chinesas para o Japão seguiam o mesmo padrão dos anos 80, exportando “algumas matérias-primas e semi-processados”, notando-se “crescentes quantidades de manufaturas de baixo-valor agregado com uma sofisticação cada vez maior em troca de financiamento e produtos e equipamento de alta-tecnologia” (*Idem*, p. 45).

A década de 90 conheceria uma instabilidade nas relações bilaterais devido a fatores políticos e de segurança que colocariam os dois países em posições opostas e de forte antagonização.

No Japão havia quem expressasse “preocupações” relativamente às “capacidades militares Chinesas” e à “crescente assertividade territorial” da RPC em episódios envolvendo as Ilhas Spratley e as Ilhas Senkaku/Diaoyu (*Idem*, p.54).

Na década de 90, o Japão “tomou passos formais concretos para lidar” com a questão histórica ao reconhecer o “problema das armas químicas deixadas para trás no nordeste da China”, o que obrigou o Japão a “limpar as reservas de armas restantes” (*Idem*, p.52). Um outro passo importante foi o estabelecimento por parte do governo nipónico de uma “fundação utilizando tanto financiamento governamental como privado para compensar as anteriores ‘mulheres de conforto’” (*Idem*, p.53).

Em 1992 e 1993, navios militares chineses “dispararam tiros de aviso” a navios civis japoneses. No início de 1995, a ocupação do Recife Mischief pela China “também aumentou as suspeitas Japonesas” (Dumbaugh et al. 2008:23).

Em 1994, quando se realizaram os Jogos Asiáticos em Hiroshima, o convite feito pelo Comité Olímpico da Ásia ao presidente taiwanês Lee Teng-Hui foi “duramente contestada” pelas autoridades chinesas e o Japão, como resposta, “indicou uma falta de vontade em emitir o visto”, ao que o Comité “retirou o seu convite”. Em contraponto, o vice-presidente de Taiwan Hsu Li-the marcou presença nos jogos, com forte desaprovação de Pequim (Burns 2000:53).

Em agosto 1995, o Japão “enviou caças” das suas bases nas ilhas Ryukyu quando “caças da RPC entraram na Zona de Identificação Aérea em redor das Senkaku/Diaoyutai”. Este incidente juntamente com o elevado “número de atividades de navios da RPC no início de 1996 levariam a uma escalada de tensões entre o Japão e a RPC que duraria até ao final de 1996” (*Ibidem*).

Ainda em 1995, o Japão “suspendeu a atribuição de ajuda à China” devido aos testes nucleares que “infringiam os objetivos de não-proliferação” nuclear do Japão (Solís 2020:3).

Um dos momentos mais tensos que envolveriam a RPC prende-se pela realização de “exercícios de mísseis no Estreito de Taiwan” quando esta levava a cabo as suas primeiras eleições presidenciais. A RPC estava “particularmente preocupada” com a possibilidade da “questão da independência taiwanesa ganhar proeminência como resultado destas eleições”.

No rescaldo destas atuações, os EUA “enviaram um porta-aviões para a região”, ao passo que o Japão adotou uma “política algo menos confrontacional” (Burns 2000:53).

A 17 de abril de 1996, o presidente dos EUA, Bill Clinton, e o primeiro-ministro japonês, Hashimoto Ryutaro, formalizaram uma “reafirmação da aliança” consagrada no Tratado de Segurança EUA-Japão através de uma declaração conjunta que a China contestou (*Ibidem*).

O ressurgir dos nacionalismos foi também outro fator de “palpável deterioração” das relações bilaterais. O elemento que mais provocou os sentimentos nacionais da China foi a descrição reservada aos atos japoneses na 2ª Guerra Mundial pelos soldados imperiais, levando à percepção chinesa de que os japoneses não faziam um esforço suficiente para mostrar arrependimento pelos crimes de guerra cometidos (Solís 2000:3). A publicação em 1996 do livro «China that Can Say No» (*Zhong guo keyi shuo bu*) que “descreve os poderes estrangeiros como agressivos”, critica em particular o Japão (Burns 2000:54). A ênfase colocada na “questão histórica” nos anos 90 sucedeu porque “a China e o Japão estão a mudar de serem amigos para serem rivais nos domínios da política e da segurança e de amigos para competidores no domínio económico” (Wan 2006:340 in

Takeuchi 2014:14). A questão histórica e o nacionalismo foram fonte de tensão nas relações bilaterais, porém, “não teve qualquer efeito perceptível nas relações económicas” (Burns 2000:54).

A assinatura da Declaração Conjunta de 1998 deu-se por ocasião do 20º aniversário da assinatura do Tratado de Paz e Amizade Japão-China. Em 1998, a China queria “escapar do cerco” que o “domínio unipolar” americano criava naquela altura e o Japão era uma das opções para “expandir a diplomacia de parceria” de Pequim (Kokubun et al. 2018:149).

Nos três artigos pelo qual se estende o tratado, as relações Japão-China são enquadradas na “era pós-Guerra Fria” onde o mundo caminha para uma “nova ordem internacional”, movida pela “interdependência e o diálogo” aprofundados pela globalização económica e onde os dois países clamam ser “nações influentes na região asiática e no mundo”, com uma “importanteresponsabilidade pela preservação da paz e promoção do desenvolvimento”. É também manifestado no tratado o apelo para uma “reforma das Nações Unidas”, incluindo no seu Conselho de Segurança, e uma preocupação partilhada pela questão das “armas nucleares”, havendo um apelo à sua “eliminação” e oposição à “proliferação” destas. O segundo artigo da declaração faz referência à região asiática que esta continua avançando “em direção à estabilidade” após a Guerra Fria e havendo um entendimento de parte a parte que ela “exercerá maior influência na política, economia e segurança internacionais”. Existe também a promessa de que ambos os países “participariam ativamente em todas as atividades multilaterais da região” tais como a ASEAN. No terceiro artigo é feita uma revisão do relacionamento bilateral que merece uma expressão de “satisfação” pelo “desenvolvimento” que conheceu em “todas as áreas, incluindo a política, economia, cultura e intercâmbio de pessoas”. É lançado o apelo para que se estabeleça uma “parceria de amizade e cooperação para Paz! e desenvolvimento em direção ao século XXI” e reafirma-se o respeito dos princípios mostrados no Comunicado Conjunto de 1972 e no Tratado de Paz e Amizade de 1978.

Ambos os países afirmam a “formação cultural comum” aos dois povos que partilham 2000 anos de “trocas amistosas”, ao mesmo tempo que acreditam que “enfrentar o passado e compreender corretamente a história são bases importantes para um maior desenvolvimento das relações entre o Japão e a China”. Para futuro reforço das relações bilaterais, é prometida “uma visita anual de um líder” ao outro país, o estabelecimento de uma “linha direta Tóquio-Pequim entre os dois governos” e a “intensificação do intercâmbio de pessoal a todos os níveis”. É também prevista a expansão da cooperação nas áreas da alta tecnologia, informação, proteção ambiental, agricultura e infraestrutura”. É afirmado pelo lado japonês que uma China “estável, aberta e em desenvolvimento é importante para a paz e o desenvolvimento da região da Ásia-Pacífico e de todo o mundo”, havendo um compromisso para continuar a sua “política de cooperação e assistência contínuas para o desenvolvimento económico da China” e que ambos os países “acreditam que (...) as relações bilaterais entrarão num novo patamar de desenvolvimento”.

Na visita do líder chinês Jiang Zemin em 1998 ao Japão, foi a questão histórica que acabou por marcar negativamente o acontecimento com uma série de discursos acintosos onde o chefe-de-estado chinês apontou os crimes de guerra japoneses durante a 2ª Guerra Sino-Japonesa (Austin & Harris 52:2001), após o primeiro-ministro Obuchi ter usado uma “expressão formal de desculpa”

(owabi) na sua visita à Coreia do Sul, mas não a ter usado para com os chineses (Kokubun et al. 2018:149).

O século XXI começaria com “fricções comerciais” em redor das “salvaguardas da China”, nomeadamente, a salvaguarda permitida pela GATT de um país “restringir importações (...) para proteger os seus próprios produtos em casos onde as importações de itens em particular de outro país aumentam rapidamente” (Kokubun 2017:155).

Os produtos em questão eram “cebolas verdes, cogumelos shiitake crus e coberturas de junco macio para tapetes de tatami” importados da China que afetavam agricultores japoneses e, por isso, estes “aplicaram pressão política”. Juntamente com as exigências dos agricultores, a indústria das toalhas também “pediu pela imposição das salvaguardas” das importações de toalhas da China (*Ibidem*). Estas medidas sucederam quando se realizavam as “eleições para a câmara superior” japonesa e a aprovação destas medidas “assegurariam o voto rural e agrícola”. Em resposta, a China “impôs tarifas de importação especiais” a “automóveis, telemóveis e telefones de carro, e ares-condicionados” vindos do Japão (*Idem*).

Em 2001, ainda se registaria a entrada da China na OMC (Organização Mundial do Comércio), marco importante para a afirmação internacional chinesa e em que dois países tinham cedo atingido um “acordo” (*Idem*).

A eleição de Junichiro Koizumi em 2001 para o cargo de primeiro-ministro japonês ampliaria as tensões causadas pela questão histórica através de uma postura desafiante do governo nipónico perante a China. O executivo de Koizumi adotou uma “atitude não-concessional para com a China relativamente à história”, mostrando até uma postura “provocativa” no âmbito da relação bilateral. Koizumi “visitou várias vezes” o santuário de Yasukuni¹⁴ apesar de “repetidos protestos da China e da Coreia do Sul” (Takahashi 2010:29). Koizumi justificou a sua visita advogando que “os protestos da China contradiziam o princípio de não-intervenção nos assuntos domésticos” e que a visita se enquadrava como “uma questão da soberania e cultura do Japão” (*Ibidem*).

Koizumi fez da “indiferença” para com a relação sino-japonesa e a recusa em ceder “qualquer concessão” à China uma das suas marcas de política externa (*Idem*).

A segunda visita de Koizumi a Yasukuni levaria a China a “cancelar a visita programada” a Pequim de Gen Nakatani chefe da Agência de Defesa do Japão. Até que saísse do poder em 2006, as relações entre as estruturas militares dos dois países estavam “essencialmente congeladas” (Dumbaugh ET AL. 2008:11). Apesar do ambiente tenso causado pela postura desafiante de Koizumi o comércio bilateral “não apenas cresceu”, como os “negócios japoneses na China subiram em flecha” (Armstrong 2014:5).

Foi com a saída de Koizumi do cargo de líder governamental e a entrada em cena de Shinzo Abe que as relações bilaterais voltaram a entrar num caminho harmonioso em que ambas as nações

¹⁴ O santuário de Yasukuni situa-se em Tóquio e nele encontram-se os nomes dos mártires de guerra japoneses. Nessa lista, encontram-se nomes de soldados que participaram na 2ª Guerra Mundial, e a visita oficial de membros do governo japonês é percebida como uma ofensa por parte das autoridades chinesas e coreanas devido à atuação do exército japonês no contexto daquela guerra nos territórios destes países.

envidariam esforços num “processo de aquecer a ‘política fria’ com a ‘economia quente’ com iniciativas políticas” (Takeuchi 2014:16).

Quando Abe escolheu a China como o primeiro país a visitar oficialmente, quando a tradição ditava ser os EUA, este foi um “sinal apreciado” pelo governo chinês que tentava já desde a administração Koizumi apaziguar o clima de antagonização com o Japão (*Ibidem*).

Houve três visitas oficiais que marcaram a viragem positiva na dinâmica das relações sino-japonesas. Wen Jiabao, primeiro-ministro chinês da administração de Hu Jintao, chamou a esta primeira visita de Abe de “viagem de quebrar o gelo” (*pobingzhilu*), a visita oficial de Wen Jiabao em 2007 foi apelidada de “viagem de derreter o gelo” (*rongbingzhilu*), e a visita de Hu Jintao, então presidente da RPC, em 2008 foi chamada pelo governo chinês de “viagem da primavera quente” (*nuanchunzhilu*) (*Idem*).

Uma das características que marcaram as cimeiras foi a ênfase nos “interesses comuns” que ajudaram a definir a relação como uma “relação mutuamente benéfica baseada em interesses estratégicos comuns” (*Idem*).

Um dos pontos mais notáveis da declaração de 2006 e das declarações conjuntas de 2007 e 2008 foi o facto de que a questão histórica e de Taiwan “mal serem mencionados” (Kokubun 2010, 2013 in *Idem*, p.16). Essa decisão foi “tomada pela liderança (...) encabeçada pelo Presidente Hu Jintao” devido ao medo de que a “opinião pública negativa sobre o Japão” ficasse “fora de controlo” (*Idem*, p.17).

O regresso das boas relações abriu o caminho para os contactos entre as estruturas militares e em novembro de 2007, um contratorpedeiro chinês tornou-se o primeiro navio de guerra da RPC a “fazer uma escala no Japão” e em junho de 2008, um contratorpedeiro japonês “fez uma escala” no porto de Zhangjiang no sul da China (Dumbaugh et al. 2008:11). Em setembro de 2008, o general da força-aérea Xu Qiliang “tornou-se o primeiro comandante” do Exército de Libertação Popular a visitar o Japão desde 2001 e encontrou-se com o ministro da defesa Yoshimasa Hayashi em que ambos concordaram haver a “necessidade de aprofundar os intercâmbios bilaterais de defesa” (*Idem*).

O compromisso com a renovada estabilização das relações bilaterais encontrou forte testemunho com a “cessação de serviço” de chefe de gabinete da Força Aérea de Auto-Defesa, Toshio Tamogami, após este ter publicado um ensaio que “falava admiravelmente do papel do Japão na 2ª Guerra Mundial” (*Idem*, p.21).

Na visita oficial de Hu Jintao ao Japão de 5 a 10 de maio de 2008 foi assinada a Declaração Conjunta de 2008, que repetia muitos dos princípios já mencionados nos três documentos anteriores e decorreu numa nota mais positiva que a visita do seu antecessor em 1998.

Apesar da tensão provocada pela crise dos *dumplings* envenenados chineses ¹⁵ (pubmed.ncbi.nlm.nih.gov, 2008), Hu Jintao, nomeando a visita como a de uma “primavera calorosa” (FMPRC, 2008), deixou as relações sino-japonesas num estado mais harmonioso do que em 1998. O primeiro-ministro japonês em exercício aquando da visita era Yasuo Fukuda ¹⁶ que havia sucedido a Abe após este ter renunciado devido a razões de saúde¹⁷. Fukuda “tinha uma cadeia de contactos bem desenvolvida com a China” e durante o seu mandato “trabalhou duramente para fortalecer essa relação”, tendo chegado a fazer uma “visita formal” de 27 a 30 de dezembro de modo a “apressar o progresso” da Relação Mutuamente Benéfica com projetos de cooperação nas áreas ambientais, energia e intercâmbio juvenil (Kokubun 2017:15).

Nesta visita oficial, a questão histórica “mal foi tocada”, havendo, no entanto, a menção da visita do imperador japonês a Pequim após o incidente de Tiananmen com um importante momento para a diplomacia dos dois países, descrevendo-o como uma “bela memória”. Essa boa memória de 1992 refletiu-se em três encontros enquanto “convidado de estado” com o Imperador Akihito durante esta visita (Kokubun ET AL. 2018:175).

Nos preceitos da Relação Mutuamente Benéfica com base em Interesses Estratégicos Mútuos é reafirmado que ambos os países consideram as suas relações bilaterais como uma das “mais importantes para cada um dos dois países” e que “cooperar” é a “única opção” para as duas nações de modo a “aumentar a paz e a amizade a longo prazo”, daí que tivesse sido decidido promover uma “relação mutuamente benéfica baseada em interesses estratégicos comuns” (MOFA, 2008). Afirma-se querer “enfrentar o problema da história”, “avançar em direção ao futuro” e “criar uma nova era de ‘relacionamento mutuamente benéfico baseado em interesses estratégicos comuns’”.

Ambos os lados “reconheceram que são parceiros que cooperam entre si e não são ameaças um ao outro”, uma posição que reafirma a vontade do Japão e da China em seguir a sua relação de parceria apesar dos eventos que a colocaram em casa durante o mandato de Koizumi.

No sexto e último ponto da Declaração Conjunta estabelece a cooperação para construir “estruturas de diálogo e cooperação (...) com base (...) em cinco pilares”. Os cinco pilares são o (1) aumento da confiança mútua na área política; (2) promoção do intercâmbio cultural e interpessoal, bem como sentimentos de amizade entre o povo do Japão e da China; (3) aprimoramento da cooperação mutuamente benéfica; (4) contribuição para a região Ásia-Pacífico; e (5) contribuição para a resolução de problemas globais.

¹⁵ Em janeiro de 2008, 10 japoneses foram hospitalizados após comerem *dumplings* importados da China. Os dumplings com origem numa fábrica em Hebei foram injetados por Lu Yueting com inseticida como forma de represália contra os alegados baixos salários e contra os colegas de trabalho. O incidente causou uma onda de desconfiança na opinião pública japonesa e provocou tensão nas relações diplomáticas sino-japonesas. Lu Yueting foi detido, julgado e condenado em tribunal pelas autoridades judiciais chinesas (BBC 2014).

¹⁶ Yasuo Fukuda foi um primeiro-ministro japonês de um governo do Partido Liberal Democrata de 25 de setembro de 2007 a 24 de setembro de 2008.

¹⁷ A colite ulcerosa que obrigou Shinzo Abe a abandonar o cargo de primeiro-ministro em 2007, seria também a razão para a sua eventual demissão do cargo em 2020 (BBC 2020).

O conceito “Uma Relação Mutuamente Benéfica com base em Interesses Estratégicos Comuns” tem servido como guia orientador das relações contemporâneas sino-japonesas e é constantemente mencionado nas reuniões de líderes. O conceito foi tornado público na Declaração Conjunta publicada a 7 de maio de 2008 (um dos 4 documentos básicos) e assinada pelo então presidente da RPC, Hu Jintao, e o então primeiro-ministro nipónico Yasuo Fukuda.

A declaração conjunta surge após uma tentativa de reaproximação entre os dois países, iniciada ainda no primeiro mandato de Abe em 2006, após um distanciamento causado pela política chinesa do antigo primeiro-ministro Junichiro Koizumi, que, entre outras coisas fez visitas ao templo de Yasukuni (Kokubun 2013:13), onde estão enterrados os mártires de guerra japoneses da 2ª Guerra Mundial. Uma série de confrontações em 2004 em redor das ilhas Senkaku/Diaoyu também foram causa de antagonismo (Takahara 2011 in tkfd.or.jp).

O conceito ganhou forma mais concreta numa comunicação intitulada “Declaração Conjunta entre o Governo do Japão e o Governo da República Popular da China sobre a Promoção Abrangente de uma ‘Relação Mutuamente Benéfica com base em Interesses Estratégicos Comuns’” (MOFA, 2008). A Declaração Conjunta de 2008, é onde se delineia as matrizes deste conceito que se estende por cinco pontos e várias alíneas que concretizam as linhas orientadoras da relação entre os dois países para uma nova era. Apesar da declaração oficial ter sido assinada por Yasuo Fukuda em 2008, o conceito surgiu primeiro em 2006 por Shinzo Abe, que antes de ter assumido o cargo de primeiro-ministro havia gerido a coordenação das relações Japão-China (Kokubun 2013:14).

Numa declaração conjunta de 2006 a expressão “relação mutuamente benéfica” (MOFA, 2006) apareceu em papel após uma série de reuniões entre o recém-eleito Abe e Hu Jintao, quando os dois países procuravam reatar os laços diplomáticos após o período de distanciamento com Koizumi. A “Relação Mutuamente Benéfica com base em Interesses Estratégicos Comuns” surgiu como forma de reenquadramento das relações Japão-China trinta e quatro anos depois da sua normalização em 1972.

A China da primeira década do milénio tinha aspetos que marcavam uma forte diferença quando comparada com a China da assinatura do Comunicado Conjunto de 1972. Em 1972, a RPC acabava de ter experienciado um muito turbulento período histórico, a Revolução Cultural, a economia ainda regrada pelos trâmites planificados do socialismo e, a nível internacional, a China havia-se intrometido em várias frentes de forma agressiva e, por vezes, bélica, garantindo através da sua política externa ser excluída das instituições internacionais que regravam o mundo pós-Guerra.

A China que assinava a Declaração Conjunta que lançava a “Relação Mutuamente Benéfica” em 2008 estava bem integrada nas instituições internacionais, seja a ONU ou a OMC, onde havia garantido a entrada poucos anos antes com a ajuda da diplomacia japonesa.

A economia, apesar de continuar a haver um controlo por parte do estado, era muito mais aberta à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro, e, a política externa chinesa era mais tranquila do que no período pós-revolucionário logo após a implantação da RPC em 1959.

A “Relação Mutuamente Benéfica com base em Interesses Estratégicos Comuns” surge como que um exercício de institucionalização do novo patamar a que as relações sino-japonesas

chegaram pela evolução histórica dos países desde 1972 (Kokubun 2013:14). A preocupação demonstrada na declaração relativamente aos interesses da região e da comunidade internacional, as preocupações ambientais e no ramo da energia e a atuação de ambos os países nas instituições internacionais revela-nos uma relação mais focada no “multilateralismo” e com capacidade de visualizar a projeção do seu impacto ao nível global (*Idem*, p.14).

A bem-sucedida visita de Hu Jintao marcou um momento de mudança do bilateralismo que marcava o “Sistema de 72” que regravam as relações sino-japoneses para um “Sistema de 2006” orientado para o multilateralismo (Kokubun et al. 2018:175-176).

Porém, este “Sistema de 2006” baseado no conceito de uma ‘Relação Mutuamente Benéfica Baseada em Interesses Estratégicos Comuns’ deparou-se com dificuldades logo ao início. Um dos casos mais paradigmáticos foi o da assinatura de um acordo importante sobre a parceria conjunta dos campos de gás do Mar da China Oriental, que foi tornado público porque “havia uma forte reação negativa” por parte da linha dura do regime chinês, daí que Hu não quisesse que “fosse visto como tendo feito largas concessões” ao Japão (Kokubun et al. 2018:176). O acordo consistia no “desenvolvimento conjunto” do campo de Asunaro/Longjing, permitindo o investimento de empresas japonesas em Shirakaba, área que Pequim já havia desenvolvido, além de estipular a “cooperação” entre os dois países em outros lugares. Apesar dos avanços realizados com este acordo no tocante a reais projetos de parceria conjunta entre a China e o Japão, este acordo foi “criticado veementemente” em Pequim por se acreditar que “se concedeu demasiado ao Japão” (*Ibidem*).

Um importante documento orientador para os dois países lidarem com as disputas nas Senkaku/Diaoyu é o Acordo de Junho de 2008 (MOFA, 2008), que estipula a área onde a fronteira marítima entre os dois países “não foi delimitada” como um “Mar de Paz, Cooperação e Amizade”, cimentada pelo desenvolvimento em conjunto com do campo de petróleo e gás Shirabaka/Chunxiao, cuja zona foi previamente delimitada no acordo com coordenadas precisas.

Como base para o acordo, foi publicada uma declaração de imprensa conjunta Japão-China a 18 de junho de 2008 com o título «Cooperação entre o Japão e a China no mar da China Oriental», no qual com base no “novo entendimento comum entre líderes” em abril de 2017, fica estabelecido que “os dois países cooperam entre si sem prejuízo das posições jurídicas de ambos os países durante período de transição, na pendência de um acordo sobre a delimitação e deu o primeiro passo para esse fim” (*Ibidem*).

O Japão e a China prometem, “por meio da exploração conjunta”, escolher locais para desenvolvimento através de “mútuo acordo e conduzir o desenvolvimento conjunto nos locais delineados no Acordo, com base no “princípio do benefício mútuo” e de acordo com os “seus respetivos procedimentos internos” de forma a “concluir prontamente” um acordo bilateral necessário para a implementação deste projeto de desenvolvimento conjunto (*Idem*).

O acordo permitiu ao Japão encontrar uma “forma honrosa de participar no desenvolvimento energético na área disputada, ao mesmo tempo que não requeria que a RPC aceitasse a ‘linha mediana’” que dividisse as águas das Senkaku/Diaoyu entre os dois países (Dumbaugh ET AL. 2008:10).

Porém, o Acordo de Junho de 2008 não produziu efeitos duradouros. Atualmente, a China desenvolve unilateralmente os campos de gás no “lado chinês da linha de equidistância geográfica”, com “16 estruturas” de extração de petróleo incluindo uma estrutura na área de Shirakaba (MOFA, 2020). Ainda em 2008, quando um terremoto assolou a província de Sichuan, o Japão “ofereceu de imediato condolências e alegadamente prometeu 5\$ milhões de ajuda de emergência em suprimentos, tal como no fornecimento de imagens satélite da zona do terremoto” (Dumbaugh ET AL. 2008:10). Nas semanas que se seguiriam, o Japão anunciaria “adicionais 5\$ milhões em assistência para tendas e outros suprimentos”, para além de enviar “60 peritos de resgate terremoto”, tendo sido a “primeira equipa que Pequim aceitou, e subsequentemente enviou pessoal médico para ajudar os sobreviventes do terremoto” (*Idem*, p.11).

O ano de 2010 testemunharia o momento em que o PIB chinês ultrapassaria o PIB japonês tornando-se a “segunda maior economia mundial”, uma posição ocupada pelo Japão nos quarenta anos anteriores (McCurry in The Guardian 2011).

Na primeira década do século XXI, as principais importações da China com origem no Japão eram “maquinaria e maquinaria elétrica”, “metais” e “químicos”; enquanto que as principais importações japonesas com origem na China eram “maquinaria e maquinaria elétrica” e “têxteis”. Foi nesta década que as exportações chinesas de “maquinaria e maquinaria elétrica” ultrapassaram a dos “têxteis”. A notar também a contínua perda de importância da exportação chinesa para o Japão de “matérias-primas e combustíveis minerais” (Chiang 2019:282).

A dinâmica positiva que havia sido criada desde a saída de Koizumi começou a “declinar” aquando de um incidente em 2012 nas águas das Senkaku/Diaoyu em que “uma traineira de pesca chinesa embateu num navio da guarda costeira japonesa” (Takeuchi 2014:16)

O ano de 2012 seria o momento em que as relações sino-japonesas atingiriam o seu ponto mais baixo desde a normalização, quando Jiang Zemin “subiu na luta de poder no Partido Comunista Chinês durante a transição de poder entre Hu Jintao e Xi Jinping” (*Ibidem*) e, principalmente, pela nacionalização japonesa das Senkaku/Diaoyu em 2012.

A nacionalização japonesa das ilhas Senkaku/Diaoyu em setembro de 2012 foi o evento que marcou indelevelmente as relações China-Japão ao longo da década de 10 do século XX. A nacionalização começou com a tentativa de compra de três das ilhas Senkaku/Diaoyu (Kita-kojima; Minami-kojima; Uotsurujima) por parte do governo nacional liderado por Yoshihiko Noda¹⁸ das mãos do seu proprietário, numa decisão com a intenção de frustrar a posição beligerante contra a China do governador de Tóquio Shintaro Ishihara. O governo nacional japonês comprou as três ilhas das Senkaku/Diaoyu por 2.05 biliões de ienes (cerca de 22 milhões de euros pela valorização atual) em setembro de 2012. Pequim considerou a nacionalização como “ilegal e inválida”, denunciando a ação do estado japonês da compra das ilhas como uma “grave violação à soberania territorial da China” (Khan 2012).

¹⁸ Yoshihiko Noda foi um primeiro-ministro de um governo do Partido Democrático do Japão de 2 de setembro de 2011 a 26 de dezembro de 2012.

O deteriorar das relações também afetou consideravelmente o aspeto económico das relações sino-japonesas. A partir de 21 de setembro de 2012, relatava-se que as autoridades alfandegárias chinesas “estavam a fortalecer as inspeções das importações vindas de e as exportações para o Japão”, apesar das autoridades negarem oficialmente tal sucedido. Foi também relatado que as empresas nipónicas “experienciavam atrasos na obtenção de vistos para os seus empregados japoneses” e que empresas japonesas de grande envergadura que tinham investimentos na China “estavam a experienciar atrasos em obter aprovações regulatórias da entidade de Fusões e Aquisições” (Drifte 2014:30).

Foi também registado uma queda do comércio bilateral de 3,9% em 2012 para 329 mil milhões de dólares e em 2013 para 312,5 mil milhões de dólares, de acordo com os dados chineses, enquanto que do lado japonês, avançava-se que “o comércio aumentou em 2013, mas diminuiu em volume” (*Ibidem*). O setor mais atingido foi o automóvel, com quedas nas vendas de marcas japonesas a serem registadas já em 2012, com um total de 845,500 veículos da Toyota a serem vendidos em 2012, sendo considerada como a “primeira queda anual desde 2002”, enquanto a Nissan experienciou uma queda de 24% nas vendas para a China em dezembro do mesmo ano e a Honda uma queda de 19% no mesmo período (*Idem*, p.31). Outro setor fortemente atingido foi o turismo, com uma queda de 44% de turistas chineses do período de setembro a dezembro de 2012, comparativamente ao ano anterior. A visita de turistas japoneses para a China registou uma queda de mais de 70% nos últimos meses de 2012, uma queda que continuou até 2013 com uma percentagem de 18,2% (*Idem*).

Outro efeito negativo de longo-termo a ser registado foi a queda do Investimento Direto Estrangeiro do Japão na China que caiu 4,3% em 2013 (7,1 mil milhões de dólares) e nos primeiros cinco meses de 2014 caiu 42,2%, de acordo com os dados chineses. Já os dados japoneses registaram uma queda do IDE de 18% em 2013 (*Idem*).

O porta-voz do Ministério da Defesa chinês, Geng Yangsheng viria a adicionar numa declaração que este evento “danificou gravemente a situação geral no desenvolvimento das relações China-Japão” (usa.chinadaily.com 2012).

2. Dinâmicas gerais das relações bilaterais sino-japonesas

2.1. As dinâmicas políticas

A composição geopolítica da Ásia aquando da fundação da República Popular Chinesa em 1949 condenaria a China e o Japão a um afastamento mútuo devido às suas posições antagónicas no mapa da Guerra Fria.

Apesar da inicial proximidade chinesa à URSS e do vínculo japonês aos EUA que o tinham ocupado nos primeiros anos do pós-Guerra, ambos os países quiseram estabelecer as fundações para uma futura normalização através da multiplicação de contatos não-oficiais entre os dois povos, com particular ênfase no comércio.

Houve vários focos de disputa entre os dois países que se manifestaram desde 1949, tais como a questão histórica e a soberania territorial das Senkaku/Diaoyu, dando azo a situações de forte deterioração das relações diplomáticas, com particular ênfase em 2012.

A situação política doméstica foi o principal foco de tensão entre os dois países. A tomada do cargo de líder governamental de uma figura que tivesse uma posição hostil para com o outro país causou um considerável nível de anquilosamento nas relações bilaterais.

Tanto no PCC como no PLD havia fações que se posicionavam contra e a favor da aproximação entre os dois países. No Japão, temos por exemplo, o mandato de Kishi e, particularmente, de Koizumi que, em períodos históricos diferentes, fizeram recuar os avanços feitos na diplomacia bilateral. Da parte chinesa, a fação Radical do Gangue dos Quatro durante a Revolução Cultural e, mais tarde, Jiang Zemin introduziram um forte atrito em qualquer avanço diplomático com o Japão.

Um importante fator nas relações políticas Japão-China que tem sido uma variável constante é a influência dos EUA na definição da política externa nipônica. Até ao ano da normalização das relações EUA-China em 1971, Washington restringiu de forma clara os limites da diplomacia sino-japonesa, pressionando Tóquio a chumbar acordos ou a reduzir os seus efeitos.

A normalização das relações sino-japonesas em 1972, após a China o ter feito com os EUA, demonstra a importância que o aval americano tem para a política externa do Japão que se sentiu muito mais livre para agir com a China, a partir do momento em que esta voltou a ter relações oficiais com os EUA.

A história da diplomacia bilateral China-Japão desde 1972 tem matizes mais positivas do que até então. Tóquio estava mais aberta a fazer uso do seu poderio económico para ajudar a China no seu processo de modernização com os acordos comerciais e ajuda ao desenvolvimento japonesa. O Japão “desempenhou um papel de ‘grande irmão’” (Burns 2000:47) de Pequim com um importante papel na integração regional e internacional chinesa, sendo uma voz ativa junto dos outros estados para a aceitação da entrada da RPC nas instituições como a APEC, o Banco Mundial ou a OMC, que muito serviram os interesses de afirmação de Pequim no campo internacional.

Um marcante episódio que prova esta atitude nipônica foi o uso da diplomacia japonesa para que a comunidade internacional não isolasse a China após a supressão dos protestos de Tiananmen.

Com a doutrina Fukuda, a partir dos anos 70, o Japão fez uso do seu poderio económico para ajudar os países no seu contexto regional e ajudar à construção de um regionalismo asiático que se enquadraria no Sistema de San Francisco.

Através desta política externa, recuperava alguma da reputação perdida na 2ª Guerra Mundial, fomentava o crescimento de mercados com os quais poderia escoar a sua produção ao mesmo tempo que fornecia uma base material para o seu reforço diplomático, e, reforçava a sua posição como figura líder da estrutura institucional do pós-Guerra sob a égide americana, garantindo os seus objetivos de segurança.

Com a aproximação a Tóquio, a RPC neutralizou o potencial de conflito na sua vizinhança e encontrou um essencial parceiro estratégico para sair do seu isolamento político da comunidade

internacional e para modernizar um país devastado pelas guerras da primeira metade do século XX e uma infrutífera proximidade à URSS.

Porém, nos anos 90 e, com particular incidência na primeira década do século XXI, começou a materializar-se uma nova realidade nas relações bilaterais sino-japonesas em que da parte de Tóquio, a “política chinesa do Japão movia do ‘liberalismo comercial’ para o ‘realismo relutante’” fruto dos constantes pedidos de admoestação que a China pedia do Japão no que toca à questão histórica, os incidentes nas Senkaku/Diaoyu e a crescente má opinião pública nipónica relativamente à RPC (Green & Benjamin 35-38:1996 in Burns 2000:54).

2.2. As dinâmicas de economia

Os laços económicos são o elemento mais forte das relações bilaterais Japão-China. O estabelecimento de relações comerciais foi o primeiro passo da Diplomacia Popular delineada por Pequim no período pós-normalização, como forma de criar as fundações para a futura existência de contatos oficiais entre Estados.

Os acordos comerciais bilaterais, O IDE e a ODA (*Official Development Aid* – Ajuda ao Desenvolvimento Estrangeiro) foram instrumentos que o Japão teve ao seu dispor para fomentar o comércio com a RPC e daí obter dividendos económicos, políticos e reputacionais. A aproximação da RPC ao Japão realizou-se devido à sucessiva modernização e reconstrução pós-Guerra do Japão, à proximidade geográfica e porque “o Japão era o país do Ocidente em quem mais confiava” (Kokubun 2017:111).

O comércio sino-japonês começou por se basear na necessidade do Japão por matéria-prima e combustíveis minerais com os quais poderia alimentar a sua economia e da necessidade chinesa por alta tecnologia e maquinaria industrial com a qual pudesse modernizar a sua economia.

Esta tendência continuou até aos anos 80 quando a RPC já possuía um setor industrial capaz de produzir produtos transformados para o exterior. Ao chegarmos à primeira década do século 21, o principal produto de exportação chinesa era a maquinaria e maquinaria elétrica. Esta realidade ilustra a evolução qualitativa que o tecido económico chinês experienciou desde os anos 70 e o papel essencial que o Japão desempenhou nesse sucesso.

Um elemento positivo das relações comerciais pós-normalização é a constância com que foi progredindo à margem das posições favoráveis ou contrárias à aproximação das respetivas administrações. Esta situação deu a possibilidade aos dois países de continuar uma profícua relação bilateral, mesmo quando os Estados não se encontravam em bons termos.

O uso da diplomacia nipónica para facilitar a entrada da China nos fóruns internacionais de economia como a APEC, o Banco Mundial, as rondas de negociação do GATT e, mais tarde, a OMC foi um contributo inestimável para a ascensão da economia chinesa como um gigante global.

Apesar disso, a recente pujança económica chinesa levou “alguns líderes japoneses” a mostrarem preocupação pela “emergência de um ‘Grande Império Económico Chinês’ que possa desafiar o papel regional do Japão” (Burns 2000:50).

Um outro indicador positivo foi o elevado grau de importância que ambos os países representavam para o outro no comercial bilateral. O Japão sempre figurou entre os principais destinos de exportação e origens de produtos importados da China numa tendência que se mantém até hoje. A China foi crescendo na lista de parceiros económicos importantes do Japão até que a relativa modernização da sua economia nos anos 80 lhe permitiu assumir uma posição cimeira.

2.3. As dinâmicas de segurança

No capítulo da segurança, não se registam incidentes de uma gravidade que pudesse levar a um conflito armado, existindo até alguns pequenos exemplos de cooperação por parte de dois países que participaram em duas guerras de grande nível destrutivo (A 1ª Guerra Sino-Japonesa e a 2ª Guerra Sino-Japonesa/2ª Guerra Mundial).

Contudo, registam-se fatores que originam desconfiança e são potenciais elementos de instabilidade nas relações bilaterais.

No contexto exclusivamente bilateral, a questão da soberania territorial das Senkaku/Diaoyu é o maior ponto de tensão entre os dois Estados. Num período inicial, para efeitos de restabelecimento de contatos oficiais, a pertença das ilhas foi um assunto menorizado de modo a não criar uma dinâmica de antagonismo, mas a partir da primeira década do século 21 sucederam vários episódios que foram fonte de tensão entre os dois países, nomeadamente o incidente de 2012, que fez recuar as relações bilaterais ao seu pior ponto desde a normalização.

No contexto regional, a realidade subjacente às questões de segurança prende-se com a aliança nipónico-americana assinada a 28 de abril de 1952 que “vincula fortemente o Japão aos ditados da política externa Americana” (Burns 2000:37).

Este tratado que se insere numa rede de alianças bilaterais sob a égide americana na região do Ásia-Pacífico era percecionado como uma ameaça pela RPC até 1971. O eclodir das guerras no Vietname (1955-1975) e na Coreia (1950-1953) acentuou a divisão geopolítica da Guerra Fria na Ásia, com a China e o Japão a colocarem-se em campos diferentes.

A divisão sino-soviética de 1960 e o crescente foco na modernização do país levou Pequim a secundarizar a perceção da presença americana como uma ameaça até que a normalização das relações com os EUA em 1971 abriu as portas à China para a sua aceitação na comunidade internacional liderada pelos EUA.

A aliança americano-japonesa deixou de ser questão até que em 1997 a RPC protestou a assinatura da Reafirmação do Tratado de Segurança, apontando fazer parte de uma estratégia de contenção da China.

Com a nacionalização das ilhas Senkaku/Diaoyu em 2012, a presidência americana viu-se obrigada a tomar uma posição na contenda em redor da soberania territorial das ilhas, ficando do lado do Japão.

À medida que a China foi ganhando proeminência no seu contexto regional e a nível internacional, maior foi a assertividade da política externa chinesa e mais frequentes os embates e focos de tensão com o Japão.

Apesar desta realidade, Pequim e Tóquio envidaram esforços para realizar momentos de cooperação através de visitas de altos quadros militares ou escalas de navios da marinha a portos do país vizinho. Mesmo que estes atos sejam pouco mais do que simbólicos, são reveladores da vontade dos Estados de querer uma relação harmoniosa também no domínio da segurança.

Parte II

3. A era da governação de Xi Jinping e Shinzo Abe

A assunção do cargo de presidente da China por Xi Jinping, em 2013, deu início a uma nova fase da política externa chinesa, expressa numa maior assertividade e afirmação de poder no espaço internacional. Neste quadro, também houve alterações nas relações de Pequim com Tóquio, que tiveram um novo líder de governo, também ele com um estilo de governação com características singulares. O presente capítulo centra-se na análise aos líderes e aos seus respetivos programas de governação no período referenciado.

Ao longo dos dois subcapítulos que se seguem sobre Xi Jinping e Shinzo Abe, ir-se-ão expor as novas ideias e posturas que trouxeram para a governação e de que forma se tornaram as linhas mestras de uma doutrina de política externa que inseriu um elemento de tensão acrescido comparativamente à dinâmica das relações sino-japonesas na primeira década do novo século.

3.1. Xi Jinping: Origens e ideias base do Centro da Quinta Geração de Líderes

3.1.1. Origens

O atual presidente da República Popular da China faz parte da quinta geração de líderes da RPC, é um *hong'er dai* (红二代 – segunda geração de revolucionário), ou seja, filho de um dos militantes comunistas que instauraram o atual regime juntamente com Mao em 1949, pertence a uma geração de quadros do Partido Comunista Chinês cujos pais foram importantes líderes do Partido, os *princelings*.

Nascido a 1953 em Pequim, o distrito de Fuping, na província de Shaanxi, seria o local onde viveria na infância e juventude. Em 1969, seria realocado para uma área rural da província, no distrito de Yuanchuan (Brookings 2018:1), passando a fazer parte dos Jovens Educados da China, um grupo de jovens urbanos mandatados para fazer trabalho manual no campo como forma de serem “reeducados pelos pobres camponeses” (Mao 1968 in Zhou&Hou 1999:1).

Xi Zhongxun, pai de Xi Jinping, chegou a ser um membro do Politburo, vice primeiro-ministro e “um dos arquitetos” das Zonas Económicas Especiais chinesas no começo dos anos 80 (Brookings 2018:2).

O período da Revolução Cultural havia sido duro para com a família de Xi Jinping, que testemunhou a queda em desgraça do pai após este ser identificado como “elemento Anti-Partido”, ser obrigado a “denunciar” o pai, e, por sua vez, ser “denunciado” pela mãe naquele conturbado momento social e político (Silva 2021:95). O exílio no campo para ser “reeducado” pelos camponeses seria uma provação nos primeiros tempos, chegando mesmo a ter regressado como “clandestino” a Pequim, um “enorme erro, que lhe podia ter custado o futuro político” (*Ibidem*, p.96). Após ter regressado ao campo, os anos que Xi Jinping passou em reeducação até 1975 ajudaram-no a cimentar a sua ligação ao campesinato pobre do norte chinês, imagem que é corroborada com reportagens televisivas da CGTN que “procuram mostrar como a passagem pela rudeza da

vida naquele lugar foi a essência para que o líder da China seja atualmente um grande lutador contra a pobreza” (*Idem*, p.99).

A experiência de reeducação no campo de Xi Jinping duraria até 1975, no ano anterior tornar-se-ia oficialmente membro do Partido Comunista da China. De 1975 a 1979 estudou engenharia química na Universidade de Qinghua e, em 2002, concluiu um programa doutoral em direito (Marxismo) no Instituto de Humanidades e Ciências Sociais da Qinghua (*Ibidem*, p.1).

Em 1979, Xi Jinping serviu como “secretário pessoal” do então ministro da defesa, Geng Biao, até 1982. De 1982 foi vice-secretário e, de seguida, secretário do Distrito de Zhengding, na província de Hebei, até 1985; de 1985 a 1988 serviria como vice-prefeito executivo da província de Fujian; secretário do partido no Distrito de Ningde de 1988 a 1990; ocupou a mesma função na cidade de Fuzhou de 1990 até 1996; em 1996 assumiu a posição de vice-secretário do partido da província de Fujian até 1999; em 1997 é nomeado membro substituto do Comité Central; a partir de 1999 torna-se governador de Fujian desde esse ano até 2002; depois assumiu o cargo de secretário do partido na província de Zhejiang até 2007; em março desse ano “foi nomeado” secretário do partido de Shanghai; sendo “transferido” para Pequim para ocupar a posição de membro do Comité Permanente do Politburo, cargo que ocupa até hoje, e, secretário executivo do Secretariado do Comité Central até 2012. De 2007 a 2012, Xi Jinping também foi presidente da Escola Central do Partido. A março de 2008, é “eleito” vice-presidente da RPC e nesse período foram-lhe também incumbidas as responsabilidades de preparar os Jogos Olímpicos de 2008 e as celebrações do 60º aniversário da instauração da República Popular Chinesa (*Idem*). Xi Jinping foi eleito secretário-geral do PCC no 18º Congresso do Partido em 2012 e foi reeleito no 19º Congresso em 2017 (*Idem*).

Xi é “amplamente considerado ser um *protégé*” de Jiang Zemin, antigo presidente da RPC, e de Zheng Qinghong, antigo vice-presidente chinês (*Idem*, p.2).

Por virtude da sua ascendência, ele é considerado um *princeling*, os descendentes dos “líderes de alto nível que lutaram na revolução que estabeleceu a República Popular e que dominaram a alta política nas suas primeiras quatro décadas” (Miller 2010:2).

Este grupo de descendentes é uma facção no PCC conhecida pelos Princelings (*taizidang*), a facção *Taizidang* (太子党 – *Princelings*) do PCC é identificada enquanto promotora da “eficiência na liberalização da economia de mercado de modo a gerar mais riqueza: a criação de uma ‘sociedade moderadamente próspera’” (Golden: 2013). Apesar de não ser considerado como um grupo “coerente”, consiste num “agregado de pessoas que se pode ter associado com os demais durante os anos de infância” em que os seus pais desempenhavam importantes cargos no mandato de Mao e que “podem ter partilhado tribulações comuns durante os últimos anos de Mao” (*Ibidem*).

No capítulo pessoal, Xi Jinping casou-se duas vezes. Primeiro com Ke Lingling, filha de Ke Hua, antigo embaixador da RPC no Reino Unido. Após este matrimónio ter resultado em divórcio, Xi casar-se-ia com Peng Liyuan, cantora de música popular de renome e que ocupou o cargo de major-general no ELP “até muito recentemente”. Deste matrimónio, nasceu Xi Mingze, a filha única do

casal, estudou um curso universitário em psicologia na Universidade de Harvard e prosseguiu os estudos na mesma área em Pequim (*Idem*).

A imagem de Xi Jinping que é promovida na RPC é a de “um homem Chinês vindo do coração do país, nascido de novo nesse coração, e ancorado na longa história da civilização Chinesa – a do Imperador Amarelo, e de Mao” (Bougon 2017:61).

Xi Jinping é retratado como “um filho nativo que vive simplesmente, que se pode gabar da sua frugalidade, em contraste com a voracidade dos novos-ricos; da China interior, em contraste com as regiões costeiras pervertida pela ganância monetária; de uma China de grandes homens, em contraste com a decadência Ocidental” (*Ibidem*).

3.1.2. A verve conservadora de Xi

Antes da tomada de cargo por Xi, no Ocidente previa-se que seria um “Gorbachev chinês” que levaria a cabo reformas democráticas na RPC e colocaria a China nos eixos do liberalismo internacional (*Idem*, p.36). Porém, viria a revelar-se um homem do aparelho do Partido, preocupado, acima de tudo, com os desafios de um país crescentemente assolado pela desigualdade de rendimentos e assombrado pela possibilidade dos fatores que tinham levado a à derrocada da URSS se repetirem na RPC (*Idem*, p.39). A ideia de um dirigente máximo que fosse promotor de ideias ocidentais perdeu todo o sentido, confirmado pelo Documento 9, “um relatório sensível e explosivo – escrito por Xi Jinping, há quem diga – inteiramente devotado ao estudo da ‘esfera ideológica’” (*Idem*, p.154). No documento, “distribuído secretamente no interior Partido”, são identificadas as “falsas tendências, posições e atividades” e que representam “problemas dignos de nota” na esfera ideológica do país (chinafile.com, 2013).

Os problemas identificados prendem-se com a “Promoção da Democracia Constitucional Ocidental”; a “Promoção dos ‘valores universais’ como forma de enfraquecer as fundações teóricas da liderança do Partido”; a “Promoção da sociedade civil numa tentativa de dismantelar a fundação social do Partido dirigente”; a “Promoção do Neoliberalismo, tentando mudar a Base do Sistema Económico da China”; a “Promoção da ideia Ocidental de Jornalismo, tentando desafiar o princípio Chinês de que os media e o sistema de publicação devam estar sujeitos à disciplina do Partido” (*Ibidem*).

Os cinco problemas identificados no documento demonstram a resolução do aparelho de Partido sob a liderança de Xi de afastar quaisquer ameaças ao seu domínio da sociedade e base de poder político chinesa. No ponto relativo aos “valores universais”, o documento acusa o Ocidente de assumir que o seu “sistema de valores desafia o tempo e espaço, transcende nação e classe, e aplica-se a toda a humanidade”, argumentando que os “valores Ocidentais são a norma prevalente para toda a civilização humana”, que, de acordo com o Documento, são uma distorção do sistema de valores do Partido (*Idem*).

O documento afirma que o pensamento Ocidental pressupõe que “só quando a China aceitar valores Ocidentais é que terá um futuro”, perspetivando a Reforma e Abertura como “apenas um processo da aceitação gradual de direitos universais” (*Idem*). Denuncia também que esta linha

de pensamento promovida pelo Ocidente tem por objetivo “usar o sistema de valores Ocidental para suplantar os valores nucleares do Socialismo” (*Idem*).

Este documento ajudou a cimentar a ideia de que, após Hu Jintao, o PCC levaria a China a uma tendência nacionalista e respeitadora de valores anti-ocidentais, próximos dos fundamentos socialistas em que o regime de Pequim foi edificado e da hegemonia do Partido em todas as dimensões da vida política e ideológica do país.

A eventual autoria deste documento por Xi Jinping cimentaria a sua visão de um contínuo afastamento por parte de Pequim dos valores e mundivisão ocidental

3.1.3. O Sonho Chinês e o Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa

Quando ainda não tinha assumido oficialmente o cargo máximo do país, num discurso em 2012 no Museu Nacional em Pequim na exposição “O Caminho para o Rejuvenescimento”, Xi Jinping afirmou num discurso que “levar a cabo o nosso rejuvenescimento é o maior sonho que este país alguma vez teve” (chinesedream.wixsite.com, 2020), reiterando o pendor nacionalista do ideário de Xi e evocando o sentimento de recuperação de orgulho nacional perdido.

É relevante que Xi tenha feito este discurso, onde explana dois importantes conceitos, o “Sonho” e o “Rejuvenescimento” que viriam a marcar o seu mandato, no principal museu do país onde repousa o património histórico nacional, numa exposição onde é mostrada a forma como os chineses “lutaram para salvar a China do Imperialismo Ocidental” (*Idem*).

Em 2012, no 18º Congresso do PCC, Xi Jinping foi eleito secretário-geral do PCC e, em 2013, torna-se o Presidente da República Popular da China (Brookings 2018:1).

Ao nível doméstico, Xi Jinping avança com o lema do “Sonho da China”, um equivalente chinês do *american dream* surgido num período de grande vigor económico, moldado por uma visão coletivista do sucesso e onde já se perspectivava o “rejuvenescimento nacional” como objetivo (USCNMP, 2018).

O Sonho Chinês é um conceito usado já desde Deng Xiaoping e que surge como um renovado desígnio no início do primeiro mandato de Xi Jinping elaborado para ser propagado ao nível doméstico. Xi Jinping afirmou que o Sonho Chinês consistia num “estado poderoso e rico”, na “renovação da nação” e num “povo feliz” (Kondrashova 2014 *in* Kopsetva 2015:375). Xi estabelecerá como condições para a realização do Sonho Chinês “em 2020, dobrar o PIB e o rendimento per capita das populações urbanas e rurais em comparação com o indicador de 2010; completar a construção de uma sociedade moderadamente próspera”; e, em meados do século “transformar o (...) país num estado socialista rico, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso e viver o Sonho Chinês de uma grande renovação da nação Chinesa” (Xi Jinping, 2013 *in* *Ibidem*).

Este é um conceito que imolava uma China com uma classe média crescente, uma sociedade cuja modernização a ia aproximando dos países desenvolvidos, conducentes com a concretização dos objetivos estipulados pelos Dois Centenários e a construção de uma Sociedade Moderadamente Próspera. Apesar do foco doméstico, Sonho Chinês também, advoga que “uma China com uma grande classe média dará origem a uma maior estabilidade e prosperidade no

mundo” (Wang 2011:10). O conceito engloba a “reabilitação oficial do pensamento tradicional Chinês e uma espécie de renascimento Confucionista” (Kondrashova 2014 *in* Kopsetva 2015:375)., tem as suas origens num antigo poema (Ibidem, p.376) e sendo publicitado em outdoors com a presença de figurinas de barro tradicionais chinesas, os *Nirenzhang* (Lee *in* The Diplomat 2014), invocava elementos da cultura ancestral e tradicional da China para dar um enquadramento nativo a este período de prosperidade, criado sob a égide das políticas de reforma e abertura de Deng Xiaoping que permitiram a aplicação de medidas favoráveis ao investimento privado e mercado livre, preceitos ideológicos do capitalismo e do Ocidente.

Porém, o Sonho Chinês tem, também, uma dimensão que extravasa as fronteiras da RPC. Callahan afirma que foi em 2013 que o *China Dream* inicia um “processo de três passos”, no qual o “sonho chinês” é cumprido domesticamente, seguido de um “*Asian-dream*” com Pequim como o seu centro gravitacional, e, no final, atingindo-se um “*world dream*” sinocêntrico. (Callahan 2016:5)

Esta possibilidade adequa-se à discussão que os círculos intelectuais chineses falam de um sistema «under-heaven», uma tradução inglesa da expressão chinesa “天下” (*Tianxia*), cuja tradução adequada em portuguesa poderia ser “tudo sob o céu”, conceito que foi resgatado no esforço do regime em recuperar elementos tradicionais e aplicá-los num contexto moderno.

Um conceito que tem vindo a ganhar um espaço cada vez maior no discurso oficial do Presidente é o do “Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa” que tem por enquadramento uma visão da China enquanto potência no campo geopolítico.

No caso da obra do general Liu Ming, «*The China Dream: Great Power Thinking and Strategic Posture in the Post-American Era*», o oficial militar estipula claramente que o “sonho chinês” passa por uma China que consiga fazer frente ao poderio militar e geopolítico americano, não através do confronto direto, mas da capacidade de dissuasão dos EUA em agir militarmente e impor a sua lei na área de interesses da China.

Xi Jinping afirmou que o sonho chinês “enriquece não apenas o povo chinês, mas também beneficia os povos do mundo”, propondo ainda em ocasiões que se encontrava perante públicos estrangeiros que o sonho mundial da China não é de “hegemonia”, mas antes “um sonho de paz, desenvolvimento, cooperação e em relações benéficas para todos os lados”. (Callahan 2015:15/16). O Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa, um lema já presente nos discursos de Jiang Zemin e Hu Jintao (Economy 2018), é um conceito promovido por Xi Jinping a que ele advoga tratar-se do “passado, presente e futuro” da China (*Ibidem*). A um nível simbólico, há que mencionar o nomear do recém-construído Aeroporto Internacional de Pequim Daxing. Daxing utiliza os caracteres 大兴, que são parte integrante do conceito Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa (中华民族伟大复兴).

Este conceito engloba tanto a dimensão doméstica, na construção de uma sociedade e economias capazes de providenciar o bem-estar do povo chinês, como a dimensão externa, aludindo à recuperação do estatuto regional e global da China, perdido durante o Século da Humilhação, período histórico em que a China entrou em conflito com potências ocidentais e o

Japão, colecionando derrotas e perda de prestígio. A descrição de um Império do Meio degradado e de reduzida soberania acossado por potências estrangeiras, ser renovado e rejuvenescido pela liderança do PCC, devolvendo-lhe a uma posição cimeira no concerto das nações, é um tema central na narrativa do Grande Rejuvenescimento e teve uma posição de centralidade na exposição “Caminho para a Renovação”, evento que foi incluído no tour de Xi Jinping em 2012.

2.1.3. A marca política de Xi Jinping

2.1.4. Linhas orientadoras da política interna

Xi Jinping ascende ao cargo de poder máximo numa altura marcante para a história recente da RPC, três anos depois de ter ultrapassado o Japão como segunda maior economia mundial e projetando a suplantação dos EUA enquanto principal economia global.

Ao nível doméstico, uma das mais importantes mudanças efetuadas por Xi foi a remoção da cláusula que “limita a presidência e a vice-presidência a dois mandatos de cinco-anos”, adicionada período de Deng Xiaoping, abrindo a possibilidade de Xi se tornar “Presidente para a Vida” (Brookings 2018:3). Para além desta mudança, também se registou a codificação do Pensamento de Xi Jinping na Constituição em 2017 (Governo da China 2019) e a sua inserção nos currículos escolares (Zou *in* China Daily 2021). Estas medidas colocam o atual chefe-de-estado numa posição de centralidade e importância no regime chinês conhecida apenas por Mao Zedong e Deng Xiaoping. Estas políticas abrem a possibilidade de Xi Jinping se estender no poder para lá do fim do seu segundo mandato e tornar-se uma figura marcante do regime num período histórico determinante para o futuro próximo da RPC.

Ao nível económico, Xi Jinping estabeleceu a transformação do setor privado como o “motor decisivo da economia chinesa” no terceiro plenário do 18º Congresso do partido, contudo “continua a favorecer a política industrial chinesa de fazer das empresas estatais estandarte ‘maiores e mais fortes’” (Brookings 2018:2).

No domínio interno, para além de prosseguir as políticas que levem ao cumprimento da elevação da China a uma Sociedade Moderadamente Próspera, Xi Jinping iniciou uma campanha anti-corrupção que originou na purga de importantes figuras do PCC tais como Zhou Yongkang, anterior membro do Comité Permanente do Politburo, Sun Zhengcai, membro do Politburo, e 11% do membros do do Comité Central do 18º Congresso (Brookings 2018:2). O objetivo desta iniciativa foi a de “recuperar a fé do público chinês no seu partido dominante” após o “escândalo de Bo Xilai” e o “incidente de Ling Jihua” (*Ibidem*). A reestruturação do ELP foi outra importante iniciativa ao aproximar as forças armadas do PCC e, principalmente, do centro da liderança, Xi Jinping. A reestruturação da composição das forças armadas também resultou numa alteração do foco do investimento militar, dando mais preponderância à marinha e à artilharia, facto que pode ser interpretado como tendo consequências na política externa, em particular para a sua vizinhança próxima no Mar da China Oriental e no Mar da China Setentrional.

Após as primeiras reformas de Xi Jinping, as forças armadas ficaram mais próximas do poder central, cujo “líder central” (CSIS, 2016), era o próprio presidente chinês.

Pode ser verificado que as mudanças na estrutura e liderança do EPL levaram a um blindar das forças armadas ao Partido Comunista e, particularmente, ao novo líder que, desta forma, ganhou no exército uma importante base de apoio institucional.

Porém, a reforma militar levada a cabo pela administração Xi foi para lá da renovação de rostos na liderança da hierarquia militar e da sua relação com o Partido, havendo efetivas mudanças no investimento na defesa e no modo de operação das forças armadas chinesas.

A reestruturação do exército foi uma “vitória marcante” para Xi Jinping. Conhecida apenas como “reforma militar” (军改 *junga*), Xi fez uma profunda renovação da administração do EPL, “restruturando a sua organização regional, e redistribuiu os oficiais por diversos departamentos, regiões e serviços”. Com estas mudanças, foi aberto o caminho para a “rápida promoção dos ‘jovens guardas’”, vistos como “protegidos de há muito tempo” ou “lealistas” de Xi (Cheng 2016:20).

O presidente chinês “desmantelou” os quatro departamentos gerais, “uma nova Comissão Militar Central (CMC) e departamentos foram criados”, para além de ter “estabelecido um novo quartel-general de forças terrestres” (Wuthnow&Sanders 2013:1).

Das sete regiões militares existentes, passou a haver cinco teatros de comando “alinhadados contra ameaças regionais”. No espaço de cada um dos teatros de comando, os comandantes poderão “desenvolver forças conjuntas do exército, marinha, força aérea, e unidades de mísseis convencionais” (*Ibidem*, p.1).

Os quartéis-generais de serviço do EPL começaram um processo de transição para se focarem exclusivamente em “organizar, treinar e equipar” missões e já não terão um papel primário na condução de operações” (*Idem*).

É também marcante a reestruturação para “reduzir o tamanho do EPL em 300,000 soldados”, “cortando” nas forças terrestres e “aumentando” o tamanho da marinha e da força aérea (*Idem*).

Foi criada uma “Força de Apoio Logístico Conjunta” (JLSF = Joint Logistics Support Force) e uma “Força de Apoio Estratégica” (SSF = Strategic Support Force) que é “responsável pelo consolidar de operações no domínio da informação, incluindo a guerra espacial, cibernética e eletrónica” (*Idem*, p.5).

Outra importante reforma de Xi foi o “renomear” da Força de Segunda Artilharia para Força Míssil do EPL e o seu “elevar” de um “ramo independente do exército” para um “serviço pleno”, em conjunto com o exército terrestre, a marinha e a força aérea (*Idem*, p.14).

A elevação de estatuto da Segunda Artilharia a Força Míssil do EPL nas forças armadas chinesas “assinala, em parte, a importância crescente colocada na dissuasão estratégica para dissuadir os Estados Unidos de desafiar a expansão pacífica chinesa de forma demasiado agressiva” (Heath et Al. 2016:10).

Num estudo do Departamento de Defesa dos EUA em 2017, é afirmado que a Marinha do EPL “está a substituir rapidamente plataformas obsoletas, geralmente com único-propósito em favor de combatentes maiores e com múltiplos papéis”, tais como “armas e sensores anti-navio, anti-ar e anti-submarinos” (Governo da RPC, 2018).

No mesmo estudo é delineado que o esforço de “modernização” calha em linha com a “ênfase crescente no domínio marítimo, com as exigências crescentes para que a MELP conduza tarefas operacionais a distâncias cada vez maiores da China continental usando plataformas navais multimissão, de longo-alcance e sustentáveis que tenham robustas capacidades de auto-defesa”.

O executivo de Xi Jinping decretou uma redução de 200.000 efetivos no exército e um maior investimento na Marinha, repercutindo-se na modernização e aumento das embarcações militares da China, com o objetivo de obter uma “marinha de alto mar”, de modo a que a China possa projetar força militar em águas internacionais e, particularmente, no Mar da China Meridional, onde veio a ocupar as ilhas Spratley e Paracel e a construir ilhas artificiais.

Em 2019, a frota naval da RPC “consistia em 335 navios”, um número superior às 296 embarcações da “força de guerra mobilizável” da Marinha dos Estados Unidos (chinapower.csis.org, 2018).

A China também lidera na “tonelagem total dos navios que colocou no mar”, tendo atingido no período de 2014-2018, um total de 678,000 toneladas.

Estas ações indicam duas tendências, o acelerar da modernização do EPL para lidar com os novos desafios ao nível da segurança; e, Xi Jinping fez uma concentração de poder na sua pessoa que destoou com a organização que anteriores lideranças tinham reservado para o Estado chinês.

O facto de que estas mudanças nas chefias ocorreram nos primeiros anos do mandato de Xi, em conjunto com a substituição na máquina do Estado ao nível da política externa e a purga de figuras maiores do Partido no âmbito da luta contra a corrupção, tal como Bo Xilai, indica que o presidente chinês quis cimentar o seu poder político e neutralizar qualquer ameaça que pudesse surgir vindo de fações desavindas do PCC.

Já a redefinição do investimento militar, é revelador de uma China que, por não se sentir ameaçada na sua integridade territorial terrestre, deseja projetar força para lá das suas fronteiras, com particular enfoque no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional, duas áreas geográficas onde tem disputas territoriais.

A evolução dos recursos da Marinha do ELP nos últimos anos tem sido notável. Entre 2014 e 2018, a China “lançou mais submarinos, navios de guerra, embarcações anfíbias, e auxiliares que o número de navios atualmente em serviço nas respetivas marinhas da Alemanha, Índia, Espanha, e o Reino Unido” (*Idem*).

Só em 2016 foram “delegados” 18 navios e pelo menos mais 14 foram “adicionados” em 2017. Caso a velocidade de “navios delegados” continue nesta tendência, a Marinha chinesa poderá chegar a 2030 com “425 navios de força de batalha” (*Idem*).

Em 2018, a China também se qualificou como o principal construtor naval a nível mundial, produzindo um total de 23,3 toneladas (unctadstat.unctad.org).

Durante o mandato de Xi Jinping verifica-se um notável aumento da frota naval de superfície da marinha chinesa. Em 2013, a China não tinha quaisquer porta-aviões e em 2014, obteve o seu primeiro porta-aviões, sendo que chega ao ano de 2020 com o porta-aviões Shandong, a primeira embarcação deste tipo a ser “construída domesticamente” (China Power, 2020), havendo sido

delegado à Marinha chinesa a 17 de novembro de 2019 após nove testes no mar. Atualmente encontra-se em construção o terceiro porta-aviões chinês, também de fabrico doméstico.

A China também chega ao ano de 2020 com o seu primeiro cruzador Type 055, cujo advento “coloca firmemente a China entre os serviços navais de topo mundial” (Caldwell et al. 2020:1).

Durante o período 2013-2020, a China aumentou o número de vários tipos de embarcações, tais como contratorpedeiros (em 2013:13- em 2020:28); corvetas (em 2013:0- em 2020:43); e submarinos nucleares (em 2013:5- em 2020:6) (Ver Anexo 5).

O Departamento de Defesa americano acredita que a “elevada produção de corvetas de classe- JIANGDAO (FFL) (TYPE 056)” leva a um “aumento nas capacidades bélicas litorais”, com especial foco no “Mar da China Meridional e no Mar da China Oriental” (Governo dos EUA, 2018:29).

Foi reportado que no início de 2020, a China “completou os trabalhos na sua final corveta TYPE 056”, indo “parar a sua produção para se focar nas suas capacidades de alto-mar” (China Power, 2018).

Na frota naval chinesa, também se regista a diminuição do número de fragatas (em 2013:65-em 2020:52); e submarinos diesel-elétrico (em 2013:55- em 2020:48). Ao longo destes sete anos, mantiveram-se os números de submarinos diesel-elétrico lançador de mísseis balísticos (4); e de submarinos diesel-elétricos lançador de mísseis balísticos (1) (Ver Anexo 5, p.1).

Um dado que importa realçar no projeto de modernização do EPL relaciona-se com a percentagem de contratorpedeiros e fragatas com critérios “modernos” (rand.org, 2017). Comparativamente com 2003, quando apenas 14% dos contratorpedeiros e 24% das fragatas eram “consideradas modernas”, em 2015 esses números “tinham subido” para 65% e 69%, respetivamente.

A marinha chinesa continua sem ter navios de assalto anfíbios e submarinos nucleares lançadores de mísseis cruzado, ou “Outro Tipo de Submarinos” (Ver Anexo 5, p.1).

2.1.5. Linhas orientadoras da política externa

Os projetos inaugurados por Xi Jinping que são indissociáveis da sua política externa são a Iniciativa Cinturão e Rota e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Através destes dois projetos comerciais e financeiros de grande envergadura, a China teve uma infraestrutura base para materializar e solidificar o Desenvolvimento Pacífico propagado nos discursos de Xi.

O Desenvolvimento Pacífico é um conceito enquadrado fortemente na política externa chinesa de Xi que emerge neste período de afirmação geopolítica da China. A principal mensagem que quer passar é a de que a China surge como um ator estatal que quer fazer uso do seu poderio económico e peso político para criar uma *praxis* diplomática que respeita a democracia institucional, dando voz a todos os países, mas sem exigir o cumprimento de quaisquer políticas ou valores no domínio interno desses mesmos países, contrapondo à Paz Democrática que os países ocidentais e estados como o Japão e a Coreia do Sul podem reclamar.

Esta oposição à esfera ocidental no domínio geopolítico cresceu em assertividade com a ascensão de Xi ao cargo de Presidente em 2013. Tem sido reportado por vários autores que a entrada de Xi Jinping em cena marcou uma mudança qualitativa na política externa chinesa. Cheng

Li (2016) afirma que a “política externa ‘proativa’ (奋发有为 *fenfa youwei*)” marca um “desvio notável” da “política de ‘inação’ (无为 *wuwei*)” do seu antecessor, Hu Jintao (Cheng Li 2016:20).

A linha diretiva de Xi na política externa tem sido “instrumental em mudar a passividade chinesa” para uma “estratégia assertiva para defender as reivindicações chinesas” (You Ji 2013 *in* brookings.edu 2019).

As reivindicações chinesas no contexto regional prendem-se, sobretudo, com as reclamações de soberania no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional e, também, já a manifestação de um certo enfado com a presença americana na região.

Este sentimento é amplamente expresso num discurso feito por Xi Jinping em maio de 2014 na CICA em Shanghai, perante os seus parceiros asiáticos, foi proposta a ideia de uma “Ásia para os Asiáticos” (Jakobson 2016:219), reclamando uma visão do continente ser administrado pelos seus governos sem a interferência de atores estrangeiros. Por detrás do lema “Ásia para os Asiáticos” existe a condenação implícita da presença militar americana e até do “pivot para a Ásia” iniciado por Obama. Numa Ásia sem uma presença e influência americana tão grande, a China ocuparia naturalmente um vazio criado, ainda que sem o mesmo pendor hegemónico. É com base na expansão económica chinesa e a subida de nível da sua presença política que Xi Jinping avança com a promoção internacional do conceito de Desenvolvimento Pacífico (*Heping Fazhan* – 和平发展).

Uma ideia avançada por Yi (2005), quando a administração chinesa começava a realizar uma transição da sua política internacional é que “desde o fim de 2003 que a *Heping Fazhan* ajuda a resumir os objetivos de ‘bom avizinhamento’ e ‘responsabilidade global’. O termo é usado primeiramente como uma forma de assegurar aos outros países que a ascensão da China em proeminência militar e económica não será uma ameaça para a paz e a estabilidade e que outras nações irão beneficiar com o crescimento da China” (Yi 2005:80).

Num discurso feito por Xi Jinping em maio de 2014 na CICA (Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia - Conferência sobre a Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia) em Shanghai, foi proposta a ideia de uma “Ásia para os Asiáticos” (Jakobson 2016:219).

Para tornar mais claro o seu raciocínio e a quem se dirigia, Xi ainda afirmou o seguinte:

“Como diz um ditado Chinês, ‘Um homem sábio muda como muda o tempo e as circunstâncias’. Nós precisamos de acompanhar as circunstâncias em mudança e o evoluir dos tempos. Não se pode viver no século 21 com o pensamento ultrapassado da era da Guerra Fria e o jogo de soma-zero. Nós acreditamos que é necessário advogar segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável na Ásia. Precisamos de inovar o nosso conceito de segurança, estabelecer uma nova

arquitetura de cooperação na segurança regional, e em conjunto construir um caminho para a segurança da Ásia que é partilhado e beneficia¹⁹ a todos” (*Ibidem* p.220).

Esta afirmação foi perspectivada como a admissão por parte do chefe-de-estado chinês de que “já não vê o valor dos Estados Unidos como garantidor da segurança na Ásia” (Jakobson 2016:219-220), o que causou choque inclusive dentro dos quadros governamentais da RPC que não têm interesse em colocar em causa o “papel dos EUA como garantidor da segurança na região” e que, inclusive, serve como uma forma “útil de vigiar o Japão” (*Ibidem*, p.220).

As ações da China no campo da política externa são coerentes com a visão da China de uma Ásia fora da esfera de influência americana e, praticamente, sob a égide de Pequim.

O estabelecimento do AIIB, o lançamento da Iniciativa Cinturão e Rota, para além da existência da Organização para a Cooperação de Shanghai oferecem alternativas institucionais na área financeira, comercial e militar às existentes e enquadradas na ordem liberal internacional tal com o Banco Mundial, a APEC ou as alianças militares entre os EUA e variados países da região, onde pontifica a aliança Japão-EUA.

De salientar que a China lança e desempenha um papel dominante nestas novas instituições e projetos, sem deixar de estar presente e fazer exercer a sua influência nas instituições antigas.

Esta conduta é coerente com a conduta “proativa” do mandato de Xi Jinping, em contraste com a atitude “passiva” da presidência de Hu Jintao, fazendo com que a China “enfatize a importância da atividade diplomática autónoma no que toca aos vizinhos da China”, ao mesmo tempo que assume uma dupla atitude em relação a eles, “misturando ações que produzem harmonia com uma postura dura, enquanto desenvolve uma atitude proativa de fazer grandes coisas” (Momma & Yasuyuki 2016:118).

Acompanhando esta postura mais proativa e até assertiva da China no campo global, particularmente na Ásia, encontra-se o conceito de “Desenvolvimento Pacífico”, utilizado amiúde nos discursos de Xi Jinping em eventos internacionais.

Um artigo publicado em 2011 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da China sobre o Desenvolvimento Pacífico prova a importância que o conceito desempenha no pensamento diplomático da China já antes de Xi Jinping se ter tornado o presidente chinês.

No Livro Branco (*White Papers*) denominado “*China’s Peaceful Development*”, ao apresentar a definição do conceito é afirmado que “o objetivo central da diplomacia da China é criar um ambiente internacional pacífico e estável para o seu desenvolvimento». É declarado que a “China se esforça para fazer a sua contribuição para a paz mundial e o desenvolvimento. Nunca se envolve em agressão ou expansão, nunca procura a hegemonia e continua sendo uma força convicta para defender a paz e estabilidade regional e mundial” (Governo da RPC, 2014).

É possível verificar o compromisso que se quer fazer com a paz e o esforço para rejeitar as acusações de hegemonia por parte da China. No livro que compila os discursos de Xi Jinping, «A

¹⁹ Nota da tradução: a expressão utilizada no discurso é *win-win*, que traduzindo para português será *ganha-ganha*, porém a utilização deste termo na frase produziria uma frase com pouca lógica, daí ter sido usado o termo “*beneficia*”.

Governança da China», existe todo um capítulo dedicado ao Desenvolvimento Pacífico, emparelhado com o termo Cooperação Ganha-Ganha.

O Desenvolvimento Pacífico de Xi Jinping é moldado por conceitos e ideias orientadoras como 'interconectividade', 'cooperação ganha-ganha', 'benefício comum', 'desenvolvimento comum', 'crescimento interconectado' e 'comunidade de futuro compartilhado' (Xi 2014).

A visão que o líder chinês propõe para o mundo é o de uma crescente cooperação entre os estados nas instituições supra-nacionais criando “*plataformas de cooperação*”, em prol da concretização de objetivos partilhados entre os vários atores, tais como a oposição “*ao protecionismo comercial (...) o desenvolvimento que promova a interconectividade e o aprofundamento da cooperação económica e tecnológica*” (Xi 2014 in 2017:560), com base numa diplomacia multilateral, apelando à adesão ao “*multilaterismo*” e à defesa da “*autoridade e eficácia das instituições multilaterais*” (*Ibidem*, p.594).

Nos palcos globais, Xi Jinping foi um público opositor ao “protecionismo comercial”, descrevendo-o como “*um veneno que se toma para matar a sede*”, podendo “*aliviar as pressões internacionais a curto prazo mas, a longo prazo, vai causar danos irreparáveis para o próprio país e para a economia mundial*” (*Idem*, p.583); e surge também como promotor da “globalização económica” reconhecendo-lhe as falhas e admitindo que as “vozes” que se levantam contra “refletem os problemas no processo de globalização económica que devemos levar a sério, de forma que merecem a nossa reflexão” e que “devemos nos adaptar à globalização económica, orientá-la para neutralizar o seu impacto negativo para que ela beneficie melhor todos os Estados e todas as nações” (*Idem*, p.589).

Sendo a RPC um importante ator económico regional e global, as políticas comerciais promovidas nos fóruns internacionais, a discussão em torno da abertura do comércio entre países é crucial para o seu próprio estado económico e a sua capacidade de expandir as relações com uma outra nação através das trocas comerciais. Daí que à RPC, convenha um ambiente de trocas comerciais abertas, sem que as críticas à globalização resultem no incremento de políticas de protecionismo comercial.

No discurso «Construir uma economia mundial inovadora, vigorosa, interconectada e inclusiva» durante a cúpula do G20 em Hangzhou a 4 de setembro de 2016, Xi Jinping apela que perante os atuais desafios globais, os membros do G20 devem adotar cinco métodos, tais como “adotar políticas macroeconómicas mais equilibradas conforme as suas próprias realidades nacionais, aplicar diversas políticas eficazes como instrumentos e planejar e coordenar os trabalhos de implementação das políticas de reforma fiscal, monetária e estrutural, de forma a expandir a demanda agregada global, melhorar a qualidade de oferta e consolidar a base do crescimento económico” (*Idem*, p.582). Xi também advoga “aperfeiçoar a governança económica global e consolidar a garantia institucional” (*Idem*, p.583). No quinto método que aponta para o abordar dos problemas globais da atualidade, Xi afirma que “a realização do desenvolvimento comum é a aspiração dos povos de todos os países, especialmente dos países em desenvolvimento” (*Idem*, p.585).

O apelo a um trabalho de coordenação mais integrado entre os países, em conjunto com a chamada de atenção para “escutar as vozes de todos os países, especialmente dos países em desenvolvimento” (*Idem*) no contexto da concretização dos objetivos do G20, revela-nos o intento chinês de querer ser uma voz em prol dos atores globais de menor dimensão nas instituições e plataformas supra-nacionais.

O enfoque dado à coordenação económica entre países e ao estabelecimento de uma diplomacia multilateral ao nível institucional é coerente com a posição chinesa de regram as interações entre os países como base no benefício comum concretizado no comércio, sem que essa atividade transporte consigo obrigações do foro ideológico ou no ramo dos valores que regem uma sociedade. O Desenvolvimento Pacífico ajuda a materializar uma doutrina de política externa que prima pela cooperação entre países sem a intenção de interferência nos assuntos internos dessa mesma nação.

A “governança económica global” pela qual Xi Jinping faz apelos nunca extravasa os seus trâmites económicos, financeiros ou comerciais, abstém-se de imiscuir no domínio político. Ao tratar as relações internacionais, a China reclama uma democracia institucional, onde a “voz” de cada país se faça ouvir, mas sem que esses países sejam obrigados a obedecer à imposição no domínio interno a uma determinada visão da democracia, seja ela eleitoral, liberal ou como concetualizada pela RPC.

Num texto em que reclama que “o problema fundamental da economia mundial consiste na falta de motores de crescimento”, afirma que se deve “desenvolver uma nova filosofia de desenvolvimento, ir além do debate sobre se é preciso mais estímulo fiscal ou mais flexibilização monetária, e adotar uma abordagem multifacetada, de modo a abordar tanto os sintomas dos problemas quanto as suas causas mais profundas” (*Idem*, p.592).

A vontade expressa pelo presidente chinês para o desenvolvimento de uma “nova filosofia de desenvolvimento” que não se feche nas dimensões fiscais ou monetárias, espelha a perspetiva holística do conceito de desenvolvimento de Xi Jinping, sem que contudo englobe o sistema de valores com que cada país administra os seus assuntos domésticos.

Esta visão é reforçada quando Xi afirma que “nenhum país deve considerar o seu próprio caminho de desenvolvimento comum como o único viável, muito menos deve impor o seu caminho aos outros” (*Idem*), não veicula uma mensagem de hegemonia, mas rejeita a imposição de um único modelo, alegando a existência de alternativas.

A promessa de Xi Jinping de que “a China criará vigorosamente um ambiente de abertura ao exterior em busca do desenvolvimento comum” (*Idem*, p.600), estipula a realização deste modelo de desenvolvimento cujos módulos se baseiam na “abertura exterior” e com uma vertente “comum”. O Desenvolvimento Pacífico é um conceito “nativo e original” (Buzan 2014:20) modelado para uma China com um novo estatuto no mundo, com “fortes raízes na política e retórica da China por cerca de duas décadas”, já “incluída na reforma e abertura da China” (*Ibidem*, p.5), sem que se lhe reparem marcas de “uma linha de pensamento protobélico” (*Idem*, p.20), possuidora de uma dimensão material que se destacam por “três iniciativas principais: o Asian Infrastructure Investment Bank, a Faixa Económica da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século 21” (Yasmin 2015:7).

Estas iniciativas são “muito reveladoras” das intenções chinesas, já que ao “pressionar a interconectividade económica para a linha da frente, elas destacam a compreensão de Pequim de que a sua economia está profundamente interligada com a economia global”. Esta é a estratégia pela qual a China “essencialmente ‘menoriza’ a sua ascensão ao estatuto de superpoder num esforço para se tornar mais inclusiva e adaptável aos demais” (*Ibidem*).

Contudo, será expectável que apesar da tendência pacífica revelada pelo Desenvolvimento Pacífico, a China “irá manter a opção do uso da força militar para defender os seus interesses nacionais quando forças externas se tentem introduzir ou despojar maliciosamente os territórios e propriedades da China”, já que as ambições de uma ascensão sustentada na China no palco global não justificam o negligenciar dos seus interesses nacionais históricos tais como a soberania e integridade territorial (Wang 2012:48).

O Desenvolvimento Pacífico incorpora em si a génese dos valores que Pequim projeta na sua mundivisão e, em conjunto com a infraestrutura institucional sob a égide de Pequim, providencia uma imagem concetual da ordem regional que a RPC quer ver espelhada na sua vizinhança.

A assertividade da política externa de Xi no campo da segurança foi asseverada com a afirmação peremptória de que a resolução dos assuntos, problemas e segurança da Ásia cabe ao “povo da Ásia” através de uma “cooperação aprofundada” (Xi 2014 in Jabokson 2016:220), rejeitando uma interferência externa, que pode ser entendida como os EUA ou outras importantes nações da região Ásia-Pacífico, como a Austrália.

Xue Gong (2018) num artigo para a S. Rajaratnam School of International Studies na Singapura argumentou que a “China se tem tornado mais assertiva no Mar da China Meridional desde que Xi se tornou Secretário-Geral do PCC em 2012”.

O primeiro elemento da política externa de Pequim é o de “tornar a China num ‘grande poder marítimo’ (海洋强国)”. Não foi Xi Jinping que surgiu com o termo, sendo o seu autor Jiang Zemin nos “Dois Encontros” em 2000, afirmando o então presidente da RPC que “construir um grande poderio marítimo é uma importante tarefa histórica” (Jiang Zeming *in* brookings.edu, 2019).

O termo tem sido “promovido” em documentos relativos ao Partido e ao Estado, com especial destaque para o documento do “Concelho de Estado de 2008” intitulado “Planeando o Esquema para o Desenvolvimento das Atividades Marítimas Nacionais” durante o mandato de Hu Jintao (*Ibidem*). Foi, porém, em 2012 que este objetivo apareceu mencionado no relatório de trabalho político, o “documento político de maior autoridade”, no 18º Congresso do PCC em 2012, tendo sido “reafirmado” no Congresso do Partido em 2019.

O segundo elemento da política marítima de Xi Jinping trata-se da “unidade de defesa de direitos e manutenção da estabilidade” (维权维稳统一 *Weiquanweiwentongyi*). Este elemento pode ser verificado pelas declarações de Xi Jinping a 13 de julho 2013 numa sessão de estudo do Politburo sobre disputas marítimas no qual, o recém-nomeado líder máximo chinês “prometeu nunca comprometer e apelando ao ‘planeamento coordenado das duas situações gerais (两个大局 -

Lianggedaju) de defesa dos direitos e a manutenção da estabilidade”. Esta declaração é considerada como uma “expressão da preferência por uma política marítima mais assertiva” (*Idem*).

Porém, para delinear este objetivo, Xi “referiu explicitamente uma diretiva marcante de assuntos externos” de Hu Jintao declarando o “planeamento coordenado das situações gerais domésticas e internacionais”.

O terceiro elemento da política externa de Xi prende-se com a “não-aceitação, não-participação, não-reconhecimento, não implementação” (*Idem*) relativamente ao resultado da mediação do Tribunal Permanente de Haia de Mediação sobre a UNCLOS no que concerne às reclamações chinesas no Mar da China Meridional de acordo com o Linha das Nove-Raias (*Nine-Line Dash*) que levou a uma disputa nos tribunais internacionais entre a RPC e as Filipinas (*Idem*).

Para além de reação negativa por parte da China a essa deliberação, a RPC já se havia “retirado dos procedimentos obrigatórios de resolução da disputa da UNCLOS” em 2006, mostrando assim querer “evitar processos legais internacionais relativamente às suas reclamações marítimas” (*Idem*).

A colocação da Linha das Nove-Raias em 2009 através do qual a China asseverava as suas reclamações no Mar da China Meridional e no Mar da China Oriental e mandava à comunidade internacional a mensagem de que “não considerava que as suas reclamações marítimas fossem limitadas pela lei internacional” (*Idem*).

Xi Jinping, manifestando uma maior assertividade na sua política externa, não realizou necessariamente um corte com a linha de ação política estipulada pelo PCC, mas prosseguiu uma linha coerente com aquilo que o Partido e o Estado já tinham mostrado nos assuntos de maior sensibilidade nos mares que circundam o seu território continental.

A matriz da política externa de Xi assenta na tentativa de criação de uma estrutura multilateral paralela à existente, onde se pratique um institucionalismo liberal como base das relações entre os Estados, mas descartando a importância de valores liberais ou democráticos serem vigentes nos países que os Estados regem.

Na tarefa de realização desta tarefa, o Japão é encarado pela China tanto como um valioso parceiro cuja participação é aceite e desejada, e como um potencial rival devido ao seu alinhamento geopolítico próximo dos EUA.

As tendências da política interna e externa de Xi revelam-nos que o seu executivo está a “instituir uma forma de neo-autoritarismo na China, reforçado por um forte estado” que faz o seu caminho enquanto “segunda maior potência mundial” às custas das “fraquezas económicas e ideológicas das democracias Ocidentais”, tendo como manancial de referência ideológico “o Maoísmo dos 1940 e dos 50 e explorando a cultura tradicional milenar”, ao mesmo tempo que avança o “Sonho Chinês”, tendo em vista o ano de 2030 como a data em que a RPC poderá “ultrapassar” os EUA como maior economia mundial (Bougon 2017:10).

3.2. Shinzo Abe: Origens e ideias base na busca de uma nova doutrina

3.2.1. Origens

Tal como Xi Jinping, Shinzo também é filho de uma importante figura política japonesa do Partido Liberal Democrata, Shintaro Abe, antigo ministro dos negócios estrangeiros no executivo de Nakasone (1982-1986).

Shinzo Abe nasceu a 21 de setembro de 1954 em Tóquio. Licenciou-se em Ciência Política na Faculdade de Direito da Universidade Seikei em 1977, seguido por três semestres na University of Southern California aprendendo inglês, ciência política, relações internacionais e história (Gordon *in* LATimes 2010).

Shinzo iniciou a sua carreira no setor privado com uma breve passagem a começar em 1979 pela Kobe Steel Ltd., um gigante empresarial da indústria do aço japonesa e internacional.

Em 1982, inicia a sua carreira na política como assistente executivo no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na altura, liderado pelo seu pai, Shintaro Abe. Em 1993, foi eleito pela primeira vez para a Casa de Representantes, o parlamento japonês, cargo em que seria “*reeleito sete vezes consecutivas*”; em 1999, tornou-se administrador do Comité de Saúde e Bem-Estar, e Diretor da Divisão de Assuntos Sociais do Partido Liberal Democrata; em 2000, assume o cargo de Vice Secretário-Geral do Gabinete do governo de Yoshiro Mori; em 2001, prossegue na mesma posição no primeiro mandato de Junichiro Koizumi e manterá esa posição em 2002. Em 2003, Abe torna-se Secretário-Geral do Partido Liberal Democrata; no ano seguinte, passa a Secretário-Geral em exercício e Presidente da Sede da Promoção de Reformas do PLD; em 2005, Abe ocupa o cargo de Secretário-Geral do Gabinete do governo remodelado do terceiro mandato de Koizumi; em 2006, assume a posição de Presidente do PLD e de primeiro-ministro; no ano seguinte, deixaria ambos os cargos por razões de saúde e após um interregno de cinco anos, volta à política ativa em 2012, assumindo de novo os cargos de presidente do PLD e de primeiro-ministro. Shinzo Abe ficaria no poder até 2020, momento em que renunciaria em agosto por razões de saúde.

Shinzo Abe fez parte do Nippon Kaigi, um grupo político ultraconservador e de forte pendor nacionalista, antes de chegar aos mais altos círculos do poder político (Boyd 2019:84). Esta afiliação pode explicar a vontade em rever as capacidades de autodefesa coletiva do Japão e um certo voluntarismo em fazer frente à China.

Uma das figuras que inspiram o “conservadorismo reformista” de Abe é Yoshida Shoin, um estadista do período de Choshu-Bakumatsu que propunha a necessidade de “aprender” com o Ocidente de modo a modernizar o Japão para “preservar a independência” do país (Harris 2020:41-42).

3.2.2. Velhos desafios e novas ameaças

Os matizes nacionalistas do projeto político de Abe podiam ser já vistos com o seu livro publicado em 2007, “Em Direção a um Belo País”, onde reafirma uma visão com base no nacionalismo cívico para o Japão (Doak 2013:2).

A discussão em redor de um novo começo para o país tornava-se mais premente à medida que os sucessivos governos nipónicos falhavam em reverter as consequências da “Bolha” económica que havia rebentado nos anos 90 e que havia resultado numa deflação que ainda persiste, transformando o Japão num “colosso que poderia sonhar em lutar com os EUA pela liderança global, para um caso económico bicudo” (Harris 2020:44).

Existem duas ideias base que servem como eixo do pensamento de Abe na política externa do país. A assunção do Japão do atual estado constrangido pelo pacifismo constitucional para um “país normal” com um mais elevado grau de autonomia no campo da segurança e defesa, condição essencial para que se verificasse uma “partida da era pós-guerra”, profundamente marcada pela intervenção americana durante o período de ocupação (Hemmings 2013:11). A revisão constitucional é uma bandeira da ala direita do Partido Liberal Democrata, da qual Abe é próximo, e seria uma política essencial para que o Japão mudasse radicalmente as suas capacidades militares, a par das outras nações.

A ambição de Abe passava por “tornar o Japão num ‘poder normal’, um com aliados, interesses e *hard* e *soft power*”, com o objetivo de “desenvolver uma relação mais equilibrada e igual com Washington, ao mesmo tempo desenvolvendo laços fortes no estrangeiro com poderes do Ásia-Pacífico como a Índia ou a Austrália”, mas também com a China, ao mesmo tempo que “se opusesse ao aumento do poder Chinês na região” (Hemmings 2013:10).

Abe queria que o Japão “fosse para lá da ‘diplomacia da desculpa’”, argumentando que o país “deveria ter orgulho do seu desenvolvimento pacífico pós-Guerra” (*Ibidem*, p.11).

Ao contrário de Xi, Abe chegou ao poder em 2012 já com experiência de liderança de um governo nacional (2006-2007), no qual estabeleceu o gérmine de uma orientação concreta na política externa e, em particular, na relação bilateral RPC-Japão. No seu primeiro mandato, a política chinesa de Abe tratou-se de “uma combinação matizada de oposição e engajamento” (Hemmings 2013:10). O Arco de Liberdade e Segurança foi uma das iniciativas propostas por Abe no seu primeiro mandato e, na sua composição e missão, enquadrava o objetivo de constrangir a China, o que provocou a crítica de Pequim.

Durante o primeiro mandato de Abe no biénio de 2006-2007, o seu Ministro da Defesa, Taro Aso, avançou com o conceito de “arco de liberdade e prosperidade” como parte integrante da “grande estratégia do Japão” para cooperar com as nações ao longo da Eurásia (Neary 2019:181). A perspetiva de Pequim de que este ‘arco’ era uma tentativa de “cercar a China” levou a que Tóquio “desistisse” dessa denominação.

A prova da postura ambivalente da política chinesa de Abe também se revela na sua iniciativa de começar um ciclo positivo nas relações entre os dois países após o período de afastamento nos executivos de Koizumi, com o intensificar da diplomacia e assinatura da Declaração de 2006 que estabelecia a “Relação Mutuamente Benéfica com Base em Interesses Estratégicos”.

3.2.3. A marca política de Shinzo Abe

3.2.4. Linhas orientadoras da política interna

O resgate da economia japonesa da longa deflação em que caiu no começo dos anos 90 foi uma das grandes diretrizes da política interna japonesa, propondo no seu governo as reformas que viriam a ser conhecidas como *Abenomics*.

Para reverter esta prolongada anemia econômica, Abe lançou a *Abenomics*, caracterizada por “três flechas” políticas almeçadas aos problemas que acredita impedir o crescimento econômico japonês. As três flechas são uma “política monetária agressiva, uma política fiscal flexível e uma estratégia de crescimento que inclua uma reforma estrutural” (Governo do Japão, 2017:2). Abe iniciou o seu segundo mandato no rescaldo da reação vigorosa da China contra a nacionalização das Senkaku/Diaoyu. Este contexto acentuou uma mudança na percepção da China e do palco regional onde se encontra, o que levou Abe a avançar com a sua doutrina, baseada no Pacifismo Proativo, de modo a que o Japão tenha uma maior capacidade de resposta militar e advogando um maior envolvimento do país na área militar com os seus aliados e parceiros.

Para Abe a “atual interpretação da Constituição” (Governo do Japão, 2015), nomeadamente o Artigo 9 que impede a formação de um exército nacional autónomo, é identificada como fator de frustração e impedimento fundamental do Japão para exercer a sua soberania.

Foi igualmente elaborada uma Estratégia de Segurança Nacional em que a China é enquadrada como potencial fator de risco, principalmente devido à sua atuação nos mares da China e ao progresso pouco transparente das suas capacidades militares (MOFA, 2016).

Durante o mandato de Abe, foi “aumentado” o orçamento da defesa para o sistema de BMD foi “iniciado o desenvolvimento” do satélite de alerta rápido de origem japonesa, de modo a “fortalecer” o míssil de defesa na “fase de impulso”. Decidiu-se “introduzir” o Sistema Aegis Ashora em vez do sistema THAAD, de modo a reforçar o sistema de Defesa de Mísseis Balísticos do Japão na “fase de médio-curso”, e melhorar a capacidade do míssil PAC-3 para “expandir o alcance de tiro a interceção na fase terminal” (Daisuke 2018:114).

O investimento que a administração Abe fez na marinha e no sistema de defesa antimísseis no Mar da China Oriental é um reconhecimento do seu vizinho enquanto potencial fonte de ameaça direta à sua integridade territorial.

Este investimento coincide com a inclusão da China enquanto um desafio de segurança na Estratégia de Segurança Nacional do Japão e a afirmação da China nos seus *White Papers* de que continua a considerar as Senkaku/Diaoyu como território integral da RPC.

Numa breve análise das autoridades de defesa chinesas à evolução que as Forças de Auto-Defesa japonesas têm registado ao longo dos últimos anos, é afirmado nos *White Papers* de 2019 que o Japão “ajustou as suas políticas militares e de segurança e aumentou o investimento em conformidade, tornando-se então mais orientado para o exterior nos seus empreendimentos militares” (MDF, 2019:3).

Apesar das restrições constitucionais e da dimensão menor do orçamento em Defesa comparativamente à China, marca-se um aumento de contratorpedeiros, navios de assalto anfíbios e submarinos diesel-elétrico na marinha das JSDF (China Power, 2018).

Desde o ano da segunda posse de Abe como primeiro-ministro japonês em 2012 até 2020, o Japão aumentou o número de contratorpedeiros (em 2012:29 – em 2020:34); navios de assalto anfíbio (em 2012:2 – em 2020:3); e submarinos diesel-elétrico (em 2012:18 – em 2020:21) (Ver Anexo 5, p.2).

Registou uma diminuição do número de fragatas (em 2012:15 – em 2020:11); e mantém a mesma quantidade de cruzadores japoneses (2). A marinha das JSDF não conta com quaisquer porta-aviões, corvetas e submarinos nucleares (Ver Anexo 5, p.2)

Comparativamente à Marinha chinesa, a frota naval de superfície das JSDF é superior em número de cruzadores e navios de assalto anfíbio e contratorpedeiros e muito inferior na frota submarina.

Registou-se também um forte investimento militar, com foco na marinha e no sistema de defesa de mísseis.

3.2.5. Linhas orientadoras da política externa

A nenhum país interessa menos a alteração do status-quo regional do que ao Japão. Qualquer tentativa de remoção ou menorização do papel dos EUA como garante da segurança da Ásia causa um enorme impacto negativo na defesa e segurança do Japão.

Atualmente, o Japão conta com 54 mil militares americanos em território nipónico (USJF) e um acordo assinado em dezembro de 2015 fornecia “um pagamento anual de 190 bilhões de ienes” aos serviços militares americanos por cerca de cinco anos, uma medida que se coaduna com a afirmação de Abe de que a aliança EUA-Japão é a “pedra angular da segurança o Japão” (Neary 2019:181).

Tanto a Doutrina Yoshida como a Doutrina Fukuda propunham um Japão com uma política externa apaziguante e dependente das orientações estadunidenses. A partir de 2006 e sob o mandato de Shinzo Abe, verificou-se uma maior ambição de autonomia militar e de política externa, em cujos pormenores se pode notar uma vontade de querer conter algum pendor revisionista da China.

Abe acredita que os fundamentos diplomáticos da Doutrina Fukuda, de “construir laços económicos pacíficos com o Sudeste da ásia tendo o Japão como um parceiro igual na ASEAN” garantia a Tóquio a confiança de que “estava bem equipada para competir com a China no moldar do futuro da região” (Harris 2020:198).

Foi tendo como pano de fundo esta mudança na percepção japonesa da China e do palco regional onde se encontra que Abe avançou com a sua doutrina, baseada no Pacifismo Proativo, de modo a que o Japão tenha uma maior capacidade de resposta militar e advogando um maior envolvimento do país na área militar com os seus aliados e parceiros.

A administração Abe começou o seu segundo mandato com ambiciosas medidas no contexto regional asiático que podem ser enquadradas como uma tentativa de construção de uma alternativa

à diplomacia chinesa no continente através de “incentivos para investimento em infraestrutura privada na região, aumento acentuado da assistência ao desenvolvimento, e aumentar os laços bilaterais de defesa com membros da ASEAN envolvidos em disputas territoriais com a China no Mar da China Meridional”, tal como as Filipinas (*Ibidem*), podendo ser enquadradas no conceito “Contribuição Proativa para a Paz”.

Necessitando de uma maioria de dois terços para fazer mudanças constitucionais (que nunca chegou a ter), nomeadamente, a mudança do artigo 9 que impede a constituição de um exército pelo Estado japonês falhou, mas houve duas leis promulgadas que foram as mudanças mais vinculadas que Abe marcou na política de segurança e defesa nipônica (André 2018:24).

O governo de Abe quis materializar esta doutrina através da aprovação de duas leis denominadas com o nome “genérico” Lei de Paz e Segurança e Ato sobre a Cooperação e Apoio para as operações Militares em Países Estrangeiros levados a cabo pelo Japão durante a Cooperação de Paz Internacional (*Idem* p.24).

O termo “Contribuição Proativa para a Paz” surge na introdução que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão faz da Política de Segurança do país. O documento afirma no capítulo das «Políticas de Base» que “sob a política da ‘Contribuição Proativa para a Paz’ baseada no princípio da cooperação internacional, o Japão irá contribuir ainda mais proactivamente em garantir a paz, estabilidade e prosperidade da comunidade internacional enquanto materializa a sua própria segurança tal como a paz e estabilidade na região” (MOFA, 2016).

Num discurso durante um evento das Nações Unidas em 2014, Abe deu a conhecer ao mundo o seu conceito de “Contribuição Proativa para a Paz” através do qual queria enquadrar a nova política externa do país.

Numa conferência de imprensa a 15 de maio de 2014, o primeiro-ministro Shinzo Abe alerta para as limitações trazidas pela “atual interpretação da Constituição” (Abe *in* Governo do Japão, 2014), nomeadamente o Artigo 9 que impede a formação de um exército nacional autónomo.

O primeiro-ministro japonês descreve uma série de cenários hipotéticos para deixar a descoberto a incapacidade de ação militar do Japão. Por exemplo, um eventual conflito que colocasse em perigo cidadãos japoneses, estes cidadãos poderiam ser levados de volta para o Japão em navios americanos, mas “a não ser que os cidadãos japoneses fossem atacados, as JSDF não poderiam defender os navios americanos transportando os cidadãos japoneses” (*Ibidem*).

Shinzo Abe também menciona um hipotético cenário em que caso existam cidadãos japoneses a participar em missões de paz das Nações Unidas e “fossem subitamente atacados por grupos armados, as JSDF a realizar missões na região ou no país não os poderiam salvar. Mesmo que as forças dos outros países a trabalhar duramente com as JSDF para a construção da paz pedissem às JSDF que os salvasse, as JSDF não teriam outra opção senão abandoná-los” (*Idem*).

Num cenário que mencionou a atuação chinesa tanto no Mar da China Oriental como no Mar da China Meridional, o primeiro-ministro japonês afirmou que “já não é mais possível para qualquer nação assegurar a sua própria paz apenas por si mesma. Esta é uma compreensão partilhada pelo

mundo” (*Idem*). Estes são cenários limite que ilustram como a “atual interpretação da Constituição” limita a ação japonesa para lá das suas fronteiras (*Idem*).

É neste contexto em que Abe descreve uma incapacidade de ação além-fronteiras das JSDF e é num contexto regional tenso que o líder japonês avança que “sob a bandeira da “Contribuição Proativa para a Paz”, eu (Shinzo Abe) clarifico que a posição do Japão é contribuir ainda mais proactivamente para assegurar a paz e a estabilidade do mundo e dos valores fundamentais, tais como a liberdade de navegação e o seu sobrevoo, em cooperação com a comunidade internacional” (*Idem*). Abe finaliza afirmando que «tem trabalhado para este fim» (*Idem*).

A afirmação da “Contribuição Proativa para a Paz” no contexto regional e global que o primeiro-ministro japonês quer advogar para responder aos desafios que se lhe apresentam, faz um compromisso com a «paz e estabilidade do mundo» e «valores fundamentais», nomeadamente, “a liberdade de navegação e o seu sobrevoo” (*Idem*).

Ou seja, Abe cria um vínculo entre os interesses de defesa japoneses com os interesses de uma ordem paz e estável global. Na Política de Segurança, foi adicionado em 2013 a *National Security Strategy*, a primeira estratégia de segurança nacional adotada por um governo japonês (MOFA, 2013). Entre outros tópicos, menciona que um dos objetivos desta diretiva é “melhorar o ambiente de segurança da região, e prevenir a emergência de e reduzir ameaças diretas ao Japão através do fortalecimento da aliança EUA-Japão e reforçar a confiança e as relações de cooperação com os seus parceiros” (*Idem*).

Numa declaração do Ministério dos Negócios Estrangeiros na adoção sobre a adoção da NSS em 2013, é afirmado que a estratégia “apresenta o conteúdo da política de ‘Contribuição Proativa para a Paz’ no princípio da cooperação internacional e que tem por objetivo garantir uma melhor compreensão das políticas de segurança do Japão por parte do povo do Japão e da comunidade internacional” (*Idem*).

No mesmo capítulo, são definidas três vertentes que servem como vetor para esta Política de Segurança: “seguir firmemente o caminho de uma nação amante-da-paz”; “continuar a ser um importante agente na política e economia internacionais” e “coordenar estreitamente com outros países, incluindo os Estados Unidos” (*Idem*). Porém, esta lei não foi unanimemente aceite pela sociedade e instituições japonesas, havendo importantes vozes dissonantes durante o processo de discussão da legislação.

A apreciação que largos setores da sociedade civil japonesa mostra pelos fundamentos pacifistas da Constituição revelou ser um obstáculo às pretensões reformistas de Abe, particularmente quando Seigo Hirowatari, professor da Universidade Senshu e antigo Presidente do Conselho de Ciência do Japão expressou numa reunião com o governo em Yokohama “a sua oposição à legislação como representante dos grupos académicos nas 137 universidades japonesas que a opunham” (Akimoto 2016:86).

O ambiente político no Japão escalou ao ponto do Secretário-Geral da Comissão da Câmara dos Conselheiros ter “mudado” o local onde seria feita a votação sem notificar os membros da Dieta

japonesa, de modo a que os membros dos partidos da oposição “não bloqueassem fisicamente a porta” (*Ibidem*).

Num caso peculiar de dramatização retórica, a deputada Mizuho Fukushima equiparou a Câmara dos Conselheiros por aprovar a legislação à Câmara dos Pares do Império do Japão que “não conseguiu prevenir a elite militar de mergulhar na Segunda Guerra Mundial” (*Idem*, p.86).

A deputada também “condenou” a Legislação de Paz e Segurança a uma “legislação de guerra”, equiparando-a à Lei de Concessão de Plenos Poderes da Alemanha de Weimar (*Idem*, p.86).

Já Tsuneo Watanabe, membro sénior da Fundação Tokyo, afirmou que “era importante conduzir uma comunicação adequada com os vizinhos do Japão, especialmente a China e a Coreia do Sul” (*Idem* p. 85).

A Legislação Paz e Segurança foi aprovada a 19 de setembro de 2015 e entrou em vigor a 29 de março de 2016, mas a sua discussão começou antes com a entrega de um “relatório do Conselho de Legislação de Segurança” a 15 de Maio de 2014 (Daisuke 2018:67).

As três razões fornecidas para justificar esta legislação surgem num documento explanatório lançado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros japoneses, que estabelece como “pano de fundo” a “transformação fundamental do ambiente de segurança do Japão”, nomeadamente, “a mudança no equilíbrio do poder global, o rápido progresso da inovação tecnológica, o desenvolvimento e proliferação de mísseis de destruição maciça/balísticos, terrorismo internacional, etc.”, denotando a preocupação do Japão com um panorama global em mudança, em que desaparece a ordem unipolar pós-Guerra Fria onde poderia contar com a proteção da hegemonia americana para fazer depender a sua própria segurança e capacidades militares, tais como menciona ao identificar a rapidez da “inovação tecnológica” e o “desenvolvimento e proliferação” de mísseis de grande potencial destruidor. A designação específico do “ambiente de segurança em redor do Japão” implica diretamente a China, assumindo-se como um passo em frente na oficializada China enquanto uma fonte de ameaça ao Japão (MOFA, 2016).

A segunda razão avançada pelo documento é a de que “nenhum país pode assegurar a sua própria paz por si mesmo”, uma afirmação que se enquadra na adesão do Japão no sistema de alianças de San Francisco, sob a égide americana, e que é asseverada com o recomeço do estabelecimento da Quad. Este preceito é confirmada na terceira razão quando é afirmado que “a comunidade internacional espera que o Japão desempenha um papel mais proativo pela paz e a estabilidade no mundo, de uma forma proporcional com a sua capacidade nacional.”. O Japão entende a sua política de defesa e segurança não só como uma questão nacional, mas como um assunto partilhado pelo grupo de países com que alinha no palco regional, adiantando que uma maior proatividade do seu ramo militar justifica-se pela possibilidade de ajudar outros estados com os quais tem estabelecidos acordos neste domínio e para honrar o papel do Japão na concretização da “estabilidade no mundo” (*Ibidem*).

É com base nestas razões que o documento avança surgir a “necessidade de desenvolver legislação doméstica que permita uma resposta consistente” (*Idem*).

O documento, continuando a argumentar “a postura básica do Japão nos últimos 70 anos, incluindo a de ser uma nação amante da paz”, respeitando os preceitos não-militaristas com que foi formada a Constituição nipônica, oferece “Três Novas Condições” para o exercício de “auto-defesa coletiva”, estabelecendo que “quando um ataque armado contra o Japão ocorre ou quando um ataque armado contra um país estrangeiro que tem uma relação próxima com o Japão ocorre e como o resultado ameace a sobrevivência do Japão e coloque um perigo claro que anule fundamentalmente os direitos do povo à vida, liberdade e a busca pela felicidade*” o Japão encontra-se justificado no exercício do “uso da força” como estipulado pela “lei internacional” que “em certas situações” se baseia “no direito à auto-defesa coletiva”. Esta condição corrobora a visão do país enquanto fazendo parte de um enquadramento regional de alianças que exige da parte do Japão uma disponibilidade para responder, não apenas a ameaças à sua integridade nacional, como a ameaças a nações com os quais tem uma “relação próxima” (*Idem*).

A segunda nova condição é o surgimento de uma situação “quando não existe nenhum outro meio apropriado disponível para repelir o ataque e garantir a sobrevivência do Japão e proteger o seu povo”, ratificando a dimensão de “auto-defesa” de uma eventual resposta militar do Japão, com a perspectiva de ser despoletada apenas numa situação limite. A estipulação de que o “uso da força deve ser limitado à extensão mínima necessária” reitera a aderência aos princípios pacifistas da constituição japonesa, cuja lealdade que tem mostrado servem como sinais aos seus parceiros regionais, particularmente a RPC, de não querer enveredar pelo mesmo caminho que levou ao regime militarista de Tojo e à 2ª Guerra Mundial (*Idem*).

A reforma constitucional e do conceito legal de auto-defesa coletiva foi um baluarte do legado político de Shinzo Abe, na sua proposta de recuperar o Japão das restrições que a Constituição aplicava sobre o uso das suas próprias forças armadas. O intenso debate interno quanto à natureza pacifista do Japão pós-Guerra em contraponto aos novos desafios no campo da segurança e defesa no mundo e no seu enquadramento regional, levou o público japonês e as suas elites políticas a reavaliar o papel do Japão no mundo, se este deve continuar a seguir os fundamentos do Pacifismo enquanto entendido no período de ocupação americana ou se deve adaptar o conceito de Pacifismo à realidade de um período histórico em que a ordem liberal internacional e o sistema de San Francisco se deparam com o desafio da ascensão de poderosos atores iliberais no mundo e, em particular, no Ásia-Pacífico.

O mandato de Abe enquanto primeiro-ministro foi promotor de mudanças qualitativas na Defesa nipônica. Em 2012, foi criado o Conselho de Segurança, com um departamento dedicado a questões de potencial sensibilidade para o país, no qual se encontravam tanto a China como a Coreia do Norte (Neary 2019:177).

Ainda com Abe no poder, foi proposto uma “cooperação dentro de um ‘diamante democrático’” que tinha por membros o Japão, os EUA (através do Havai, arquipélago localizado no Pacífico), Austrália e Índia. Desta forma, o Japão circundava os receios de Pequim e propunha uma cooperação internacional e transcontinental com “Estados com um compromisso semelhante pela governança democrática e o Estado de direito” (Neary 2019:182).

Estas primeiras motivações no campo do Indo-Pacífico prendem-se com uma preocupação séria da liderança japonesa de que a China pode procurar “utilizar a sua crescente dominância política e económica da Ásia” através de mecanismos como o AIIB e a Iniciativa Cinturão e Rota, de modo a “marginalizar a influência Japonesa e Americana, e utilizar uma crescente relação de interdependência económica assimétrica para exercer influência sobre o Japão” (Hughes 2020:71). A primeira tentativa de criar um polo alternativo à influência e diplomacia económica chinesa na Ásia surgiu com o TPP. O TPP havia começado como uma iniciativa do Chile, Nova Zelândia, Singapura e Brunei de gizar uma parceria económica no Ásia-Pacífico. O apoio da administração Obama ao projeto elevou as “ambições para o acordo” (Harris 2020:202).

Os EUA queriam mais do que “cortes agressivos nos entraves ao comércio”, mas também “harmonização regulatória substancial em novas áreas não incluídas em outros acordos comerciais (direitos de propriedade intelectual, empresas estatais, comércio online)” e a “melhoria das regras do comércio para facilitar a operação das redes de fornecimento entre as fronteiras” (*Ibidem*).

A criação de um bloco comercial transcontinental no Ásia-Pacífico com a exclusão da China poderia “contrariar a aspiração Chinesa pela liderança económica e poderia até pressionar Pequim a levar a cabo as suas próprias reformas domésticas” (*Idem*).

Porém, a eleição de Trump e a rápida remoção dos EUA das negociações do acordo removeu muito do peso do TPP e invalidou a sua capacidade de neutralizar os projetos chineses de cariz regional. A política isolacionista de Trump e a sua diplomacia de cunho agressivo, particularmente para com a China, causou um sentimento de insegurança nas autoridades nipónicas relativamente ao compromisso de Washington com a aliança sino-americana. Ao mesmo tempo que empregava esforços diplomáticos junto da administração Trump de modo a encontrar pontos de encontro onde pudessem planear uma ação concertada no Ásia-Pacífico e mesmo em relação à China, “Abe considerou as suas opções após a retirada dos EUA do TPP e aproximou-se de Pequim” (*Idem*, p.298).

Com base nestas preocupações e na postura proativa do Japão no campo da política externa, em agosto de 2016, Abe anunciou a estratégia *Free and Open Indo-Pacific* (FOIP – Indo-Pacífico Livre e Aberto). Ao contrário do TPP, houve uma abertura americana para “adotar” o conceito subjacente à FOIP de servir de “princípio organizador para uma mais profunda cooperação não apenas entre os EUA e o Japão, mas também entre outras ‘democracias marítimas” (Whitehouse.gov 2017 in *Idem*, p.297).

Na página introdutória de um documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês sobre a estratégia FOIP, é inserida um excerto de um discurso de Abe na Dieta japonesa em 2019 que ilustra o objetivo da estratégia:

“Uma vasta expansão de mar que se estende desde o Oceano Pacífico ao Oceano Índico. Desde tempos antigos que as pessoas desta região têm disfrutado de abundância e prosperidade deste grande e livre corpo de água. A liberdade de navegação e o estado de direito formam a sua base. Nós temos de assegurar que no futuro estas águas são um bem público que traz paz e prosperidade

a todas as pessoas sem discriminação. Para este fim, iremos promover a Estratégia Indo-Pacífico Livre e Aberto” (*Ibidem*).

Num estudo recente da política de segurança nacional japonesa, a FOIP “é mencionada apenas uma vez, e apenas para dizer que foi formulada em resposta à crescente assertividade da China” (Liff 2018:18 in Rossiter 2018).

A Estratégia FOIP delinea três objetivos principais que pretende atingir: “promoção de princípios fundamentais (estado de direito, liberdade de navegação, comércio livre, etc)”; “busca pela prosperidade económica”; “compromisso pela paz e estabilidade” (MOFA 2019).

A dimensão geográfica e a multiplicidade de domínios que esta estratégia envolve (comércio, investimento em infraestrutura, segurança) desenha um inevitável paralelo não só com a Iniciativa Cinturão e Rota e a Rota Marítima do Século XXI, mas com todos os esforços chineses de criação de uma estrutura internacional na Ásia à revelia das instituições internacionais vigentes.

O documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros revela-nos alguns projetos no campo das infraestruturas muito semelhantes aos do ICR, tais como a Autoestrada Sul-Norte no Vietname; o desenvolvimento do Porto Sihanoukville no Camboja; a ferrovia de alta-velocidade Mumbai-Ahmedabad na Índia; e o desenvolvimento do porto de Mombasa no Quênia, entre outros projetos (*Ibidem*).

No capítulo da segurança, é referido o “fornecer de equipamento e desenvolvimento de recursos humanos para o reforço da lei marítima no Sudeste Asiático”, secção que vem acompanhada de uma foto de uma sessão de “orientação técnica” à Guarda Costeira Filipina, ramo das forças armadas de um país que tem problemas de reclamações territoriais com a China.

Em 2019, com a adoção oficial da FOIP pelos EUA, a estratégia subiu a um patamar mais elevado de capacidades e peso no campo geopolítico. A FOIP surge como um projeto paralelo à Iniciativa Cinturão e Rota, tendo por objetivo criar um polo intercontinental de desenvolvimento, mas com base em potências identificadas com a ordem liberal internacional.

Na discussão entre o Japão e os EUA sobre a FOIP, a superpotência “concordou” com o conceito japonês de uma estrutura de Aliança Estratégica Diamante, envolvendo os dois países, mais a Austrália e a Índia e o reavivar do Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad).

Estas medidas foram tomadas para contrariar a “continuada militarização da China, e as suas tentativas de controlar, das vias navegáveis estratégicas por toda a região, nomeadamente o Mar da China Meridional” (Mehta *in* policyforum.net, 2019).

Numa viagem a Banguécoque em 2019, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Wang Yi foi questionado sobre “o conceito Indo-Pacífico” ao que o alto quadro político chinês respondeu de forma positiva, afirmando que “é um assunto que envolve cooperação regional” e que a China “estava disposta a manter a comunicação e a coordenação com a ASEAN” (Governo da RPC, 2019).

No entanto, Wang Yi avançou com “três princípios” que devem ser defendidos no âmbito da cooperação no Indo-Pacífico: focar-se na Ásia Oriental e na Ásia, focar na cooperação e consenso, sem se envolver em confrontações e jogos geográficos; e, focar na abertura e inclusão, sem formar fações ou procurar pequenas cliques (*Ibidem*).

O Japão olha para a China como o seu parceiro para lidar com a República Popular e Democrática da Coreia e a questão da proliferação de armas de destruição maciça, nomeadamente, armas nucleares, no seu contexto regional. Com a cooperação de Pequim, o governo japonês faz uso da influência chinesa em Pyongyang para tratar da ameaça norte-coreana.

Uma das políticas marcantes de Abe na política externa foi a sua diplomacia de “linha dura para com” a Coreia do Norte, indisponível a fazer quaisquer cedências ao regime de Pyongyang (Hemmings 2013:10). Esta postura valeu-lhe o apoio dos setores mais conservadores do PLD, um fator de que Abe se valeu numa altura em que precisava de fazer uma “viragem em sentido contrário” no discurso antagonizante a Pequim (*Ibidem*, p.11).

A postura dúplice do Japão perante a China, ora juntando esforços com países terceiros como forma de conter Pequim, ora aproximando-se da RPC para cooperar na resolução de problemas em comum mostra que a política chinesa de Abe “continua a procurar uma ‘relação mutuamente benéfica’ com o seu vizinho nas esperanças de o encorajar a atuar com um apoiante responsável da paz e estabilidade regional e defensor das normas internacionais” (Harris 2020:223).

As fortes posições “anti-Chinesas” de Shinzo Abe foram um capital político utilizado junto dos círculos conservadores e nacionalistas do Japão para interagir com Pequim e amenizar as tensões (Hemmings 2013:11). A política chinesa de Abe pautou-se por sinais dúplices, muitas vezes contrários, apontando personalidades afetas à ideia de aproximação à RPC para posições de influência, ao mesmo tempo que intensificou os esforços diplomáticos para com a Índia e a Austrália, com este último país, as conversações realizaram-se em muitos aspetos no domínio da cooperação militar (*Ibidem*, p.12). As disputas fronteiriças sucedidas entre a China e a Índia em 2020 e as disputas comerciais entre a China e a Austrália nos últimos anos atribuem um relevo ainda maior aos principais alvos da política externa nipónica no mandato de Abe.

Numa visita oficial de Abe à Índia em 2018, a declaração conjunta argumenta que ambos os países “ênfatizam os valores nucleares da democracia, paz, o estado de direito, tolerância e respeito pelo ambiente na concretização do crescimento pluralístico e inclusivo da região” (Governo do Japão, 2018). Vários dos valores enumerados evocam as críticas feitas à RPC pela inexistência ou violação destes mesmos princípios.

Este encontro serviu também para Abe mostrar o seu apreço pelo “engajamento ativo na região” sob a égide da “Act East Policy”²⁰, e para o primeiro-ministro japonês informar Narendra Modi²¹ da iniciativa nipónica “Free and Open Indo-Pacific Strategy” (*Ibidem*).

Com a Austrália, a vontade de expandir a cooperação no domínio da segurança e defesa levou Abe a “trabalhar duro para desenvolver uma nova relação com Camberra”, uma diretiva gizada em resposta ao “novo pensamento em Washington de que a Ásia-Pacífico necessita de uma maior integração da segurança regional” (Hemmings 2013:14)., uma linha política que já se havia

²⁰ Estratégia Indiana para executar uma “iniciativa diplomática que promove relações económicas, estratégicas e culturais com a vasta região do Ásia-Pacífico em diferentes níveis” (Kesavan in orfonline 2020).

²¹ Narendra Damodardas Modi é o 14^º primeiro-ministro da Índia desde 2014.

materializado no apoio de Abe em 2007 ao primeiro encontro do Diálogo Estratégico Trilateral com a Austrália e os EUA e que voltaria a ser relevante no reavivar da Quad ou do FOIP já no segundo mandato.

O Japão teve um papel tutelar para a RPC na comunidade internacional e asiática desde a normalização das relações em 1972 e a tentativa de inculcar na China uma consciência de agente ativo da estrutura multilateral do Sistema de San Francisco enquadra-se no esforço japonês de integração da China.

A crescente percepção da China como um rival do Japão (e até dos EUA) na liderança regional e a sua percepção enquanto uma ameaça, motiva a administração Abe a desenvolver uma postura mais proativa no campo internacional e, de forma subtil, aproximar-se do valor da paz democrática nas iniciativas multilaterais onde apela à participação dos países no contexto regional do Ásia-Pacífico.

Parte III

4. O novo quadro político-diplomático da era Abe-Xi

No presente capítulo será realizada a apresentação dos fatos pertencentes ao período global de 2013-2020, figurando a diplomacia levada a cabo pelos governos japoneses e chineses liderados por Xi Jinping e Shinzo Abe. Neste capítulo, será também executada uma análise dos ditos fatos e de que modo é que eles moldaram as relações bilaterais e afetaram as suas perspectivas futuras.

A nacionalização japonesa das Senkaku/Diaoyu em 2012 foi o evento catalisador que acentuou os sinais negativos já inerentes na dinâmica das relações sino-japonesas e que haviam recrudescido no mandato de Hu Jintao (2003-2013).

A diplomacia entre os dois países durante o período conjunto das administrações Xi e Abe iniciou com uma enorme desconfiança das duas partes. Após a nacionalização, seriam precisos dois anos para que os líderes governamentais de ambas as nações se voltassem a reunir. A nacionalização das Senkaku/Diaoyu parece também ter asseverado a viragem da China e do Japão para uma postura mais proativa no campo internacional, assertiva no campo regional e, por vezes, mesmo confrontativa, no domínio bilateral das relações sino-japonesas.

4.1. Os diálogos políticos

Quando Xi Jinping iniciou o seu mandato a 15 de março de 2013, a China e o Japão ainda não tinham recuperado por completo do despique diplomático da nacionalização de 2012. O primeiro encontro entre os dois líderes só se deu mais de um ano e meio depois do dirigente máximo chinês assumir funções. Este facto denota um certo arrefecimento nas interações bilaterais, sendo o Japão essencial nas relações externas chinesas.

Este estado das relações bilaterais tem a sua origem na nacionalização das Senkaku/Diaoyu, chegando a produzir um profundo efeito nas populações de ambos os países, intensificando uma tendência de afastamento e repúdio mútuo que se verificava desde a década anterior, também esta estimulada por incidentes relacionados com as Senkaku em 2004 e 2010 (Hafeez 2015). Num estudo de opinião pública de 2014, a população japonesa aponta a “Ação da China incompatível com as regras internacionais” como a principal razão para uma “impressão negativa” do outro país, ao passo que a população chinesa indica a “Compra Japonesa das Ilhas Diaoyu para a nação e o alimentar da confrontação” como a principal razão. (Genron NPO 2014:6).

Foi a 25 de janeiro de 2014 que se deu o primeiro passo para a reconciliação quando Yamaguchi Natsuo, representante-chefe do Novo Komeito, partido de centro-direita japonês coligado com o PLD de Abe, visitou a China e entregou uma “carta pessoal” a Xi Jinping da parte do primeiro-ministro japonês, gesto que Xi Jinping “levou seriamente” (Kokubun 2017:189). Este episódio revelando a vontade do executivo nipónico de tomar passos concretos para a restauração da importante relação Japão-China, como a abertura de Pequim em permitir um caminho de renormalização das

relações bilaterais, evitando transformar a questão da soberania das Senkaku/Diaoyu num obstáculo intransponível à vida diplomática.

Contudo, um embate entre embarcações chinesas e japonesas a 30 de janeiro de 2013 e a visita de Abe ao santuário de Yasukuni anularam os avanços obtidos no “primeiro contato político” (*Idem*, p.189-190). Este percalço revela-nos a fragilidade das interações diplomáticas durante este período pós-nacionalização, podendo a dinâmica das relações ser afetadas tanto por eventos diretamente relacionados com as ilhas, como por outras matérias sensíveis, como o são a questão histórica.

Ao mesmo tempo, Xi Jinping estava “demasiado ocupado com a luta de poder corrente”²² nas fileiras do PCC (*Idem*, p.191). Após ter “fortalecido a sua base de poder”, ele tinha dado a si mesmo “mais espaço para ser capaz de desenvolver uma política positiva para com o Japão” (*Idem*, p.191). Com a base de poder solidificada, o líder chinês deu os primeiros passos concretos para a renormalização das relações diplomáticas e foi preparando o terreno para que os líderes governamentais das duas nações se encontrassem por ocasião da 22ª cimeira da APEC entre 10 a 14 de novembro de 2014. Como pudemos ver anteriormente nesta dissertação, desde o pós-Guerra que existe no PCC uma importante facção opositora a uma aproximação ao Japão (Jakobson 2016:220). A reconfiguração dos principais órgãos de poder interno do Partido por Xi Jinping, permitiu que este encontrasse menos obstáculos à execução da sua linha política, incluindo na política externa, abrindo-lhe a possibilidade de enveredar num caminho de renormalização das relações China-Japão, sem que uma relevante tendência opositora se formasse. Este desenvolvimento é sinal de que o estabelecimento de interações sólidas e positivas entre o Japão e a China são um desígnio da política externa de Xi.

Para levar a cabo esta reunião, Pequim implementou quatro métodos (Kokubun 2017). “Mobilizou a opinião pública internacional” contra o Japão após a visita de Abe ao templo de Yasukuni, que foi alvo de várias críticas, inclusive dos EUA; “pressionou” os representantes políticos dos partidos de governo nipónico, o PLD e o Novo Komeito, através de reuniões entre elevados quadros do PCC e dos políticos japoneses; aproximou-se da comunidade financeira e comercial japonesa (*Idem*, p.191); e as visitas de elementos alegadamente “próximos” de Xi Jinping e de filhos e filhas de oficiais de alto-nível do PCC, também denominados como membros do “Partido dos Príncipes Herdeiros”, a “administradores chave” da administração Abe e até com o próprio primeiro-ministro japonês (*Idem*, p.192).

²² Uma corrente de autores advoga que a campanha anticorrupção levada a cabo no início do mandato de Xi Jinping serviu, primeiramente, para purgar as chefias do Partido de elementos opositores à sua linha governativa. A expulsão de membros como Ling Jinghua (conselheiro de topo de Hu Jintao para a corrupção), Guo Boxiong (antigo general do ELP que serviu durante os mandatos de Jiang Zemin e Hu Jintao), Xu Caihou (antigo general e vice secretário-geral da Comissão Política Militar no mandato de Hu Jintao) e, particularmente, Zhou Yongkang (membro do Comité Permanente do Politburo), um alegado “inimigo de alto nível de Xi Jinping”, surge como forte evidência de que por detrás da campanha anticorrupção, para além do objetivo declarado de tornar o PCC menos vulnerável à corrupção, houve uma intenção do reforço do poder institucional de Xi dentro do Partido e do Estado (Kautz 2020).

A 7 de novembro, numa reunião preparatória do encontro de líderes a 10 de novembro seria elaborado um documento com quatro pontos chamado “Sobre as Discussões para Melhorar as Relações Japão-China” que viriam a ser denominados como “quatro pontos de consenso” (*Idem*, p.193). No documento afirmava-se o respeito pelos “quatro documentos básicos”, a necessidade de “enfrentar a história com franqueza e rumo ao futuro”, o compromisso em resolver as questões no Mar da China Oriental “por meio de diálogo e consulta”, e a retoma gradual do “diálogo” ao nível político, diplomático e de segurança através de “vários canais multilaterais e bilaterais” (MOFA, 2014).

A reunião de líderes na APEC era vista pelas dois países como o ponto a partir do qual, se daria o primeiro passo concreto e público para a renormalização das interações sino-japonesas, ao mesmo tempo que se colocaria como base dessa reconciliação o património documental e o diálogo que havia regrado as relações desde 1972, colocando de parte quaisquer perigos de potencial de agravamento do despique iniciado em 2012. Também pode ser considerado relevante que esta reaproximação seja feita numa cimeira da APEC, onde também estaria presente Obama, o presidente estadunidense que estabeleceu o “*pivô para a Ásia*” (Cha in Foreign Policy, 2016), sinalizando uma viragem do foco da política externa americana para o contexto asiático, diretiva que pode ser atribuída ao crescimento da RPC no palco regional e global já por altura do seu primeiro mandato. Com este ato, poderemos ler que Pequim não estava disposta a ver o seu rival geopolítico consolidar a sua estratégia às custas de um momento diplomático negativo da RPC com Tóquio.

A 10 de novembro de 2014, os dois líderes encontraram-se durante a realização da APEC na capital chinesa, por um período de aproximadamente 25 minutos, onde se testemunharia o reinício da diplomacia sino-japonesa. Na reunião de 10 de novembro, Xi Jinping afirmou que os “certos e os errados por detrás da dificuldade séria nas relações China-Japão nos últimos dois anos são claros”, indicando que “é importante agir de acordo com a tendência progressiva dos tempos de modo a construir uma relação Japão-China sólida e estável” (FMPRC, 2014).

O líder chinês também expressou ser “esperado que o Japão continue no caminho do desenvolvimento pacífico, siga uma política militar e de segurança prudente, faça mais esforços para aumentar a confiança mútua com os países vizinhos e assuma um papel construtivo na salvaguarda a paz e estabilidade regional” (*Ibidem*).

Já o líder japonês, nomeou para cargos importantes figuras próximas a uma política de apaziguamento com a RPC, tais como Fumio Kishida, ministro dos negócios-estrangeiros do executivo de Abe de 2012 a 2017, “bem conhecido pelas suas visões moderadas”, tendo como mentor Makoto Koga, “um poderoso político com fortes ligações à China” e como sendo membro do Kochi-Kai, “uma grande facção liberal e pró-China no PLD”. Masato Kidera, o embaixador para a China apontado por Abe no seu 2º mandato “exibiu a sua vontade de remendar os laços Sino-Japoneses” e que estabeleceu como sua “missão primária” a de “melhorar e desenvolver a amizade entre o Japão e a China”. A nomeação de Shotaro Yachi, o “arquiteto da anterior reaproximação com a China e do ‘Arco de Liberdade e Prosperidade’ de Abe, como conselheiro especial para o

Gabinete” governamental também representou um sinal positivo da vontade de Abe para começar a reconciliação com Pequim (Hemmings 2013:14).

Abe aproveitou a ocasião para elogiar o “desenvolvimento pacífico” a China como uma “oportunidade favorável para a comunidade internacional e o Japão”, uma afirmação que pode ser interpretada como Tóquio revelando que é possível haver uma dimensão positiva e benéfica na doutrina de desenvolvimento da RPC. Abe também apelou a que os países regressem ao “ponto de partida” e “reconstruam o conceito” de “Relação Mutuamente Benéfica baseada com Interesses Estratégicos Comuns” (MOFA, 2014). A postura de abertura e convite ao diálogo por parte da Abe podem ser interpretados como uma vontade do executivo nipónico de mostrar a iniciativa em querer salvar a face de Pequim, sem ceder fundamentalmente na questão da soberania das Senkaku/Diaoyu.

Um ponto importante da reunião foram os quatro pontos de cooperação mútua propostos por Shinzo Abe para abordar as relações sino-japonesas “a partir de uma forma abrangente e de longo-termo”: promover a compreensão mútua entre cidadãos (*Ibidem*), dado o ciclo negativo em que se encontrava a opinião pública de ambas as populações relativamente ao outro país (GENRON NPO 2015); aprofundar ainda mais as relações económicas (MOFA, 2014), já que o comércio tem sido o principal fator de aproximação e fortalecimento das relações bilaterais (Ver Anexo 1), para além da China ainda aplicar restrições à importação de certos produtos alimentares japoneses (MOFA, 2020); a cooperação no Mar da China Oriental (MOFA, 2014), onde se encontra o principal ponto de tensão na presente década com a questão da soberania das Senkaku/Diaoyu (Sato 2019) (White Papers MND, 2019) (MOFA 2012) ; e, estabilizar o ambiente de segurança na Ásia Oriental (MOFA, 2014), que se deparava com um momento de maior instabilidade com as reclamações chinesas das Ilhas Spratley e Paracel (Pedrozo 2014), a construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China (AMTI), e a Coreia do Norte, ator da região asiática para qual o Japão conta com Pequim enquanto interlocutor para dialogar e resolver duas questões prementes, o desenvolvimento das capacidades nucleares e o incidente dos japoneses capturados pelo regime de Pyongyang (MOFA, 2021).

Abe fez um ponto em particular relativo à implementação de um “mecanismo de cooperação marítima entre as autoridades de defesa dos dois países” como forma de “remover o potencial de desconfiança mútua” e contribuição mútua para a “paz e estabilidade na região e na comunidade internacional”, ao que Xi Jinping afirmou já ter sido chegado um acordo sobre um mecanismo de comunicação marítima e que gostaria de “ver comunicação contínua ao nível do trabalho” (*Idem*).

Da parte de Xi Jinping, houve concórdia relativamente ao avançar da “Relação Mutuamente Benéfica baseada com Interesses Estratégicos Comuns” com base nos Quatro Documentos Básicos e expressou satisfação pela perspetiva japonesa do desenvolvimento pacífico da China com as questões históricas (*Idem*). O chefe-de-estado chinês também afirmou que aquela reunião era um “passo em frente no melhorar das relações” e que a partir daquele momento, gostaria de “ir em frente na melhoria das relações a vários níveis” (*Idem*).

Após a reunião de líderes de 10 de novembro, a China e o Japão começaram um período de intensas trocas diplomáticas com repetidas reuniões de líderes, reuniões entre os primeiros-

ministros de ambas as nações e reuniões entre os ministros dos negócios estrangeiros, para além de outro tipo de encontros bilaterais e visitas de figuras importantes ao país vizinho.

A intensificação dos encontros bilaterais e visitas de missões diplomáticas são um dos mais importantes barómetros para atestar a evolução positiva testemunhada no período 2013-2020. Os encontros bilaterais oficiais China-Japão foram-se intensificando ao longo dos anos. Apenas em 2013 não se registou qualquer encontro entre oficiais do governo, ano do rescaldo da nacionalização das Senkaku/Diaoyu e ano em que a China declarou a ADIZ (*Air Defense Identification Zone* = Zona de Identificação de Defesa Aérea). A multiplicação de reuniões de quadros governamentais e os vários encontros anuais entre Xi e Abe a partir de 2014 revelam uma vontade clara de reaproximação e um reforço da diplomacia bilateral, como se pode verificar pelo abaixo registado aumento de reuniões de líderes, de primeiros-ministros e de ministros dos negócios estrangeiros de ambos os países.

Entre 2014 e 2019 realizaram-se 12 reuniões de líderes, maioritariamente, em convénios internacionais de plataformas multilaterais (G20²³, APEC, COP 21²⁴, Fórum Económico Oriental) e numa visita oficial de Abe a Pequim. Desde 2015 que se realizaram pelo menos 2 reuniões e só em 2020, devido à situação pandémica, não se organizou qualquer evento (Ver Anexo 2). Durante este período também se registam 7 reuniões entre primeiros-ministros (Li Keqiang²⁵ e Shinzo Abe) onde os tópicos de discussão tinham uma relação próxima com o conteúdo das reuniões entre Abe e Xi, preparando os assuntos a serem abordados entre Abe e Xi ou para discutir mais a detalhe tópicos abordados em discussões anteriores (Ver Anexo 2). Durante o mandato de Xi Jinping, os ministros dos negócios estrangeiros realizaram 23 encontros, denotando um forte empenho numa diplomacia próxima e que estabelecesse canais oficiais de comunicação regular entre os dois Estados. Em 2020, houve apenas 1 encontro, porém, isso pode justificar-se pelas restrições das viagens durante a pandemia (Ver Anexo 2). Na segunda reunião de líderes a 23 de abril de 2015 em Jakarta, durante o 60º aniversário da Conferência Asiático-Africana, ambos os líderes aproveitaram a oportunidade para expressar a sua satisfação pelo “melhorar” das relações (MOFA, 2015).

O registo das reuniões bilaterais China-Japão desde 2013 revelam-nos um crescimento acentuado das interações à medida que os pontos de disputa entre os dois países foram sendo debelados, em favor da via do diálogo e da consulta. Em 2013, não se registou qualquer reunião de líderes, em 2014 registou-se o primeiro encontro e a partir de 2015 registaram-se dois encontros anuais, realçando-se as três reuniões realizadas em 2018, por ocasião da visita oficial de Abe a Pequim. As reuniões entre primeiro-ministros passaram a suceder a partir de 2015 com um encontro anual em 2015, 2016 e 2017 e dois encontros anuais em 2018 e 2019. As reuniões entre os ministros dos

²³ O G20 é uma plataforma de cooperação entre 20 nações que em conjunto contabilizam “mais de 80% do PIB mundial, 75% do comércio global e 60% da população do planeta” (g20.org).

²⁴ “A Conferência do Clima de Paris é oficialmente conhecida como a 21ª Conferência das Partes (ou “COP”) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), que é o órgão das Nações Unidas responsável pelo clima e cuja sede fica em Bona (Alemanha)” (un.org).

²⁵ Li Keqiang é o primeiro-ministro da República Popular da China desde 15 de março de 2013.

negócios estrangeiros foram o vetor mais profícuo de interações diplomáticas ao longo dos sete anos em estudo. O ano de 2013 foi o único período em que não se registou qualquer encontro, em 2014 reiniciaram-se as reuniões com um evento, em 2015, houveram três reuniões, em 2016, 2017 e 2018 registaram-se quatro encontros, 2019 foi o ano de um maior número de contatos, com seis encontros, e em 2020, já num contexto moldado pela pandemia do COVID-19, um encontro entre os ministros desta pasta foi a única reunião registada entre quadros governamentais do Japão e a China (Ver Anexo 2).

Os dados revelam não apenas uma disposição para o diálogo, mas uma efetiva vontade de materializar uma linha diplomática de aproximação concreta e entre figuras políticas de alto-nível. Ainda que o assunto que mais causa tensão nas relações China-Japão não tenha sido resolvido, nenhuma das administrações governamentais permitiu que isso fosse um obstáculo à normalização das relações.

A discussão frequente dos seus vários pontos de antagonismo é um sinal de que as lideranças não querem evitar os problemas, nem que eles cresçam à sua revelia. A sua inclusão nas discussões bilaterais é uma atitude proativa e saudável no trato de uma relação que tem vários pontos de potencial conflito. A adesão à via do diálogo e da consulta foi o ponto mais positivo que se assinalou no período Xi-Abe. Foram vários os pontos de antagonismo entre a China o Japão, havendo realidades no terreno que poderiam influenciar de forma muito prejudicial a persistência diplomática e dialogante dos dois países ao tratarem as suas relações bilaterais.

As administrações começaram um novo capítulo das relações diplomáticas com base num património documental que se estende desde a normalização de 1972 com o Comunicado Conjunto assinado nesse mesmo ano, passando pelo Tratado de Paz e Amizade de 1978, a Declaração Conjunta de 1998 e a Declaração Conjunta de 2008 com a qual se instituiu a “Relação Mutuamente Benéfica com Interesses Estratégicos Comuns”. Foi com base nas linhas orientadoras desse património documental que a diplomacia se debruçou sobre os vários assuntos que tanto podiam potenciar como ameaçar a relação.

Numa reunião a 1 de novembro de 2015 entre Abe e Li Keqiang, por ocasião de uma Cimeira Trilateral RPC-Japão-Coreia do Sul, foram delineados os pontos que serviriam como “direção básica de aprofundamento da melhoria com base na ‘Relação Mutuamente Benéfica baseada em Interesses Estratégicos Comuns’ (MOFA, 2015). Estes pontos passam pela adoção de “políticas positivas” para melhorar o relacionamento, a utilização dos acordos anteriores para “abordar questões preocupantes”, com um foco na premissa de que os países são “parceiros que cooperam entre si e não são ameaças mútuas” como estabelecido na Declaração Conjunta de 2008 (*Ibidem*).

Foi estabelecida a intensificação do fortalecimento do “intercâmbio e cooperação nas áreas económicas e outras áreas”, o aprofundamento da “cooperação económica e financeira” e apelou-se à retoma da “visita mútua” de figuras governamentais, a realização do Diálogo Económico de Alto Nível Japão-China no ano seguinte (*Idem*). Na declaração foi também prometido o reforço dos “esforços mútuos” para implementar rapidamente o “Mecanismo de Comunicação Marítima e Aérea

entre as autoridades de defesa do Japão-China”, tal como o “retomar das negociações” sobre o “desenvolvimento de recursos” no Mar da China Oriental (*Idem*).

Do lado chinês, houve um foco na adoção da perspectiva histórica para enquadrar o novo capítulo das relações e é sugerido ao Japão para “seguir o espírito de tomar a história como um espelho e voltado para o futuro” (FMPRC 2015). A comitiva chinesa argumentou também que “os assuntos históricos relacionam-se com a fundação política da relação China-Japão e o sentimento nacional de 1.3 mil milhões de chineses”, expressando que era “esperado que o Japão esteja completamente consciente da alta sensibilidade dos assuntos” (*Ibidem*).

Porém, os anos de 2015 e 2016 foram um período de maiores tensões nas relações sino-japonesas devido a reivindicações de soberania. A aprovação da Legislação de Paz e Segurança e às incursões de embarcações governamentais chinesas nas águas territoriais japonesas das Senkaku/Diaoyu em 2016.

A 5 de setembro de 2016, após um mês de agosto com maior tensão política por causa das Senkaku/Diaoyu, os dois líderes governamentais reuniram-se e o primeiro-ministro nipónico afirmou que desde a reunião de Jakarta as relações bilaterais “tinham experienciado altos e baixos”, mas que era importante ter encontros “frequentemente” e “promover a ‘Relação Mutuamente Benéfica baseada em Interesses Estratégicos Comuns’” a partir de uma perspectiva “abrangente e de longo-termo” (MOFA, 2016). Ao que o presidente chinês afirmou que o Japão e a China eram “parceiros para cooperação e não deveriam pousar ameaça ao outro” (*Ibidem*).

De modo a colocar o foco de novo na melhoria das relações, Abe propôs nesta reunião “cinco áreas de cooperação” e “três desafios comuns” nos quais ambos os países se poderiam concentrar para “expandir os aspetos positivos da relação”. As cinco áreas de cooperação são a macroeconomia e os assuntos financeiros e monetários; a poupança de energia e o ambiente; a baixa taxa de natalidade e uma população envelhecida; turismo; e, prevenção de desastres. Já os três desafios comuns identificados foram a Coreia do Norte, a cooperação nas Nações Unidas; e o contraterrorismo e o Médio Oriente.

A partir de então iniciou-se um período de redobradas reuniões diplomáticas de alto nível que culminou na visita oficial de Abe à China a 26 de outubro de 2018, onde foram assinados doze acordos internacionais e memorandos (MOFA, 2018), e, em 2019 ambos os líderes afirmaram a sua determinação em querer “talhar uma ‘nova era das relações Japão-China’” (MOFA, 2019).

Na última reunião de líderes entre Xi e Abe a 23 de dezembro de 2019, Xi afirmou que os países iriam “abrir caminho para um novo futuro”, com a “tração política ganha através da comunicação bilateral” (MOFA, 2019). Nessa mesma reunião, Xi Jinping afirmando que “o mundo de hoje está a passar por mudanças profundas não vistas num século” e que “quanto mais complicada a situação, mais devemos manter uma determinação e adotar uma visão voltada para o futuro que tenha em consideração a situação geral” (FMC, 2019).

Xi afirmou que ambos os países deveriam “planear as relações bilaterais com uma visão global, aprofundar a comunicação e a coordenação na base da partilha do respeito mútuo e procura de

terreno comum enquanto se põe de parte diferenças, e se fazem esforços ativos para construir um novo padrão de cooperação e benefício mútuo” (*Ibidem*).

A visita que se adivinhava na primavera de 2020 era considerada por Abe como um “marco importante” nas relações Japão-China e afirmou que “preparações seriam feitas em cooperação” com a China de modo a que a visita de Xi fosse “significativa” e que “construísse” uma relação bilateral “adequada a uma ‘nova era das relações Japão-China’” (MOFA, 2019). Esta seria a última reunião entre Xi Jinping e Shinzo Abe já que em agosto de 2020, o primeiro-ministro japonês deixou o cargo. Esta parece também ter sido o último capítulo da “nova era das relações Japão-China” pelo menos como as quiseram conceber Xi e Abe.

Uma controvérsia relativamente à questão histórica foi reaberta com um discurso de Abe por ocasião do 70º aniversário do fim da 2ª Guerra Sino-Japonesa, o primeiro-ministro não mencionou a palavra “*owabi*” (desculpa em japonês) e numa visita ao Congresso dos EUA, evitou os termos “*owabi*” (desculpa) e “*shinryaku*” (agressão), o que mereceu as críticas da imprensa estatal chinesa (Kokubun 2018:195). Em resposta, Xi Jinping afirmou perante uma comitiva japonesa que “não será tolerada” qualquer “tentativa de distorcer ou embelezar a história da agressão militar Japonesa” (*Ibidem* p.195). O episódio foi resolvido com uma declaração oficial de Abe contendo todos os termos em falta no discurso em Washington, mais o termo “*shokuminchi shiha*” (domínio colonial) (*Idem* p.195).

A utilização da questão histórica pela China aquando da aprovação de duas legislações japonesas concernentes à defesa e segurança em 2015, argumentando ter sido uma “ação sem precedentes tomada pelo Japão pós-guerra nos campos da segurança e militar”, levou a que a China se questionasse se o Japão irá “desistir da sua exclusiva política de defesa e desviar-se do caminho de desenvolvimento pacífico que tem seguido após a 2ª Guerra Mundial” (FMPRC, 2015).

Ao nível dos direitos humanos, o Japão de Abe passou de uma postura não-interventiva para uma postura ativa nos anos finais do seu mandato com declarações oficiais censurando (MOFA, 2019) a atuação do Estado chinês em Hong Kong, onde operam 1200 empresas nipónicas, aquando dos protestos contra a Lei da Extradicação. Kong Xuanyou, o oficial da PRC em Tóquio afirmou que os protestos em Hong Kong eram um “assunto respeitante à segurança nacional da China” (MOFA, 2020). O Japão também condenou os alegados abusos dos direitos humanos da minoria uigure em Xinjiang e “solicitou ao governo da China uma explicação transparente sobre a situação dos direitos humanos na região autónoma Uigure de Xinjiang, que está atraindo cada vez mais o interesse da comunidade” (MOFA, 2019).

Esta postura nipónica é um outro sinal que nos releva a postura mais proativa da política externa japonesa, já despida do receio de questionar a China em questões sensíveis fora do contexto bilateral, e incluídas naquilo que se configura como os valores liberais das estruturas multilaterais do status-quo da Ásia-Pacífico sob a égide americana.

Deste modo, podemos verificar que o uso das questões da memória histórica pela China e dos direitos humanos pelo Japão são utilizados como forma de pressionar o outro país de modo a obter resultados concretos no domínio bilateral e internacional.

Ao longo destes sete anos, as relações sino-japonesas “funcionam num quadro de contradições” (Silva 2021:295), entre uma genuína vontade de construir uma plataforma diplomática de aproximação sólida e a disponibilidade de ambos os estados em reagir de forma dinâmica a eventuais quebras de confiança, ora juntando esforços para cooperar em projetos de âmbito regional e de natureza multilateral, ora competindo no domínio geopolítico.

Apesar destes eventos, o fato de que o potencial de antagonismo máximo destes incidentes foi capaz de ser neutralizado e colocado num patamar secundário em detrimento de outros elementos da relação que possam potenciar o seu aprofundamento e criar um ciclo virtuoso é sinal de uma genuína vontade por parte das lideranças políticas de levar a sério a “via do diálogo e consulta”.

O registo das interações diplomáticas Japão-China durante o período de governação de Xi e Abe (2013-2020) revelou uma melhoria direta nas relações bilaterais com um aumento das reuniões de quadros governamentais de alto nível, um compromisso sólido com a resolução de diferendos pela via do diálogo, passos concretos no reforço da cooperação económica e financeira e adesão aos tratados e documentos que fundamentaram a relação sino-japonesa desde 1972. A profícua visita oficial de Abe à RPC em 2018 foi descrito pelo próprio chefe de governo nipónico como a promessa de “uma nova era”. A prometida visita oficial de Xi Jinping ao Japão na primavera de 2020 representaria mais um passo firme na consolidação das relações bilaterais após o despique diplomático de 2012. O fato de esta visita não se ter realizado, por causa do contexto pandémico, e de não haver, de momento, uma data definida para a realização desse evento, pode significar que a China e o Japão se encontram de novo perante uma tendência de afastamento mútuo, reforçada pelas dinâmicas do contexto regional e global de tentativa de contenção da China pela parte dos países próximos dos EUA, da qual o Japão tem vindo a fazer parte e até mesmo desempenhando um papel fundamental para a sua reativação, tal como a Quad, ou criação, como a FOIP.

A diplomacia bilateral dos dois países respetivamente à outra parte revelou, precisamente, a divisão entre estas duas realidades: a necessidade de elevar a sua presença e capacidade de influência no contexto regional de modo a responder à influência do outro; e, a necessidade de reaproximação com um vizinho geográfico com o qual se mantém fortes vínculos económicos ou a memória histórica.

É possível verificar então que a política externa dos dois países se subdividem em dois níveis. Ao nível do contexto bilateral, onde ao lidar com questões com uma realidade material concreta ao nível da cooperação e da diplomacia, existe um empenho claro para solidificar os elementos positivos da relação e inculcar uma dinâmica “ganha-ganha” na qual tanto a China como o Japão obtêm efetivos benefícios dos elos estabelecidos entre os dois países.

Ao nível do contexto regional e, de certa forma, o contexto transcontinental do Ásia-Pacífico, verifica-se uma clara tendência confrontativa, onde a China procura institucionalizar uma estrutura onde possa expandir e exercer a sua influência, enquanto o Japão a tenta condicionar, conter e contrariar. Esta realidade pode indicar uma vontade do Japão juntar os seus esforços aos americanos para obrigar a RPC a regressar à mesa de negociações num contexto em que não tem capacidade de provocar mudanças estruturais no status-quo regional estabelecido no pós-Guerra.

Tanto a China como o Japão encontram-se integrados na ordem política asiática fundada no pós-Guerra e é nesse contexto que as suas relações bilaterais se vão desenvolvendo. Porém, o crescimento do peso político de Pequim no contexto asiático dá-lhe a liberdade de querer construir a sua rede de relações com outros Estados para lá das opções e dos trâmites que essa mesma estrutura lhe oferece.

O sucesso da China na concretização desse objetivo seria um golpe forte na hegemonia do Sistema de San Francisco e no atual status-quo de que o Japão se confessa defensor. Por isso, Tóquio tem interesse em frustrar as tentativas chinesas de autonomia institucional. Contudo, a hostilização aberta de Pequim criaria um ambiente de instabilidade de tal ordem no seu enquadramento regional que qualquer um dos governos se vê forçado a olhar para a normalização das relações e apaziguamento mútuo como a mais razoável das opções.

3.2 A cooperação económica

Ao longo do período em estudo, a China e o Japão provaram ser parceiros económicos de uma enorme importância (Ver Anexo 7).

Em 2013, o Japão passa de principal país importador para a economia chinesa para a segunda posição. Desde o ano de 2013 até ao ano de 2018, o Japão deixou de atingir o primeiro lugar, passando a República da Coreia a ser o principal país de origem das importações chinesas. No ano de 2015, O Japão chegou a cair para o quarto posto no quadro das importações japonesas, contando com exportações para a China na ordem dos 142 mil milhões de dólares, mas ficando atrás da República da Coreia, os Estados Unidos e Taiwan.

No campo das exportações chinesas, durante o período 2006-2018 o Japão foi o terceiro país para o qual a China mais exportou, nunca subindo ou descendo dessa posição. À frente do Japão, estiveram sempre os Estados Unidos da América e Hong Kong. Os Estados Unidos foram o principal destino das exportações chinesas com exceção do ano de 2013, no qual foi ultrapassado por Hong Kong. O volume de exportações da China para o Japão é consideravelmente grande, mas ainda distante da quantia cifrada nas exportações chinesas para os Estados Unidos e Hong Kong. O pico de exportações foi atingido no ano de 2012, com a China a registar um total de 151,6 mil milhões de dólares em exportações para o Japão. Desde então que o número das importações japonesas de produtos chineses estabilizou, não mais ultrapassando a quantia registada em 2012. No período dos mandatos de Xi e Abe, 2018 foi o ano onde se verificou o maior volume de trocas comerciais entre os dois países, recuando ligeiramente no ano de 2019 (Ver Anexo 1). Em 2020, apesar do contexto pandémico, a China superou os EUA como principal mercado de exportação japonesa, consumindo 20% dos produtos exportados pelo Japão cifrando um total de 145 mil milhões de dólares (Asia Nikkei 2021). Por sua vez, a importação de produtos chineses pelo Japão atingiu um registo mínimo de 6,123 mil milhões de dólares, mas recuperou o ritmo normal logo no mês seguinte e assim continuou até ao final do ano (Ver Anexo 8).

A realidade mostrada pelos dados prova-nos que as trocas comerciais entre os dois países não foram afetadas grandemente por fatores políticos, apesar do período de maior instabilidade assinalado desde a normalização em 1972.

Os principais dez produtos japoneses importados pela China mantiveram-se os mesmos desde o início do mandato de Xi Jinping, em 2013, até ao ano de 2019. A principal importação realizada pela China foi a de “maquinaria elétrica e equipamento e componentes; gravadores de som e reprodutores, televisão...”; a segunda maior importação de produtos japoneses foi a de “maquinaria, aparelhos mecânicos, reatores nucleares, caldeiras; e componentes de”; a terceira foi a de “veículos para lá de caminhos-de-ferro e elétricos de material rolante, e componentes e acessórios”; a quarta foi a de produtos “óticos, fotográficos, cinematográficos, de medida, verificação, precisão, médicos e cirúrgicos...”; a quinta foi a de produtos “plástico e artigos de” plástico; a sexta foi a de produtos “químicos orgânicos”; a sétima foi a de produtos “ferro e aço”; a oitava foi a de produtos “óleos essenciais e resinóides; perfumaria; preparações cosméticas ou de higiene”; a nona maior importação de produtos japoneses para a China é a de “produtos químicos diversos”; e, a décima foi a de produtos de “cobre e artigos de” cobre (Ver Anexo 3).

Os dados relevados pelos números das importações japonesas durante o período 2006-2018 mostram que ao longo dos últimos treze anos, apenas a China superou a barreira dos 100 mil milhões de dólares em produtos importados pelo Japão (ver Anexo 1). Em 2006, o valor das importações japonesas de produtos chineses era de 118,2 mil milhões de dólares. Em 2012, as importações chinesas para o Japão atingiram um pico, ao registarem 188,5 mil milhões de dólares em produtos importados da China. Desde 2012, esse valor tem vindo a estabilizar, registando-se valores mais baixos em 2015 (160,6 mil milhões de dólares), em 2016 (156,5 mil milhões de dólares) e em 2017 (164,4 mil milhões de dólares).

Os dados relativos às exportações japonesas também nos mostram a importância da China no quadro das relações comerciais entre as duas nações asiáticas. Porém, relativamente à exportação de produtos japoneses durante o período 2006-2018, a China vai partilhando a posição de principal destino de exportações com os Estados Unidos da América. Entre 2013 e 2017, os Estados Unidos da América recuperam a primeira posição, perdendo-a apenas para a China já em 2018, com a China registando um total de 144 mil milhões de euros de produtos importados do Japão.

A maior importação de produtos chineses para o Japão durante o período 2013-2019 é a de produtos “maquinaria elétrica e equipamento e componentes; gravadores de som e reprodutores, televisão...”; a segunda maior importação foi a de “maquinaria, aparelhos mecânicos, reatores nucleares, caldeiras; e componentes de”; a terceira foi a de produtos “artigos de vestuários e acessórios de roupa, de malha ou confeccionados com renda”; a quarta foi a de produtos “artigos de vestuários e acessórios de roupa, não de malha ou não confeccionados com renda”; a quinta foi a de produtos “móveis, material de cama, colchões, suportes elásticos para colchões, almofada e móveis recheados”; a sexta foi a de produtos “óticos, fotográficos, cinematográficos, de medida, verificação, precisão, médicos e cirúrgicos...”; a sétima foi a de produtos “plástico e artigos de” plástico; a oitava foi a de produtos “brinquedos, jogos e material de desporto; componentes ou acessórios”; a nona

foi a de “veículos para lá de caminhos-de-ferro e elétricos de material rolante, e componentes e acessórios”; e a décima maior importação de produtos chineses para o Japão é a de “artigos de ferro ou aço” (Ver Anexo 3).

As características dos produtos trocados entre os dois países revelam uma composição industrial e tecnológica da dinâmica comercial sino-japonesa, com uma forte componente de produtos têxteis exportados pela China e contando apenas com três itens de matéria-prima. Ferro e cobre do Japão para a China e cobre da China para o Japão.

Relativamente à presença empresarial, o número de empresas japonesas a operar na China desde 2010 até 2019 atingiu um pico em 2012 com 14.390 empresas (statista.com 2020), registrando-se então uma descida em 2015 para um total de 13,260 empresas. Em 2018, o primeiro-ministro japonês referiu a existência de “30 mil bases” de empresas japonesas a operar na China (MOFA, 2018).

Quanto ao Japão, de acordo com um estudo de 2018 do Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão, foram registadas 3,287 empresas estrangeiras “afiliadas” no ministério, das quais 337 são empresas chinesas a operar no Japão. Registando a percentagem dos números entre 2016 e 2018, houve uma mudança anual no investimento de 0,2% (METI, 2019).

De acordo com a JETRO (Japan External Trade Organization) é revelada uma tendência titubeante do IDE japonês na China (Ver Anexo 4). Nota-se um pico em 2012 com 13.479 milhões de dólares, ano da nacionalização das Senkaku/Diaoyu, já em 2013, ano em que Xi Jinping assumiu cargo da presidência da RPC, o IDE caía para 9104 milhões de dólares. Nos anos seguintes, a tendência estabilizou na casa dos 10 mil milhões de dólares em 2014 e 2015 caindo para 9543 em 2015, mas executando uma recuperação já em 2017 com 12.417 milhões de dólares em IDE, registando uma leve queda para 11.999 mil milhões de dólares em 2018 e culminando numa subida considerável em 2019 com um total de 14.371 milhões de dólares. A estabilização do volume de IDE japonês na China em redor dos 10 mil milhões de dólares (JETRO) mostra-nos um Japão que não perdeu o interesse no desenvolvimento do seu vizinho. O aumento desse IDE para 14 mil milhões apenas fortaleceu essa dinâmica.

Já o fluxo de IDE chinês para o Japão regista uma tendência quase sempre crescente, mas com números mais modestos (Ver Anexo 4). Entre 2012 e 2013 o IDE quase que duplica de 72 milhões para 140 milhões e catapulta para 767 milhões de dólares em 2014. Nos dois anos que se seguem regista-se uma descida, primeiro para 636 milhões de dólares em 2015 e um registo negativo de -92 milhões de dólares em 2016. Os três últimos anos marcam uma reviravolta dessa tendência de diminuição e mostram-nos um IDE chinês de 992 milhões em 2017, uma ligeira descida para 805 milhões em 2018 e, em 2019, já depois da positiva reunião bilateral sino-japonesa de outubro de 2018, o IDE registou um total de 1911 milhões de dólares. Estes números revelam uma tendência de crescimento progressivo e são sinal de um compromisso chinês em envolver-se de forma mais ativa na economia nipónica.

Os dados do turismo revelam um substantivo aumento de turistas chineses a visitar o Japão, registando 1,425 milhões de turistas em 2012 e culminando 2019 com 9,549 milhões de turistas

(Ver Anexo 6). O Japão representa o segundo maior destino de origem dos seus turistas, com 269 mil japoneses a terem visitado a China em 2018, menos 75 mil comparativamente a 2008. Esta descida é justificada com a “tensão nas relações Japão-China nos últimos anos” (Zhao & Liu 2020:340).

Durante a visita oficial à China do primeiro-ministro nipónico em outubro de 2018, Abe declarou o fim do programa ODA para a China, tendo por base a ideia de que “uma nova dimensão da cooperação Japão-China deve ser promovida com a China como um parceiro igual” (MOFA, 2018).

Os assuntos relativos à economia, finanças e comércio têm sido um item constante nos encontros bilaterais realizados entre as comitivas governamentais da China e do Japão. No caso da China e do Japão, o forte ímpeto das trocas comerciais tem um peso marcante nas relações bilaterais já que influenciaram positivamente o contexto político. O “compromisso” da China com a abertura da economia e a sua entrada no sistema de comércio global ajudou a “prevenir a intensificação das tensões políticas”, o que no caso destes dois países, com as diferenças diametrais ao nível político e o pesado legado histórico, é particularmente fácil de suceder (Armstrong 2014: 3).

A Iniciativa Cinturão e Rota e o AIIB são projetos de cooperação internacional instituídos por Pequim e são os exemplos mais paradigmáticos da materialização de criação de instituições com capacidade de incluir várias nações, ter presença em vários continentes e potencializar a cooperação multilateral de forma a responder a desafios concretos.

Os grandes projetos da Administração Xi foram temas recorrentes nas reuniões bilaterais. A China tem tentado convencer o Japão a fazer parte do AIIB, sendo o tema abordado em várias ocasiões, mas o Japão tem rejeitado a participação devido a dúvidas levantadas sobre a “transparência” da estrutura de acionistas e também porque o AIIB replica muitas das funções do Asian Development Bank do qual é principal acionista (Kokubun 2017: 198).

Apesar da iminente natureza económica destes dois projetos, a concretização de uma ordem transcontinental, no qual se inclui o contexto regional da China e do Japão, sob a égide de Pequim, fora da esfera de influência americana e da sua rede de alianças, daria à política externa da RPC uma capacidade de ação mais autónoma, criando uma rede de estruturas no seu contexto regional que desafiariam o status-quo do Sistema de San-Francisco.

A governação de Xi abriu sempre a porta ao Japão para participar em ambos os projetos e estes foram temas recorrentes nas reuniões entre os líderes governamentais de cada país. Com ambos os projetos, o Japão é mais solícito a relevar cautela e desconfiança do que entusiasmo por poder ser incluído nas iniciativas chinesas.

O projeto chinês onde houve maiores progressos foi na Iniciativa Cinturão e Rota onde, apesar das dúvidas iniciais, o Japão estabeleceu vários critérios para a participação aos quais a China tem vindo a anuir. Esses critérios prendem-se com a garantia da sustentabilidade das dívidas dos países recetores dos investimentos (MOFA, 2019) e com a inclusão de projetos de acordo com critérios internacionais, levando o projeto a uma nova fase, a do “Iniciativa Cinturão e Rota de Alta Qualidade” (Ito 2019: 2-3). O fato de que a RPC anuiu a esta proposta japonesa, incorporando-a na iniciativa e replicando o conceito em artigos do órgão do Partido, são prova de uma vitória da diplomacia nipónica, ao mesmo tempo que prova a abertura chinesa a uma genuína cooperação.

Na reunião bilateral de 23 de dezembro de 2019 que Xi Jinping avançou que os dois países “devem expandir a cooperação prática e promover a cooperação de alta-qualidade na construção da Iniciativa Cinturão e Rota e em mercados terceiros, fortalecer a cooperação mutuamente benéfica em áreas como a inteligência artificial, Mega-Dados, e a Internet das Coisas”, para além de advogar o “cultivar ativamente um ambiente” que promova a “abertura, justiça, transparência e não- discriminação” de uma forma mútua e que “lute por benefícios mútuos e uma cooperação ganha- ganha a um nível mais alto” (FMC, 2019).

Foi durante o período Xi-Abe que foram reiniciados os Diálogos Económicos de Alto-Nível, realizando-se em 2018 o 4º Diálogo (MOFA, 2018) e em 2019 o 5º Diálogo (MOFA, 2019) através de encontros de delegações com altos quadros governamentais onde se discutiu o “aprofundamento” da cooperação económica e financeira em vários domínios, a cooperação em países terceiros de empresas do setor privado e os direitos de propriedade intelectual na China.

Uma das temáticas que têm vindo a ser discutidas e se pode inserir no âmbito da cooperação internacional é relativa à parceria de empresas privadas chinesas e japonesas em países terceiros. Este tema surgiu com grande proeminência em 2018 e fez presença nas discussões ao mais alto nível, incluindo no Diálogo Económico de Alto-Nível, nesse ano e em 2019.

A insistência neste modelo de cooperação denota uma real vontade do Japão considerar fazer parte da Iniciativa Cinturão e Rota, mas, preferencialmente, através de regras e critérios acordados entre as duas partes, nos quais o Japão sinta que tem capacidade de influenciar a ação chinesa.

As condutas hesitantes e cautelosas do Japão mostram revelam a iniciativa e diplomacia económica chinesa no campo internacional, não só como uma forma de gerar capital e colmatar reais faltas de infraestruturas no domínio asiático, mas como um projeto de natureza eminentemente económica que permite o crescimento de uma efetiva influência da China sobre os seus parceiros.

Neste período também se verificou um crescente envolvimento político na promoção da cooperação económica e na resolução de problemas do foro económico e financeiro. Para além destes avanços diplomáticos, há a realçar a assinatura em 2018 do «Acordo de Segurança Social Japão-China» que isenta o pagamento das taxas de segurança social a vários tipos de trabalhadores expatriados nos respetivos países (MOFA, 2018). Ao nível financeiro, há a registar em 2018 a concessão ao Japão de 200 mil milhões de yuans de Renminbi Qualified Foreign Institutional Investor, a “listagem mútua de fundos negociados em bolsa (ETF) (junho de 2019) e designação de um japonês banco como um banco de compensação Renminbi (RMB)” (MOFA, 2019).

Um assunto que se repetiu ao longo das reuniões bilaterais foi a proibição da importação de produtos alimentares japoneses pela China, nomeadamente arroz e carne de vaca, iniciada após o terramoto de 2011 que causou um incidente nuclear em Fukushima. Houve poucos progressos nesta matéria, com exceção da remoção da proibição à carne bovina em 2019 (*Ibidem*).

Nas plataformas multilaterais, é de realçar a cooperação sino-japonesa para o recém-assinado RCEP ²⁶ (Regional Comprehensive Economic Partnership) (FMPRC 2020), as recorrentes discussões relativas ao Acordo Comercial Trilateral China-Japão-República da Coreia (MOFA, 2019) e a cooperação na OMC ao nível financeiro na estrutura ASEAN+3 (MOFA, 2019).

A assinatura do acordo relativo à segurança social, o alívio parcial das restrições chinesas à importação de produtos alimentares japoneses e o estabelecimento de várias parcerias ao nível financeiro e monetário são prova de uma vontade política em traduzir o desejo de aprofundação da cooperação económica em resultados materiais.

Nos esforços de reaproximação diplomática dos dois países, é frequente a menção aos temas económicos nas reuniões bilaterais aos vários níveis e a “macroeconomia e os assuntos financeiros e económicos” foram identificados por Abe como uma das “áreas de cooperação” a trabalhar entre os dois países.

Em 2019, a FOIP foi lançada com o apoio dos EUA, um projeto que imita muitas das características da Iniciativa Cinturão e Rota, promovendo a construção de infraestruturas em falta no Indo-Pacífico e englobando a área do Índico, onde a ICR também tem projetos importantes. A própria denominação *Free and Open Indo-Pacific* (tradução: Indo-Pacífico Livre e Aberto) sugere a exclusão a priori da China já que não inclui a enorme massa continental asiática, mas propõe uma rede de investimentos, coordenação e cooperação com os países banhados pelos oceanos Índico e Pacífico.

A inclusão do Pacífico tem um propósito. Ao englobar esta região no projeto, é colocada a possibilidade de os EUA estarem presentes, oferecendo ao Japão a possibilidade de utilizar a influência americana para apresentar uma verdadeira alternativa à ICR, reduzindo o ímpeto da capacidade de influência e penetração chinesa.

Uma diferença fundamental do FOIP para com a ICR é que enquanto a iniciativa chinesa não requer quaisquer condições ideológicas ou políticas na implementação dos seus projetos, a iniciativa japonesa faz um compromisso com a criação da FOIP de acordo com valores que podem ser enquadrados no status-quo Pós-Guerra.

Deste modo, podemos afirmar que a FOIP é uma resposta à ICR de modo a contrariar a capacidade de influência regional chinesa e é uma iniciativa que pode ser enquadrada como uma extensão das estruturas multilaterais edificadas sobre a rede de alianças sob a égide americana.

Durante o período de 2013-2020, as relações económicas sino-japonesas serviram como âncora que estabilizou as relações sino-japonesas e as impediu de entrar num ciclo nocivo. O enorme volume comercial realizado entre os dois países é uma motivação de ordem máxima para que a China e o Japão escolham a via do diálogo e da consulta para resolver os seus problemas e não

²⁶ “A Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) é uma proposta de acordo de livre comércio (FTA) entre os dez Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (Brunei, Cambodja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietname) e seus seis parceiros FTA (Austrália, China, Índia, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia).” (rcepsec.org)

cometam quaisquer atos que atinjam gravemente este vetor gerador de enormes oportunidades económicas.

A centralidade da economia chinesa no contexto regional e global, a sua dimensão e posição geográfica no continente asiático, a sua capacidade de influência diplomática na Ásia e o seu crescente poderio militar e capacidade de projeção, conjugado com uma eventual ausência, ou reduzida presença, dos EUA levaria ao surgimento de uma nova ordem política na Ásia que, mesmo não sendo sinocêntrica, teria na China um inevitável eixo central.

Porém, da mesma forma que a China faz recurso do seu poderio económico e financeiro para obter dividendos políticos no campo global, também o Japão adotou essa tática, conjugando a coordenação da rede de alianças pró-americanas no Ásia-Pacífico para a criação de uma iniciativa económica que materialize resistências à expansão de influência chinesa através dos seus projetos.

A cooperação económica sino-japonesa durante o período de tempo em estudo não pode ser desligada da guerra comercial EUA-China e dos esforços da administração Trump, seguidos pela administração Biden, para diminuir o poderio económico chinês e de cortar as asas a uma ordem económica asiática que tenha Pequim como eixo central.

De novo, também ao nível económico-financeiro, as relações sino-japonesas revelam uma natureza bidimensional, com a dimensão bilateral movida por um ímpeto apaziguante e positivo, capaz de resistir até ao *decoupling* económico proposto por Abe no final do seu mandato; e a dimensão regional e internacional dividida entre a cooperação nos grandes projetos como a ICR ou os acordos comerciais como a RCEP e o Acordo Comercial Japão-China-República da Coreia, e a rivalidade na construção de plataformas de comércio transcontinentais como a AIIB ou a FOIP num domínio em que os investimentos económicos são feitos com ganhos políticos em vista.

3.3. Segurança e Defesa

Uma das marcas de governação da era de Xi Jinping foi o seu esforço de modernização das forças armadas.

Como pudemos ver no capítulo 2, inclui a reestruturação do exército ao nível organizacional e dos teatros de operação e a intensificação do investimento em Defesa na Marinha, em detrimento do Exército, reduzindo o número de efetivos do ELP e aumentando e intensificado as capacidades marítimas com o crescimento e modernização da sua frota naval.

O forte investimento no reforço e modernização da Marinha permitiu à RPC ter uma presença marítima mais musculada e consequente, o que implica diretamente o Japão no Mar da China Oriental, onde se situam as ilhas Senkaku/Diaoyu, reclamadas por ambos os países, para além de Taiwan.

Sob o mandato de Shinzo Abe, o Japão foi menorizando a doutrina Fukuda, verificando-se uma maior ambição de autonomia militar e de política externa que é hoje enquadrada numa política de Pacifismo Proactivo, em cujos pormenores se pode notar uma vontade de querer conter a China.

O incómodo revelado pela China aquando da discussão desta legislação, apontando ser uma traição ao compromisso pela paz feito depois da 2ª Guerra Sino-Japonesa, mostra que à China não lhe agrada a ideia de um Japão com um exército formal.

As Ilhas Senkaku/Diaoyu têm sido o principal foco de tensão entre a China e o Japão. A partilha da reclamação de soberania territorial entre os dois países é fonte de antagonização diplomática e da opinião pública (Genron NPO 2019:6), levando a um anquilosamento da criação de uma tendência geral positiva nas relações bilaterais. Desde a nacionalização que existe uma contínua incursão das águas territoriais e contíguas das Senkaku/Diaoyu por embarcações civis e militares chinesas (MOFA, 2016). A RPC argumenta que as Senkaku/Diaoyu “são território inerente da China”, acusa o Japão de ter “arrebatao as Diaoyu da China”, apontando o dedo a “acordos de bastidores entre os Estados Unidos e o Japão concernante às Ilhas Diaoyu ilegais e inválidos” (FMC, 2012).

Um estudo que se debruça sobre o período de 5 a 26 de agosto de 2016 reporta que 20 embarcações governamentais chinesas entraram nas águas das Senkaku/Diaoyu, de acordo com o estudo, os navios rodeados por um quadrado vermelho “*entraram nas águas territoriais do Japão*” e os navios cujo nome são seguidos de um asterisco “*estão equipadas como que parece ser um canhão*” (MOFA 2016). Das 20 embarcações, 14 pertencem à Guarda Costeira Chinesa (中国海警 - *Zhongguo Haijing*), 3 pertencem à Patrulha Marinha Chinesa (中国海蓝 - *Zhongguo Hailan*) e os restantes 3 ao Comando de Reforço da Lei dos Recursos Pesqueiros da China (中国渔政 - *Zhongguo Yuzheng*) (Ver Anexo 10). Foram nove embarcações da Guarda Costeira Chinesa que aparentavam estar equipadas com um canhão.

Relativamente às embarcações de pesca, o estudo aponta para que “*várias centenas*” operem nas águas das Senkaku/Diaoyu usando o “*método de arrastão*” e que, desde 2011, o número cresceu 26 vezes, desde 8 navios por ano até 208 em 2014, reportando-se uma queda para 70 em 2015, devido ao “*fortalecer da resposta*” por parte da Guarda Costeira Japonesa (MOFA, 2016).

As autoridades nipónicas qualificaram estas intrusões nas águas das Senkaku/Diaoyu como “*ações que aumentam a escalada*” e “*completamente inaceitáveis*”. Utilizando “*canais diplomáticos, o Japão faz chegar os seus protestos a Pequim, argumentando que a “intrusão” nas águas territoriais em redor da Senkaku/Diaoyu por navios governamentais chineses “constituem uma infração da soberania do Japão”, afirmando que a China “tem continuado a levar a cabo ações unilaterais que aumentam as tensões no terreno” apesar dos repetidos “fortes protestos” para que as embarcações chinesas “abandonem de imediato” as águas territoriais do Japão e a zona contígua (MOFA, 2016).*

A partir de 2016 e fevereiro de 2017 nota-se uma clara redução e, de forma mais prolongada, entre outubro de 2017 e dezembro de 2018, mês em que se registaram zero intrusões de embarcações militares chinesas nas Senkaku/Diaoyu, coincidindo com a frutífera visita oficial de Shinzo Abe à China no mês anterior (Ver Anexo 9).

Em contra-ponto, o governo japonês tem conhecido uma “expansão de unidades e instalações das GSDF” na região sudoeste (Bosack in Japan Times, 2019). Regista-se o estabelecimento de uma “unidade de observação costeira” numa estação já existente na Ilha Yonaguni e abriram bases

da GSDF (*Ground Self-Defence Forces* – Forças de Auto-Defesa Terrestres) que foram planeadas acolher 560 soldados. Em Amami-Oshima, na prefeitura de Kagoshima, aloca bases com “mísseis terra-ar” na base de Amami e bases com “mísseis terra-mar” na base de Setouchi (SLDInfo, 2019). Foi planeada a distribuição de 380 soldados e, posteriormente, 700 a 800 soldados “mal mísseis terra-ar e mísseis terra-mar sejam alocados no ano fiscal de 2019” na ilha de Miyako, na prefeitura de Okinawa (*Ibidem*). Na ilha de Ishigaki, em Okinawa, foi também planeada a construção de uma base “com 500 a 600 soldados e uma unidade míssil” (*Idem*).

A questão das Senkaku/Diaoyu tem sido recorrente nas reuniões bilaterais do período Xi-Abe, tendo Abe afirmado em 2016 que a relação Japão-China “não poderá estabilizar a não ser que haja estabilidade do Mar da China Oriental” (MOFA, 2016). Por sua vez, Xi afirmou que os dois países “deveriam lidar apropriadamente com a questão do Mar da China Oriental pela comunicação fortalecida através do diálogo e consulta e em linha com o acordo de quatro pontos para salvaguardar em conjunto a paz e estabilidade na região (FMC, 2016)

Na última cimeira de líderes de Abe e Xi a 27 de junho de 2019, o primeiro-ministro japonês pede ao presidente chinês “auto-contenção nas atividades a China no Mar da China Oriental particularmente nas águas em redor das Ilhas Senkaku”, apelando a que o governo chinês adote uma atitude “baseada numa perspetiva ampla das relações Japão-China e na paz e estabilidade da região e da comunidade internacional” (MOFA, 2019).

A China sempre foi inflexível no reclamar da soberania das ilhas e nos *White Papers* do exército chinês de 2019, é afirmado que a “China salvaguarda resolutamente a sua soberania nacional e integridade territorial», apontando em específico que «as ilhas do Mar da China Meridional e as ilhas Diaoyu são partes inalienáveis do território chinês” (Governo da RPC, 2019), enquanto que no *White Paper* japonês anual de Defesa, a China é acusada de “continuar a tentar alterar o status-quo no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional”, sendo pela primeira vez descritas asações chinesas como “implacáveis” (*Ibidem*).

Esta conduta é reveladora de que as autoridades chinesas continuam a rejeitar a legitimidade da nacionalização japonesa das ilhas e fá-lo através de uma estratégia de desafio aberto e erosão das capacidades de monitorização e vigilância da marinha e guarda costeira nipónica.

O atol de Okinotorishima, a “ilha mais austral do Japão”, é ponto de tensão entre os dois países e já causou um incidente diplomático em 2004. O atol é reclamado pelo Japão e por Taiwan e a RPC disputa a classificação do atol enquanto ilha, já que esse estatuto daria ao Japão uma Zona Económica Exclusiva, possibilitando o Japão de “investigar livremente o leito marinho da área circundante” do atol (Yoshikawa 2007: 1). O atol também pode servir como “plataforma marítima a partir da qual a Sétima Frota poderia projetar poder para apoiar Taiwan” ou onde as “Forças de Auto-Defesa Marítimas do Japão realizariam operações de controlo do mar para assegurar a liberdade de ação dos EUA”, sendo então um local estratégico para as forças armadas chinesas “realizarem operações anti-acesso/negação de entrada na área” (AMTI, 2016).

A postura assertiva da RPC no Mar da China Oriental tem sido o principal tópico de hostilidade entre os dois países, sendo que em nenhuma altura se deixou de seguir pela via do diálogo e da

consulta para resolver os incidentes, por graves que fossem, podendo verificar-se nas atas das reuniões bilaterais a concórdia entre as delegações para que aquelas águas se tornem num “Mar de Cooperação, Paz e Amizade” como instituído no Acordo de Junho de 2008.

No Mar da China Meridional, houve também embates diplomáticos entre a China e o Japão em redor da construção das ilhas artificiais naquelas águas e a ocupação militar das Ilhas Spratley e Paracel que são reclamadas tanto pela RPC como pelas Filipinas (Phillips, Guardian 2018).

Numa reunião com o presidente filipino Benigno Aquino, III, as duas nações chegaram a um acordo para “concluir um acordo de transferência de equipamento e tecnologia de defesa” e o primeiro-ministro nipónico afirmou que “ações unilaterais que mudem o status quo e elevem tensões, tais como reclamação de terra a larga-escala e construção de postos militares no Mar da China Meridional, são uma causa comum de preocupação para a comunidade internacional” (Kokubun 2018:197).

Perante as movimentações do governo japonês perto de figuras do estado filipino, o porta-voz do Ministério de Defesa Nacional chinês repetiu o argumento de que “o Japão não é uma parte envolvida na questão do Mar da China Meridional” e “urgindo o Japão para fazer mais pela paz e estabilidade no Mar da China Meridional e para melhorar as relações Japão-China” (Kokubun 2018:198). Apesar do escalar da hostilidade do diálogo, a China “manteve firmemente uma postura de esperar-para-ver até que as propostas de lei fossem aprovadas” (Kokubun 2018: 198), demonstrando apenas um “sentido de alerta” e agiu quando deu a parecer que as Forças de Auto-Defesa poderiam participar nas operações militares “Freedom of Navigation” levadas a cabo pela Marinha americana (*Ibidem*: 198). A 11 de novembro de 2017, Abe afirmou que “uma ordem marítima livre e aberta baseada no estado de direito é importante em todas as regiões” (MOFA, 2017) e Taro Kono, afirmou a 30 de agosto de 2020 que se colocava do lado dos EUA ao “opor-se a qualquer tentativa unilateral do status quo nas vias marítimas chave do Mar da China Meridionale no Mar da China Oriental” (Strait Times, 2020)

A execução do conceito Pacifismo Proativo revelou-se com a refundação da Quad, uma parceria quadrilateral envolvendo o Japão, os EUA, a Austrália e as Filipinas. A cooperação militar levada a cabo no Ásia-Pacífico sob a égide desta instituição representa um desafio para a China já que os jogos de guerra realizados durante os treinos trazem uma presença armada e os EUA para o enquadramento regional da China.

Poderemos afirmar que a Quad é um projeto de alternativa à Organização para a Cooperação de Shanghai no domínio militar e que ambas alistam nações regidas por valores políticos diferentes, havendo um maior foco da OCS na Ásia continental e um maior foco da Quad no Pacífico.

Um encontro entre o Secretário de Estado americano Mike Pompeo e os seus homólogos japoneses, indianos e australianos serviu para “incentivar o Diálogo de Segurança Quadrilateral” enquanto uma “plataforma em comum de proteção da liberdade de navegação e a promoção de valores democráticos”. A reunião terminou sem um comunicado conjunto dos quatro representantes, mas Pompeo afirmou que o “objetivo do grupo era ‘proteger os nossos povos e parceiros da

exploração, corrupção e coerção do Partido Comunista Chinês” (Congressional Research Service, 2020).

Em resposta ao encontro, a porta-voz do ministério dos negócios estrangeiros da RPC, Hua Chunying, afirmou que no século 21 em que se vive “numa era de globalização (...) os interesses de todos os países estão tão inextricavelmente interligados que organizar cliques fechadas e exclusivas não irão ajudar a aprofundar a confiança mútua e a cooperação” (FMPRC, 2020). A resposta expressou a censura das instâncias oficiais chinesas às movimentações para a formulação de uma plataforma de cariz militar envolvendo o Japão.

As discussões em redor da instituição da Quad enquanto uma solução de cooperação militar para os regimes alinhados com Washington no Indo-Pacífico surge como um claro elemento dissuasor à crescente presença militar no seu enquadramento regional. A agressividade chinesa nos mares e a sua inflexibilidade na defesa daquilo que entende ser o seu território nas Senkaku/Diaoyu e nas Ilhas Spratley e Paracel, alimentam a narrativa de uma China beligerante e de tendências hegemónicas que se enquadram perfeitamente no Síndrome do Reino do Meio que tem dado argumentos às vozes mais conservadoras e nacionalistas dos círculos políticos japoneses para elevar a capacidade de resposta militar do país.

Se em termos no alinhamento global que tanto a China e o Japão se enquadram, existe uma tendência de oposição, que Abe aumentou de intensidade ao ajudar no reavivar da Quad, ao nível bilateral podemos verificar tímidos progressos obtidos pela via diplomática.

Ao nível da cooperação, o “Mecanismo de Comunicação Marítima e Aérea entre as Autoridades de Defesa Japão-China” é o principal exemplo de cooperação na área da defesa entre os dois países. Tendo sido alvo de discussão já no executivo de Hu Jintao, foi finalmente acordado em maio de 2018 para ser “posto em prática” em junho desse ano (MND 2019:34).

Com o “aumento” do risco de um “incidente ou colisão não planeada” entre os dois países, o recomeço das negociações “forneceu uma oportunidade atempada para reavaliar o valor” do mecanismo e a sua “capacidade para prevenir colisões, reduzir o risco de escalada, e servir como mecanismo de construção de confiança” (*Idem*, p.1).

O apoio diplomático e material a países como as Filipinas, que também têm disputas territoriais com a China, é um exemplo de como o Japão de Abe projetou uma atitude proativa na sua diplomacia e política externa em direta contradição com os interesses chineses no Mar da China Meridional e a favor da forte capacidade de influência americana na região.

Um passo notável feito para a construção da cooperação na Defesa foi a participação de uma embarcação das Forças de Auto-Defesa Marítimas do Japão num “exercício de boa-vontade” a 16 de outubro de 2019 nas águas da região japonesa de Kanto entre o contratorpedeiro japonês Samidare e o contratorpedeiro anti-mísseis guiados chinês Taiyuan (Japan Times, 2019).

O navio chinês Taiyuan também faria parte da “revisão de frota internacional”, mas esse evento acabaria por ser “cancelado” devido ao tufão Hagibis (*Ibidem*). Anteriormente, o Chefe de Gabinete das Forças de Auto-Defesa Marítimas do Japão e uma embarcação desse ramo das forças armadas

nipónicas participou na celebração do 70º aniversário da Marinha chinesa a abril de 2019, evento que foi “saudado” na reunião de líderes entre Xi e Abe a 27 de Junho de 2019 (MOFA, 2020).

No capítulo da defesa e segurança, foram poucos os progressos registados, porque a situação não se encontrava tão deteriorada como no campo político e diplomático.

Se as mudanças na China se prenderam com o acelerar de um esforço de modernização que já vinha de trás e o reforço do comando do chefe de Estado sobre as forças armadas, O Japão de Abe levou a cabo transformações na arquitetura legal da segurança e defesa que deram um passo decisivo em direção a uma reconfiguração do propósito das forças armadas nipónicas, para lá do estabelecido no pós-Guerra.

No domínio da segurança e defesa, verifica-se de novo uma tendência bidimensional na relação entre os dois países. Na dimensão bilateral, existe um empenho concreto para prevenir o acontecimento de um incidente com potencial de conflito; e, no contexto regional, o Japão envida esforços para montar uma estrutura multilateral ao nível militar que sirva como fator de dissuasão para a China.

A China propõe uma “Ásia para os Asiáticos”, sem a presença americana. A RPC quer uma paz regional, mas em que o Sistema de São Francisco, pró-americano e ideologicamente próximo dos valores da democracia liberal, seja substituído por uma rede de parcerias multilaterais exclusivas dos países asiáticos.

O Japão ao afirmar-se como promotor do *status-quo* defende a capacidade do sistema de alianças multilaterais entre os EUA e vários países asiáticos para assegurar a paz regional sob uma estrutura institucional liberal. Com a refundação da Quad e o lançamento da FOIP, podemos verificar a elevação do conceito de paz democrática na política externa nipónica, num esforço claro de contenção da tentativa de construção de estruturas multilaterais eficientes sob a égide de Pequim.

Conclusão

Os últimos sete anos das relações sino-japonesas relatam-nos não apenas a história de como dois líderes lidaram com as atribulações e triunfos da diplomacia bilateral, mas como elevaram a relação a um novo patamar de importância através de uma reavaliação do momento histórico em que exerceram o seu poder.

As conclusões retiradas da análise feita aos dados que compuseram as relações bilaterais China-Japão durante os mandatos de Xi e Abe obrigam-nos a uma abordagem complexa e multifacetada. A realidade das interações sino-japonesas requer uma observação que diferencie as várias nuances registadas ao longo do período de tempo estudado e que tendências elas podem estabelecer para o futuro próximo.

Na dimensão bilateral, podemos concluir que houve claros avanços nas relações entre os dois países. O afastamento a que os dois estados se haviam consignado após a nacionalização das Senkaku/Diaoyu em 2012, foi sendo superado com uma diplomacia persistente e discreta até 2014, momento em que as lideranças decidiram realizar a primeira reunião de líderes na cimeira da APEC em novembro de 2014. Desde esse evento, verifica-se um aumento considerável dos encontros oficiais entre quadros de alto nível (chefes de governo, primeiros-ministros, ministros dos negócios estrangeiros), havendo apenas uma pausa desde 2020 devido ao contexto pandémico do COVID 19. O único ponto negativo na harmonização das trocas diplomáticas é a manifestação de preocupação de Tóquio pela intervenção policial em Hong Kong durante os protestos contra a Lei da Extradicação e o expressar da preocupação pela alegada violação dos direitos humanos em Xinjiang, sinais de um Japão que está disposto a apontar aquilo que considera ser as falhas do regime de Pequim, particularmente no que respeita aos direitos humanos e à democracia.

Ao nível económico, o vetor mais positivo nas relações bilaterais, notou-se a estabilização dos indicadores principais e a tomada de passos concretos na melhoria de outros aspetos. As trocas comerciais continuaram a cifrar-se para lá dos 300 mil milhões de dólares, o turismo, particularmente da China para o Japão, conheceu um crescimento notável, o FDI japonês na RPC estabilizou e o FDI chinês no Japão cresceu exponencialmente, foram assinados acordos no âmbito da segurança social de trabalhadores expatriados nos respetivos países, e no domínio financeiro também se verificam melhorias com a concessão ao Japão de Renminbi Qualified Foreign Investor, a listagem mútua de fundos concedidos em bolsa e a designação de um banco japonês com um banco de compensação Renminbi. No campo das trocas comerciais, regista-se a remoção da proibição de importação de carne bovina japonesa em 2019, contudo, continua a haver uma proibição de importação em mais produtos alimentares que a administração Abe tentou que fossem removidas, mas sem obter sucesso. O reestabelecimento dos Diálogos Económicos de Alto-Nível, inexistentes desde 2008, servem também de prova de uma efetiva aposta de ambos os países na diplomacia e no diálogo para elevar qualitativamente as trocas económicas entre os dois países.

Ao nível da segurança e defesa, verificaram-se avanços tímidos no domínio da cooperação bilateral, mas com um asseverar das contradições. Houve pontos positivos como a criação do

Mecanismo de Comunicação Marítima e Aérea entre as Autoridades de Defesa Japão-China, estabelecido com o propósito de evitar possíveis embates entre embarcações nas águas territoriais e contíguas das Senkaku. A participação de embarcações da frota naval nipônica num exercício militar da marinha chinesa conta também como um notável símbolo do estabelecimento de interações pacíficas entre as forças armadas de ambos os países.

Quanto ao tópico mais sensível no domínio da segurança e defesa entre os dois países, a questão da soberania das Senkaku/Diaoyu continuassem estar resolvida, Tóquio não fez qualquer cedência após a nacionalização e Pequim recusa reconhecer as ilhas como território japonês. Para além deste impasse, verifica-se a contínua intrusão de embarcações chinesas nas águas territoriais e contíguas das ilhas, maioritariamente de natureza civil, mas também registando-se algumas embarcações militares. Se não houve uma resolução da disputa da soberania territorial das Senkaku/Diaoyu, pode-se, ao menos, afirmar que nenhum dos executivos governamentais permitiram que o diferendo entre os estados resvalasse para uma crise de dimensão maior e que colocasse em causa a totalidade das relações bilaterais.

Na dimensão regional asiática, também concluímos haver melhorias efetivas e avanços concretos na cooperação entre a RPC e o Japão. Contudo, a este nível, as divergências entre Tóquio e Pequim tornam-se mais relevantes, consequência do seu posicionamento na ordem regional.

A identificação da China e do Japão como países e economias importantes no contexto asiático nas reuniões de líderes foi sendo assumida e repetida, e podemos encontrar casos concretos de cooperação nas negociações e assinatura do RCEP em 2020, nas negociações do Tratado Japão-China-República da Coreia, ou, na coordenação entre Pequim e Tóquio para lidar com a desnuclearização da Coreia do Norte e resgatar os cativos japoneses naquele país.

Nas reuniões de líderes, verificou-se uma contínua manifestação do interesse de Pequim para que Tóquio participasse na ICR e no AIIB. Um dos pontos mais positivos na cooperação regional sino-japonesa é a discussão para a eventual participação do Japão na Iniciativa Cinturão e Rota, registando-se a progressiva aceitação de Pequim para adotar o critério de “alta qualidade” para os seus projetos, denotando haver uma objetiva vontade de ambas as partes para obter resultados concretos através do diálogo. Porém, o Japão recusou a entrada na estrutura de acionistas do AIIB.

Ao mesmo tempo, Abe lançou as suas alternativas aos projetos de natureza continental da RPC, tais como a FOIP e o Acordo de Parceria UE-Japão. A FOIP pode ser facilmente equiparável a um paralelo da ICR, mas próxima dos países da rede de alianças sob a égide de Washington, comprometidas com a ordem liberal internacional, tal como a Austrália, ou com fortes motivos para conter a China, como a Índia.

As relações económicas sino-japonesas forçam ambos os países a manter e fomentar uma tendência positiva e cordial com um foco constante no aprofundamento da cooperação, mas a renitência nipônica na participação nas iniciativas chinesas ou a exclusão desta da FOIP revela-nos que o Japão não está interessado em que a China utilize o campo económico para o incluir na sua esfera de influência ou até para expandi-la no contexto regional.

Num contexto regional próximo, realça-se o apoio do Japão às Filipinas. Em 2015, num momento em que as reclamações territoriais chinesas no Mar do Sul da China colocavam Pequim e Manila

num despique diplomático, o Japão manifestou o seu apoio aos protestos filipinos e, durante o mandato de Abe, registou-se o treino da guarda costeira filipina por efetivos das Forças de Autodefesa Navais do Japão, um gesto ousado na oposição aos interesses chineses.

Na dimensão regional do Ásia-Pacífico, verificam-se o surgimento dos indicadores mais negativos nas dinâmicas presentes e futuras das interações sino-japonesas.

A FOIP, já mencionada, não apenas cria uma rede de países asiáticos aptos a fazer parte de um projeto paralelo e concorrente à ICR, como abre a porta à entrada dos EUA num espaço económico em que Pequim investe forte para reforçar a sua capacidade de influência. Para além do FOIP, o papel de Tóquio no reavivar da Quad, como plataforma de cooperação militar entre o Japão, os EUA, a Austrália e a Índia, é o mais transparente desafio a Pequim no campo da segurança e defesa, e, é revelador da renovada ousadia do Japão nos esforços globais dos rivais geopolíticos da RPC para a conter e, assim, manter o *status-quo* regional. Esta opção do Japão em promover e envolver-se em projetos e iniciativas de dimensão continental ou transcontinental com a presença dos EUA, revelam uma conduta reativa de Tóquio de fazer uso do poderio económico, político e militar do seu principal aliado como forte elemento de dissuasão da ação externa chinesa no contexto asiático.

Os investimentos militares de ambos os países são também reveladores da postura que querem projetar para o seu contexto regional. Pequim diminuiu o número de efetivos do exército e deslocou o seu foco para a marinha, registando-se um aumento da sua frota naval, em quantidade e em capacidades de ação em alto mar, com a aquisição de contra-torpedeiros, cruzeiros, corvetas e porta-aviões, denotando uma clara vontade de ser capaz de projetar o seu poder para lá das suas fronteiras terrestres. Já o Japão, ao investir no seu sistema de mísseis e na realocação de tropas para Okinawa, perto das Senkaku/Diaoyu, e na melhoria da sua frota naval, mostra querer preparar-se para poder responder a qualquer situação confrontacional originária nos Mares da China.

Em conclusão, as relações bilaterais China-Japão obtiveram claras melhorias ao nível diplomático, após a inexistência de diálogo, consequência da nacionalização das Senkaku/Diaoyu em 2012, criaram uma dinâmica estável nas trocas comerciais, cimentando o mais forte elemento das interações sino-japonesas, e, não permitiram que a disputa territorial das ilhas escalasse ao ponto de colocar os dois países num ponto sem retorno de afastamento e corte de diálogo.

Porém, as movimentações de ambos os países no palco regional asiático e do Ásia-Pacífico, são motivo de preocupação para os respetivos governos e podem indicar uma futura tendência de irreversível divergência, caso as lógicas do desenho geopolítico daquela região se imponham à lógica mais imediata e particularizante das relações bilaterais.

O maior potencial de perigo para as relações sino-japonesas prende-se com qualquer aventureirismo que possa interferir no normal decorrer da sua diplomacia, trocas comerciais e intercâmbios de diferentes sortes, seja da parte das lideranças nacionais, seja da parte de atos de natureza conflituosa de países com o qual existe um forte potencial de antagonização, nomeadamente, a Coreia do Norte para com o Japão, ou Taiwan, os EUA e a Índia para com a China.

A ascensão da China enquanto potência de cariz continental e global e a resposta do Japão a esta conjuntura é uma realidade que se prende por dois dilemas. A antagonização dos seus vizinhos geográficos fará a China reconsiderar a sua estratégia de política externa ou, pelo contrário, Pequim irá colocar a hegemonia como uma condição *sine qua non* para garantir a sua própria segurança e posição no globo? O medo de uma hegemonia sinocêntrica no contexto regional fará o Japão assumir uma postura cada vez mais agressiva e antagonizante da China ou a importância das trocas comerciais e o medo da destruição que um conflito poderia provocar aconselhará as lideranças nipónicas a manterem a cautela que até agora mostraram? Acreditamos que, entre Pequim e Tóquio, as dinâmicas próprias da relação bilateral se sobreponham a grandes movimentações geopolíticas que a levem à antagonização total ou ao corte de relações.

Da parte do Japão, também será difícil acreditar que os governos enveredem em extremismos de qualquer formato, devendo surgir uma postura ambígua como a que se tem verificado desde 1972, adotando uma postura dura para com a China quando esta infringe os seus interesses de forma direta ou indireta, mas nunca fechando as portas, de forma permanente, à diplomacia, mesmo em momentos de maior dificuldade.

Referências

- Akimoto, D. (2018), *The Abe Doctrine – Japan's Proactive Pacifism and Security Strategy*. Singapore: Palgrave MacMillan.
- Austin, G. & Harris, S. (2001). *Japan and Greater China. Political Economy and Military Power in the Asian Century*. Londres, Inglaterra: Hurst & Company.
- Baylis, J. & Smith, S. (2001). *The Globalization of World Politics – An Introduction to International Relations (Second Edition)*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.
- Bátorá, J. & Hocking, B. (2008). *Discussion Papers on Diplomacy: Bilateral Diplomacy in the European Union: Towards 'post-modern' patterns*. Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'.
- Berthelémy, J. C. (2004). Bilateralism and Multilateralism in Official Development Assistance Policies. "Gains and Pains of Multilateralism" Conference, Johns Hopkins University, School of Advanced International Studies, Washington DC, EUA.
- Bojang, AS (2018). The Study of Foreign Policy in International Relations. *J Pol Sci Pub Aff* 6: 337. doi:10.4172/2332-0761.1000337
- Bougon, F. (2018). *Inside the Mind of Xi Jinping*. Londres, Inglaterra: Hurst and Company.
- Burchill, S.; Linklater, A.; Devetak, R.; Donnelly, J.; Paterson, M.; Reus-Smit, C. & True, J. (2005). *Theories of International Relations (Third Edition)*. Houndmills, Inglaterra: Palgrave Macmillan.
- Burns, K. G. (2015). China and Japan: Economic Partnership to Political Ends. *Economic Confidence-Building and Regional Security*, edited by Michael Krepon and Chris Gagné (Eds). Washington, D.C., EUA: The Henry L. Stimson Center, 2000, 27-58.
- Boyd, M. D. (2019). "Towards a Beautiful Country": The Nationalist Project to Transform Japan. *Political Science Undergraduate Review*, 4(1), 81-92. <https://doi.org/10.29173/psur83>
- Buzan, B. (2014). The logic and contradictions of 'peaceful rise/development' as China's grand strategy. *The Chinese Journal of International Politics*, 7 (4). 381-420. ISSN 1750-8916
- Cheng, L. (2016). *Chinese Politics in the Xi Jinping Era – Reassessing Collective Leadership*. Washington D.C., EUA: Brookings Institution Press.
- Deslile, J. & Goldstein, A. (2019). *To Get Rich Is Glorious: Challenges Facing China's Economic Reform and Opening at Forty*. Washington, EUA: Brookings Institution Press.
- Doak, K. (2013). Shinzo Abe's Civic Nationalism. *Japan Chair Platform*, Center for Strategic & International Studies.
- Drifte, R. (2014). The Japan-China Confrontation Over the Senkaku/Diaoyu Islands – Between "shelving" and "dispute escalation" 尖閣・釣魚諸島をめぐる日中対立 棚上げと激化のあいだと. *Japan Focus, The Asia-Pacific Journal*, Volume 12, Issue 30, Number 3, Article ID 4154, 1-56.

- Dumbaugh, K.; Cooper, W. H.; Chanlett-Avery, E. (2008). Sino-japanese relations: Issues for the US. *CRS Report for Congress Prepared for Members and Committees of Congress*. Washington D.C., EUA: Congressional Research Archive.
- Emmot, B. (2009). *Rivals. How the Power Struggle Between China, India and Japan Will Shape Our Next Decade*. Londres, Inglaterra: Penguin Books.
- Fingar, T. (2017). China's Engagement with Japan, the Koreans, and Russia in the Era of Reform. In Fingar, T. (Eds.). *Uneasy Partnerships. China's Engagement with Japan, the Koreans, and Russia in the Era of Reform* (pp 1-27). Stanford, CA, EUA: Stanford University Press.
- Cui, L. (2017). Sources and Shapers of China's Global Engagement Uneasy Partnerships. In Fingar, T. (Eds.). *Uneasy Partnerships. China's Engagement with Japan, the Koreans, and Russia in the Era of Reform* (pp 28-50). Stanford, CA, EUA: Stanford University Press.
- Zhao, S. (2017). China's Global Engagement: A Chinese Perspective. In Fingar, T. (Eds.). *Uneasy Partnerships. China's Engagement with Japan, the Koreans, and Russia in the Era of Reform* (pp 51-69). Stanford, CA, EUA: Stanford University Press.
- Cui, L. (2017). Beijing's Japan Dilemma: Balancing Nationalism: Legitimacy and Economic Opportunity. In Fingar, T. (Eds.), *Uneasy Partnerships. China's Engagement with Japan, the Koreans, and Russia in the Era of Reform* (pp 70-69). Stanford, CA, EUA: Stanford University Press.
- Takagi, S. (2017). *Japan and the Rise of China: From Affinity to Alienation*. In Fingar, T. (Eds.), *Uneasy Partnerships. China's Engagement with Japan, the Koreans, and Russia in the Era of Reform* (pp 97-126). Stanford, CA, EUA: Stanford University Press.
- Fingar, T. (2017). *China's Engagement with Northeast Asia: Patterns, Trends and Themes*. In Fingar, T. (Eds.). *Uneasy Partnerships. China's Engagement with Japan, the Koreans, and Russia in the Era of Reform* (pp 218-234). Stanford, CA, EUA: Stanford University Press.
- Golden, S. (2013). China's fifth generation of leaders: an Iron Fist in a Velvet Glove. *Notes Internacionales*, 66. CIDOB.
- Griffiths, M. & O'Callaghan, T. (2002). *International Relations: Key Concepts*. Londres, Inglaterra: Routledge.
- Hafeez, S. Y. (2015). The Senkaku/Diaoyu Islands Crises of 2004, 2010 and 2012: A Study of Japanese-Chinese Crisis Management. *Asia-Pacific Review*, 22 (1), <https://doi.org/10.800/13439006.2015.1038885>.
- Hanada, R. (2019). The Role of U.S.-Japan-Australia-India Cooperation, or the "Quad" in FOIP: A Policy Coordination Mechanism for a Rules-Based Order. In *Strategic Japan*, Japan Chair, Center for Strategic & International Studies.
- Harris, T. S. (2020). *The Iconoclast – Shinzo Abe and the New Japan*. Londres, Inglaterra: Hurst and Company.
- Hemmings, J. (2013). Shinzo Abe: Foreign Policy 2.0. *Harvard Asia Quarterly* 15.1. 8-14.
- Heywood, A. (2011), *Global Politics*. Londres, Inglaterra: Palgrave Macmillan.

- Kamiya, M. (2014). A Nation of Proactive Pacifism. National Strategy for Twenty-first-century Japan. *Diplomacy* n. 18.
- <https://www.japanpolicyforum.jp/diplomacy/pt20140120123844.html>
- Kautz, C. (2020). Power Struggle or Strengthening the Party: Perspectives on Xi Jinping's Anticorruption Campaign. *Journal of Chinese Political Science*, 25, 501-511.
<https://doi.org/10.1007/s11366-020-09665-9>
- Kokubun, R, et al. (2017). *Japan-China Relations in the Modern Era*. Londres, Nova Iorque, EUA: Routledge.
- Kokubun, R. (2013). From the "1972 System" to "Strategic Mutual Benefits"—Japan's Foreign Policy toward China, ed., Nihon no Gaiko Dai 4 Kan. *Japan's diplomacy* vol. 4, 111-142.
- Kopsteva, N. P. (2015). "The Chinese Dream" Through the Mirror of Modern Social Research, in *Journal of Siberian Federal University. Humanities & Social Sciences* 2, 374-393.
- Kronstadt, K. Alan & Vaughn, B. (2020). The "Quad": Security Cooperation Among the United States, Japan, India, and Australia. *crsreports.congress.gov* (Chanlett-Avery, Emma Coordinator). *Congressional Research Service* - <https://fas.org/sgp/crs/row/IF11678.pdf>
- Kumar, R. (2011). *Research Methodology – a step-by-step guide for beginners – 3rd edition*. Nova Deli, Índia: Sage.
- Medeiros, E. S. (2009). China's Foreign Policy Objectives. In *China's International Behavior: Activism, Opportunism, and Diversification*, 45-60. RAND Corporation.
<http://www.jstor.org/stable/10.7249/mg850af.12>
- Miller, A. (2010). Who Does Xi Jinping Know and How Does He Know Them?. *China Leadership Monitor*, No. 32.
- Neary, I. (2019). *The State and Politics in Japan*. Cambridge, Inglaterra: Polity Press.
- Pedrozo, R. (2014). *A CNA Occasional Paper China versus Vietnam: An Analysis of the Competing Claims in the South China Sea*. CAN Analysis and Solutions.
- Peng, T. (2005). *Assessing the People's Diplomacy and its impacts on the US-Japan Security Alliance*. *Historia Actual Online*, Vol.7. Asociación de Historia Cultural. 67-81.
- Koichi, S. (2019). The Senkaku Islands Dispute: Four Reasons of the Chinese Offensive - A Japanese View. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 8(1), 50-82.
<https://doi.org/10.1080/24761028.2019.1626567>
- Governo do Japão (2017). *Abenomics – For a future growth, for future generations, and for a future Japan that is robust*.
- https://www.japan.go.jp/abenomics/_userdata/abenomics/pdf/1803_abenomics.pdf
- Takahashi, T. (2010). Japanese Neo-Conservatism: Coping with China and North Korea». *Security Challenges*, Nº3, Vol.6, 21-40.
- Takeuchi, H. (2014), Sino-Japanese relations: power, independence and domestic politics. *International Relations of the Asia-Pacific*, Volume 14, 7-32.
- Silva, J. T. d. (2021). *Xi Jinping – A ascensão do novo timoneiro da China: o homem, a política e o mundo*. Faro, Portugal: Sílabas & Desafios.

- Solís, M. (2020). China, Japan, and the art of economic statecraft. *Global China – Assessing China’s Growing Role in the World*. The Brookings Institution - <https://www.brookings.edu/research/china-japan-and-the-art-of-economic-statecraft/> - [acedido às 16:00 de 18/08/2019](#)
- Sumi, Y.; Oode, Y.; Tanaka, H. (2008). Chinese dumpling scare hits Japan--a case of methamidophos food poisoning. *J Toxicol Sci*, 33(4):485-6. doi: 10.2131/jts.33.485.
- Teo, V. (2019). *Recalibrating Japan’s Foreign Policy*. In: *Japan’s Arduous Rejuvenation as a Global Power*. Singapura: Palgrave Macmillan.
- The Genron NPO (2015). The 11th Joint Public Opinion Poll Japan-China Public Opinion Survey 2015. - https://www.genron-npo.net/pdf/2015forum_en.pdf - [acedido às 11:30 de 08/07/2019](#)
- The Genron NPO (2019). The 15th Joint Public Opinion Poll Japan-China Public Opinion Survey 2019. - <https://www.genron-npo.net/en/archives/191024.pdf> - [acedido às 11:30 de 08/07/2019](#)
- Tow, William C. & Taylor, B. (2013). Bilateralism, Multilateralism and Asia-Pacific Security - Contending Cooperation. *Routledge Security in Asia-Pacific Series*. Abingdon, Inglaterra: Routledge.
- Wang, H. (2010). *The Chinese Dream*. Brande, Dinamarca: Bestseller Press.
- Wang, X. (2012). *On China’s Traditional Culture and Peaceful Development Strategy*. Singapura: Institute for Security and Development Policy.
- Wuthnow, J. & Saunders, P. C. (2017). *Chinese Military Reforms in the Age of Xi Jinping: Drivers, Challenges, and Implications*. Washington D.C., EUA: National Defense University Press.
- Xi, J. (2018). *A Governança da China II*. Pequim, RPC: Editora das Línguas Estrangeiras Cia. Ltda.
- Yasmin, P. N. A., & Institute of Strategic and International Studies. (2015). China’s “Peaceful Development.” In *ISIS Focus: May 2015*, 6-9. Institute of Strategic and International Studies - <http://www.jstor.org/stable/resrep13552.2>
- Yoshikawa, Y. (2007). The US-Japan-China Mistrust Spiral and Okinotorishima. In *The Asia Pacific Journal*, Japan Focus, Volume 5, Issue 10.
- Yi, X.. (2005). Chinese foreign policy in transition: understanding China’s “Peaceful Development.” *The Journal of East Asian Affairs*, 19(1), 74-112. <http://www.jstor.org/stable/23257886>
- Zhao, Y.; Liu, B. (2020). The evolution and new trends of China's tourism industry[J]. *National Accounting Review*, 2(4): 337-353. doi: [10.3934/NAR.2020020](https://doi.org/10.3934/NAR.2020020)
- Zhou, X. & Hou, L.. (1999). Children of the Cultural Revolution: The State and the Life Course in the People's Republic of China. *American Sociological Review*, 64, 12. 10.2307/2657275.

Outras Referências

- Asia Maritime Transparency Initiative (2021). China Island Tracker - <https://amti.csis.org/island-tracker/china/> - acedido às 15:10 de 23/10/2021
- Asia Maritime Transparency Initiative (2016, 10 de Maio). Taipei's risky agreement with Beijing on Okinotorishima - <https://amti.csis.org/taipeis-risky-agreement-beijing-okinotorishima/> - acedido às 12:15 de 14/03/2021.
- Asian Japan Alumni International (2016). Fukuda Doctrine - <https://asja.gr.jp/en/asja/fukuda.html> - acedido às 16:35 de 07/10/2020.
- BBC (2008). China and Japan Rival Giants - <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7387901.stm> - acedido às 22:15 20/02/20.
- BBC (2014). China-Japan poisoned dumplings: Chinese man jailed - <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-25805306> - acedido às 15:40 de 15/06/2021.
- BBC (2014). How Uninhabited islands soured China-Japan ties - <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11341139> - acedido às 22:25 20/02/20.
- BBC (2020). Shinzo Abe: Japan's PM resigns for health reasons - <https://www.bbc.com/news/world-asia-53943758> - 16:00 de 15/06/2021.
- Bosack, M. M. (2019), Understanding Japan's southwest islands buildup. Japan Times.- <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2019/04/22/commentary/japan-commentary/understanding-japans-southwest-islands-buildup/> - acedido às 15:00 de 14/03/2021.
- Cha, V. (2016). The Unfinished Legacy of Obama's Pivot to Asia. Foreign Policy - <https://foreignpolicy.com/2016/09/06/the-unfinished-legacy-of-obamas-pivot-to-asia/> - acedido às 16:00 de 23/10/2021.
- Cheng, L. (2018). Xi Jinping 2018 习近平. Brookings - https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/03/china_20180318_xi_jinping_profile.pdf - acedido às 11:10 de 21/09/2021.
- China Daily (2012). China voices protest to Japan over Diaoyu Islands - http://usa.chinadaily.com.cn/china/2012-09/11/content_15751091.htm - acedido às 17h de 24/07/2020.
- ChinaFile (2013). Communiqué on the Current State of the Ideological Sphere - <https://www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation#start> - acedido às 16:40 de 09/03/2021.
- China Power (2018). How is China Modernizing its Navy?. - <https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/#easy-footnote-bottom-1-4084> - acedido às 15:00 de 13/09/2020.
- China Power Team (2017). "What Do We Know (so far) about China's Second Aircraft Carrier?" *China Power*. April 22, 2017. Updated June 15, 2021 - <https://chinapower.csis.org/china-aircraft-carrier-type-001a/> - acedido às 16:30 de 25/09/2019.

- Chinese Dream (2020). The Words of President Xi Jinping - <https://chinesedream.wixsite.com/chinesedream/words-of-xi-jinping> - acedido às 22:30 de 29/11/2020.
- Chubb, A. (2019). Xi Jinping and China's maritime policy. Brookings - <https://www.brookings.edu/articles/xi-jinping-and-chinas-maritime-policy/> - acedido às 16:00 de 16/09/2020.
- Customs (2019). Ministry of Finances (2019). Trade Statistics in customs.go.jp - https://www.customs.go.jp/toukei/shinbun/trade-st_e/2018/2018_117e.pdf - acedido às 22:10 20/02/20.
- Economy, E. C. (2018). *The Xi Vision*, in *Excerpt: The Third Revolution*. Council on Foreign Relations - <https://www.cfr.org/excerpt-third-revolution> - acedido às 15:30 de 23/09/2021.
- *Encyclopedia Britannica*. Buddhism - <https://www.britannica.com/topic/Buddhism> - acedido às 16:25 de 15/06/2021.
- *Encyclopedia Britannica*. Confucianism - <https://www.britannica.com/topic/Confucianism> - acedido às 16:15 de 15/06/2021.
- *Encyclopedia Britannica*. Daoism - <https://www.britannica.com/topic/Daoism> - acedido às 16:00 de 15/06/2021.
- *Encyclopedia Britannica*. Dōkyō - <https://www.britannica.com/topic/Dokyo-Japanese-religion> - acedido às 16:35 de 15/06/2021.
- *Encyclopedia Britannica*. Seventeen Article Constitution - <https://www.britannica.com/event/Seventeen-Article-Constitution> - acedido às 16:45 de 15/06/2021.
- Foreign Affairs Ministry of China (2008). Chinese President Hu Jintao begins 'warm spring' trip to Japan - <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cebn/eng/sqxws/t450078.htm> - acedido às 11:55 de 16/08/2020.
- Foreign Affairs Ministry of China (2015). Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei's Remarks on Japanese Diet's Approval of New Security Legislation - https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/t1298235.shtml - acedido às 16:25 de 04/10/2020.
- Foreign Affairs Ministry of China (2020). Foreign Ministry Spokesperson Hua Chunying's Regular Press Conference on October 9, 2020 https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/t1822871.shtml - acedido às 20:30 de 24/06/2021.
- Foreign Affairs Ministry of China (2020). Foreign Ministry Spokesperson Zhao Lijian's Remarks on the Resignation of Japanese Prime Minister Shinzo Abe - <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cgtr/eng/fyrthz/fyrth/t1810552.htm> - acedido às 12:50 de 31/11/2020.
- Foreign Affairs Ministry of China (2012). Full Text: Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China *in* [fmprc.gov.cn](http://www.fmprc.gov.cn) -

- https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/diaodao_665718/t973774.shtml -
 acedido às 11:30 de 18/06/2021.
- Foreign Affairs Ministry of China (2020). Joint leader's statement on the regional comprehensive economic partnership (RCEP) - (https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t1832612.shtml - acedido às 22:00 de 04/01/2021.
 - Foreign Affairs Ministry of China (2015). Li Keqiang Meets with Prime Minister Shinzō Abe of Japan at Request - https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1311384.shtml - acedido às 22:15 de 17/06/2021.
 - Foreign Affairs Ministry of China (2019). Wang Yi Talks about Indo-Pacific Concept - https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1685652.shtml - acedido às 20:35 de 07/10/2020.
 - Foreign Affairs Ministry of China (2020). Xi Jinping Has a Phone Call with Japanese Prime Minister Yoshihide Suga - https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1819295.shtml - acedido às 16:00 de 30/11/2020.
 - Foreign Affairs Ministry of China (2014). Xi Jinping Meets Japanese Prime Minister Shinzo Abe - https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/ytjhzdrscldrfzshyxghd/t1209092.shtml - acedido às 22:30 de 17/06/2021.
 - Foreign Affairs Ministry of China (2016). Xi Jinping Meets with Prime Minister Shinzo Abe of Japan *in* [fmprc.gov.cn - https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/XJPCXBZCESGJTLDRDSYCFHJCXY_GHD/t1395339.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/XJPCXBZCESGJTLDRDSYCFHJCXY_GHD/t1395339.shtml) - acedido às 11:00 de 18/06/2021.
 - Foreign Affairs Ministry of China (2019). Xi Jinping Meets with Prime Minister Shinzo Abe of Japan - https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1727654.shtml - acedido às 23:00 de 17/06/2021.
 - Forumvostok (2016-2021) - About the Forum - <https://forumvostok.ru/en/about-the-forum/> - acedido às 22:00 de 16/06/2021.
 - Global Fire Power (2020). 2020 Military Strength Ranking - <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp> - acedido às 22:05 de 20/02/20.
 - Global Fire Power (2021). 2021 China Military Strength - https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=china - acedido às 22:00 de 23/06/2021.
 - Global Fire Power (2021). 2021 Japan Military Strength - https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=japan - acedido às 22:30 de 23/06/2021.
 - Gordon, L. (2015). Japanese leader Shinzo Abe visits USC, where he was a student. *LA Times* - <https://www.latimes.com/local/education/la-me-ln-usc-japan-20150502-story.html> - acedido às 11:45 de 21/09/2021.

- Governo da China (2019). China's National Defense in the New Era. *The State Council Information Office of the People's Republic of China* (2019) - http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html - Acedido às 14:00 15/02/20.
- Governo da China (2011). China's Peaceful Development - http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.htm - acedido às 15:30 09/02/20
- Governo da China (2019). *Constitution of the People's Republic of China* - https://english.www.gov.cn/archive/lawsregulations/201911/20/content_WS5ed8856ec6d0b3f0e9499913.html - acedido às 15:00 de 11/05/2020.
- Governo do Japão (1946). *Constitution of Japan* - https://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html
- G20 - About the G20 - <https://www.g20.org/about-the-g20.html> - acedido às 16:10 de 18/06/2021.
- Governo do Japão. Profile of the Prime-Minister - https://japan.kantei.go.jp/96_abe/meibo/daijin/abe_e.html - acedido às 16:00 de 22/09/2021.
- Governo dos EUA (2018). Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2018 – *ANNUAL REPORT TO CONGRESS*, p.28. Media Defense. <https://media.defense.gov/2018/Aug/16/2001955282/-1/-1/1/2018-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT.PDF> - acedido às 15:30 de 13/09/2020.
- Heginbotham, E. (2017). The U.S.-China Military Scorecard: Forces, Geography, and the Evolving Balance of Power, 1996-2017, p.30. Rand. - https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR392/RAND_RR392.pdf - acedido às 16:35 de 13/09/2020.
- International Monetary Fund. GDP, current prices. - <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD> - acedido às 22:00 20/02/20.
- Japan External Trade Organization. Japanese Trade and Investment Statistics - <https://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics.html> - acedido às 14:30 de 10/10/20.
- Japan International Cooperation Agency (2015). Speech: Japan's Proactive Contribution to Peace: What it Means in Development – Shinzo Abe - https://www.jica.go.jp/english/about/president/speech/150727_01.html - acedido às 22:30 11/02/20.
- Japan Pitt (2001, Maio). Yoshida Doctrine - <https://www.japanpitt.pitt.edu/glossary/yoshida-doctrine> - acedido às 16:35 de 07/10/2020.
- Johnson, J. (2019). Japan's MSDF and Chinese Navy hold first joint military drills in eight years, *in* Japan Times - <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/10/24/national/japans-msdf-chinese-navy-joint-drills/> - acedido às 16:40 de 24/09/2020.

- Johnson, C. K.; Kennedy, S. (2016). Now China's "Core" Leader, Xi Jinping Looks to Dominate Leadership Shuffle. Center for Strategic and International Studies - <https://www.csis.org/analysis/now-chinas-core-leader-xi-jinping-looks-dominate-leadership-shuffle> - acedido às 16:00 de 14/09/2020.
- Kevasan, K.V. (2019), India's 'Act East' policy and regional cooperation. *Orflin* - <https://www.orfonline.org/expert-speak/indias-act-east-policy-and-regional-cooperation-61375/> - acedido às 16:40 de 29/09/2021.
- Lakshmi (2015). China Justifies Reclamation of Islands in South China Sea. *The Marine Link* - <https://www.marinelink.com/news/reclamation-justifies389131> - acedido às 22:20 20/02/20.
- Lee, J. (2014) Expressing the Chinese Dream. *The Diplomat* - <https://thediplomat.com/2014/03/expressing-the-chinese-dream/>, 28 de março, - acedido às 17:00 de 24/09/2021.
- Li, P. (1992). Main Characteristics of China's Foreign Policy. ChinaEmbassy - <http://www.china-embassy.org/eng/zmgx/zgwjzc/t35077.htm> - acedido às 19:30 de 24/06/2021.
- Mehta, S. (2019). The Free and Open Indo-Pacific strategy: a way forward *in* policyforum.net. *Policy Forum* - <https://www.policyforum.net/the-free-and-open-indo-pacific-strategy-a-way-forward/> - acedido às 20:00 de 07/10/2020.
- McCurry, J. (2011). China overtakes Japan as world's second-largest economy. *The Guardian* - <https://www.theguardian.com/business/20114/china-second-largest-economy> - acedido às 22:30 de 03/03/2021.
- Ministry of Economy, Trade and Industry (2019). Outline of Survey of Trends in Business Activities of Foreign Affiliates - <https://www.meti.go.jp/english/statistics/tyo/gaisikei/pdf/2019Outline.pdf> - acedido às 18:30 de 24/09/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2016). Arbitration between the Republic of the Philippines and the People's Republic of China regarding the South China Sea - https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_001204.html - Acedido às 21:15 - 16/02/20.
- Ministry of Foreign Affairs (2020). Demarche by Vice-Minister for Foreign Affairs AKIBA Takeo to Chinese Ambassador to Japan Kong Xuanyou - https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_002825.html - acedido às 13:05 de 05/10/2020
- Ministry of Foreign Affairs (2019). Fifth Japan-China High-Level Economic Dialogue - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m2/ch/page4e_001005.html - acedido às 15:30 de 24/02/2021.
- Ministry of Foreign Affairs (2018). Fourth Japan-China High-Level Economic Dialogue - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m2/ch/page23e_000521.html - acedido às 12:20 de 10/10/2020.

- Ministry of Foreign Affairs (2021). Japan-China Foreign Ministers' Telephone Talk - https://www.mofa.go.jp/press/release/press1e_000182.html - acedido às 22:00 de 23/10/2021.
- Ministry of Foreign Affairs (2006). Japan-China Joint Press Statement - <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0610.html> - acedido às 18:00 de 06/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2016). Japan-India Joint Statement - <https://www.mofa.go.jp/files/000202950.pdf> - acedido às 16:30 de 29/09/2021.
- Ministry of Foreign Affairs (2019) Japan's Security Policy - <https://www.mofa.go.jp/policy/security/index.html> - acedido às 15:00 de 09/09/19.
- Ministry of Foreign Affairs (2016). Japan's Security Policy – National Security Strategy - https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000078.html - Acedido às 21:00 de 29/11/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2016) Japan's Security Policy – Basic Policies - https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000079.html - acedido às 16:15 16/02/20.
- Ministry of Foreign Affairs (2016). Japan's Security Policy - National Security Strategy - https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000081.html - Acedido às 18:20 17/02/20.
- Ministry of Foreign Affairs (2014). Japan-China Summit Meeting - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000151.html - acedido às 12:00 de 01/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2015). Japan-China Summit Meeting and Foreign Ministers Meeting - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000404.html - acedido às 15:25 de 02/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2016). Japan-China Summit Meeting - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000558.html - acedido às 22h15 de 01/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2017). Japan-China Summit Meeting - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000711.html - acedido às 16:45 de 22/09/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2018). Japan-China Summit Meeting - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000970.html - acedido às 12:15 de 01/09/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2019). Japan-China Summit Meeting and Dinner - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_001046.html - acedido às 22h35 de 01/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2019). Japan-China Summit Meeting and Dinner - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_001144.html - acedido às 16h00 de 02/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2020). Japan-China Summit Meeting and Dinner - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_001046.html - acedido às 16:30 de 24/09/2020.

- Ministry of Foreign Affairs (2019). Japan-China-ROK Trilateral Cooperation - <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/jck/index.html> acedido à 22:10 de 04/11/2021.
- Ministry of Foreign Affairs (2016). Japan's Legislation for Peace and Security - Seamless Responses for Peace and Security of Japan and the International Community - <https://www.mofa.go.jp/files/000143304.pdf> - acedido à 15:00 de 15/09/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2016). Japan's Security Policy – Security Environment Surrounding Japan and Challenges – Asia-Pacific Region - <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/jck/index.html> - acedido à 16:37 de 16/02/20.
- Ministry of Foreign Affairs (2008) Joint Statement between the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China on Comprehensive Promotion of a "Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests" - <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html> - acedido à 12:30 de 06/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2008). June 2008 Agreement - <https://www.mofa.go.jp/files/000091726.pdf> - acedido à 11:45 de 21/09/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2018). Looking Back over 40 Years of ODA to China - <https://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2018/html/topics/04.html> - acedido à 17:00 de 18/08/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2018). Premier of the State Council of China Li Keqiang Visits Japan Japan-China Summit Meeting and Banquet - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000857.html - acedido à 19:15 de 24/09/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2019). Press Conference by Foreign Minister Taro Kono - https://www.mofa.go.jp/press/kaiken/kaiken4e_000621.html - acedido à 16:30 de 09/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2018). Prime Minister Abe Visits China - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000958.html - acedido à 22h25 de 01/10/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (2014). Regarding Discussions toward Improving Japan-China Relations - https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000150.html - acedido à 22:40 de 30/09/2020.
- Ministry of Foreign Affairs (1992). Section 2. Objectives and Priorities of Japan's Foreign Policy - <https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1992/1992-1-2.htm> - acedido à 19:45 de 24/06/2021.
- Ministry of Foreign Affairs (2013). Statement by Minister for Foreign Affairs of Japan on Adoption of the “National Security Strategy (NSS)” - https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_000141.html - acedido as 11:15 - 17/02/20.
- Ministry of Foreign Affairs (2016). Status of activities by Chinese government vessels and Chinese fishing vessels in waters surrounding the Senkaku Islands - <https://www.mofa.go.jp/files/000180283.pdf> - acedido à 16:15 de 21/09/2020.

- Ministry of Foreign Affairs (1972). Treaty of Peace and Friendship Between Japan and the People's Republic of China - <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html> - Acedido às 17:45 10/02/20.
- Ministry of Foreign Affairs (2020). The status of China's unilateral development of natural resources - Map - <https://www.mofa.go.jp/files/000091724.pdf> - acedido às 15:00 de 21/09/2020.
- Nikkei staff writers (2021). China passes US as top Japanese export buyer topping 20%. *Asian-Nikkei* - <https://asia.nikkei.com/Economy/Trade/China-passes-US-as-top-Japanese-export-buyer-topping-20> - acedido às 19:45 de 13/03/2021.
- Regional Comprehensive Economic Partnership (2019). RCEP. RCEP. - <https://rcepsec.org/#> - acedido às 16:20 de 18/06/2021.
- Second Line of Defense Info (2019). Japan enhances perimeter defense - <https://sldinfo.com/2019/03/japan-enhances-perimeter-defense/> - acedido às 15:15 de 14/03/2021.
- Statista.com (2020). Japan companies operating in China - <https://www.statista.com/statistics/1024308/japan-companies-operating-china-number/> - acedido às 15:20 de 20/08/2020.
- Straits Times (2020). Japan, US oppose any move to alter status quo in disputed seas - <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/japan-us-oppose-any-move-to-alter-status-quo-in-disputed-seas> - acedido às 17:20 de 22/09/2020.
- Takahara, A. (2011). Issues and Future Prospects for Japan-China Relations. *TKFD* - <https://www.tkfd.or.jp/en/research/detail.php?id=188> - 19:55 de 06/10/2020.
- Tiezzi, S. (2015). Why 2020 Is a Make-or-Break Year for China. *The Diplomat* - <https://thediplomat.com/2015/02/why-2020-is-a-make-or-break-year-for-china/> - acedido às 16:00 de 16/06/2021.
- United Nations (2015). COP21 - Perguntas frequentes. United Nations - <https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2015/10/COP21-FAQ-Portuguese.pdf> - acedido às 16:00 de 18/06/2021.
- United Nations Conference on Trade and Development. Ships built by country of building, annual *in* unctadstat.unctad.org- <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx> - acedido às 22:30 de 13/09/2020.
- United States Forces in Japan. Guidance from the Commander, U.S. Forces Japan - <https://www.usfj.mil/About-USFJ/> - acedido às 16:20 de 07/10/2020.
- US-China Perception Monitor (2018, 5 de Abril). Seven Main Differences Between the China Dream and the American Dream - http://www.uscnpm.com/model_item.html?action=view&table=article&id=15813 - acedido às 21:15 de 29/11/2020.
- World Trade Integrated Solutions (2018). Importações Chinesas 2006-2018 - <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2006/EndYear/2018/T>

- [radeFlow/Import/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/MPRT-TRD-VL](#) - acedido às 10:45
18/02/30.
- World Trade Integrated Solutions (2018). Exportações Chinesas 2006-2018 - <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2006/EndYear/2018/radeFlow/Export/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/XPRT-TRD-VL> - acedido às 11:00
18/02/20.
 - World Trade Integrated Solutions (2018). Importações Japonesas 2006-2018 - <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/JPN/StartYear/2006/EndYear/2018/radeFlow/Import/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/MPRT-TRD-VL> - Acedido às 11:15
18/02/20.
 - World Trade Integrated Solutions (2018). Exportações Japonesas 2006-2018 - <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/JPN/StartYear/2006/EndYear/2018/radeFlow/Export/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/XPRT-TRD-VL> - acedido às 11:30
18/02/20.
 - Zou, Shuo (2021, 25 de Agosto), Xi's new era set thought set for schools. *In* China Daily - <https://www.chinadaily.com.cn/a/202108/25/WS61259859a310efa1bd66aea6.html> - acedido às 16:00 de 22/09/2021.

Anexo 1

Exportação chinesa para o Japão²⁷

Exports, FOB to Partner Countries

China, P.R.: Mainland

US Dollars, Millions

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Japan	151,509.25	149,912.34	149,451.72	135,897.05	129,617.47	137,528.61	147,564.61	143,223.97

Importação japonesa da China²⁸

Imports, CIF from Partner Countries

China, P.R.: Mainland

US Dollars, Millions

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Japan	177,726.83	162,219.41	162,685.64	142,715.66	145,524.03	165,773.12	180,478.66	171,523.31

²⁷ Exports, FOB to partner countries in data.imf.org (<https://data.imf.org/regular.aspx?key=61013712> – acessado 16:00 de 13/03/2021)

²⁸ Imports, CIF from Partner Countries (<https://data.imf.org/regular.aspx?key=61013712> – acessado 16:00 de 13/03/2021)

Exportação japonesa para a China²⁹

Exports, FOB to Partner Countries

Japan

US Dollars, Millions

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
China, P.R.: Mainland	144,202.60	129,052.21	126,346.82	109,215.78	113,877.16	132,817.04	143,998.24	134,709.92

Importação chinesa do Japão³⁰

Imports, CIF from Partner Countries

Japan

US Dollars, Millions

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
China, P.R.: Mainland	188,495.40	180,784.71	180,888.50	160,598.42	156,560.61	164,354.25	173,537.61	169,233.05

²⁹ Exports, FOB to partner countries in data.imf.org (<https://data.imf.org/regular.aspx?key=61013712> – acedido 16:15 de 13/03/2021)

³⁰ Imports, CIF from Partner Countries (<https://data.imf.org/regular.aspx?key=61013712> – acedido 16:15 de 13/03/2021)

Anexo 2

Reuniões de líderes

Ano	09/2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Encontros	0	0	1	2	2	2	3	2	0

(Fonte: MOFA)

Data	Local	Ocasião
Novembro de 2014	Pequim	APEC
Abril de 2015	Jakarta	60º aniversário da Conferência de Bandung
Novembro de 2015	Paris	COP 21
Setembro de 2016	Hangzhou	G20
Novembro de 2016	Lima	APEC
Julho de 2017	Hamburgo	G20
Novembro de 2017	Da Nang	APEC
Setembro de 2018	Vladivostok	Fórum Económico Oriental
Outubro de 2018	Pequim	Visita oficial de Abe à China
Novembro de 2018	Buenos Aires	G20
Junho de 2019	Osaka	G20

Dezembro de 2019	Chengdu	Trilateral Summit
------------------	---------	-------------------

(Fonte: MOFA)

Reuniões de primeiros-ministros

Ano	09/2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Encontros	0	0	0	1	1	1	2	2	0

(Fonte: MOFA)

Reuniões entre Ministros dos Negócios Estrangeiros

Ano	09/2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Encontros	1	0	1	3	3(+1)	4	4	6	1

(Fonte: MOFA)

Anexo 3

Importações japonesas da China³¹

Product code	Product label	Japan's imports from China							
		Value in 2012	Value in 2013	Value in 2014	Value in 2015	Value in 2016	Value in 2017	Value in 2018	Value in 2019
'TOTAL	All products	188500370	180977514	181294159	160501113	156848668	164587366	173814744	169236468
'85	Electrical machinery and equipment and parts thereof; sound recorders and reproducers, television ...	47461124	48648239	50814571	44741813	44666561	46828024	48280487	46274707
'84	Machinery, mechanical appliances, nuclear reactors, boilers; parts thereof	32322300	31435065	31803259	27238827	26635438	28550655	30756692	31858038
'61	Articles of apparel and clothing accessories, knitted or crocheted	12959691	12600568	11128876	9677766	8889923	8527037	8537283	8058003
'62	Articles of apparel and clothing accessories, not knitted or crocheted	12134193	11478323	9927742	8568955	8108718	8219273	8483345	7824230
'94	Furniture; bedding, mattresses, mattress supports, cushions and similar stuffed furnishings; ...	5133516	4981055	4971230	4488492	4553640	4692317	4896957	5023079

³¹ China's imports from Japan -

https://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx?nvpm=1%7c392%7c%7c156%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1

'90	Optical, photographic, cinematographic, measuring, checking, precision, medical or surgical ...	5406341	4753802	4686411	4382807	4381487	4672353	4895679	4954760
'39	Plastics and articles thereof	5219448	5184233	5287258	4838205	4858922	4996325	5065167	4920900
'95	Toys, games and sports requisites; parts and accessories thereof	6077765	5249172	5091967	4041922	4010562	5085592	4995165	4615333
'87	Vehicles other than railway or tramway rolling stock, and parts and accessories thereof	3862117	4060848	4307050	3914441	3994343	4264317	4472352	4298427
'73	Articles of iron or steel	4051772	3709161	3904348	3657657	3583222	3605424	4112379	4188734

Importações chinesas do Japão³²

Product code	Product label	China's imports from Japan							
		Value in 2012	Value in 2013	Value in 2014	Value in 2015	Value in 2016	Value in 2017	Value in 2018	Value in 2019
'TOTAL	All products	177832336	162245573	162920512	143092949	145771152	165494647	180401786	171523312
'85	Electrical machinery and equipment and parts thereof; sound recorders and reproducers, television ...	45825267	40624114	40571097	38753074	40477985	42017571	44350456	43619638

³² China's Imports from Japan -

https://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx?nvpm=1%7c156%7c%7c392%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1

'84	Machinery, mechanical appliances, nuclear reactors, boilers; parts thereof	35914495	29369727	30377555	26314514	27267092	34513300	40711944	36417826
'87	Vehicles other than railway or tramway rolling stock, and parts and accessories thereof	15423786	14529180	15967918	12378162	13842319	16492644	18195978	17921778
'90	Optical, photographic, cinematographic, measuring, checking, precision, medical or surgical ...	16751983	16305376	16544265	14521257	14262632	15773874	15828839	15170060
'39	Plastics and articles thereof	10805529	10150719	9984970	8690571	8739005	9708682	9814964	9672298
'29	Organic chemicals	8092950	10098129	8430959	6595325	5825509	6931764	7417914	6505860
'72	Iron and steel	9128204	8082517	7681224	5970307	5138315	5976429	5700462	4712135
'33	Essential oils and resinoids; perfumery, cosmetic or toilet preparations	405945	352106	471203	665730	883820	1514953	2758287	3711681
'38	Miscellaneous chemical products	3120205	2964944	3003282	2662416	2872093	3256628	3527969	3484813
'74	Copper and articles thereof	4193092	3948097	3768351	3169207	2938160	3048449	3744413	3105536

Anexo 4

Fluxo de IDE Japonês na China com base na balança de pagamentos, líquida (2006-2019) (USD\$ Milhões)³³

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
China	6 169	6 218	6 496	6 899	7 252	12 649	13 479	9 104	10 889	10 011	9 534	12 417	11 999	14 371

Fluxo de IDE Chinês no Japão com base na balança de pagamentos, líquida (2006-2019) (USD\$ Milhões)³⁴

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
China	12	15	37	-137	314	109	72	140	767	636	-92	997	805	1 911

³³ <https://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics.html>

³⁴ <https://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics.html>

Anexo 5

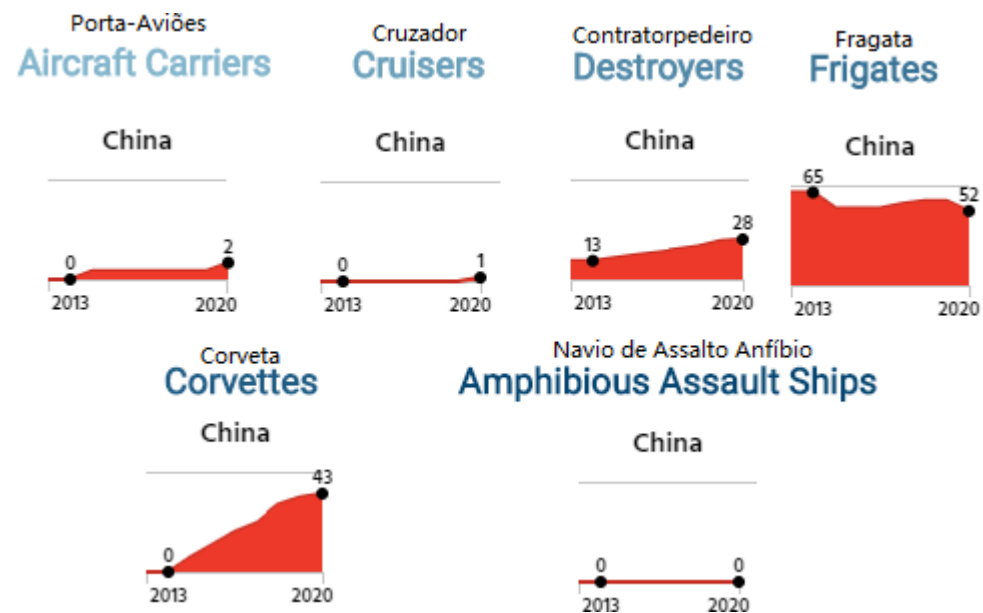


Figura 1 - Evolução da Marinha Chinesa de Superfície (2013-2020)³⁵

³⁵ How is China Modernizing its Navy? in chinapower.csis.org – 17/12/2018 (<https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/> - acessido às 15:00 de 12/09/2020)

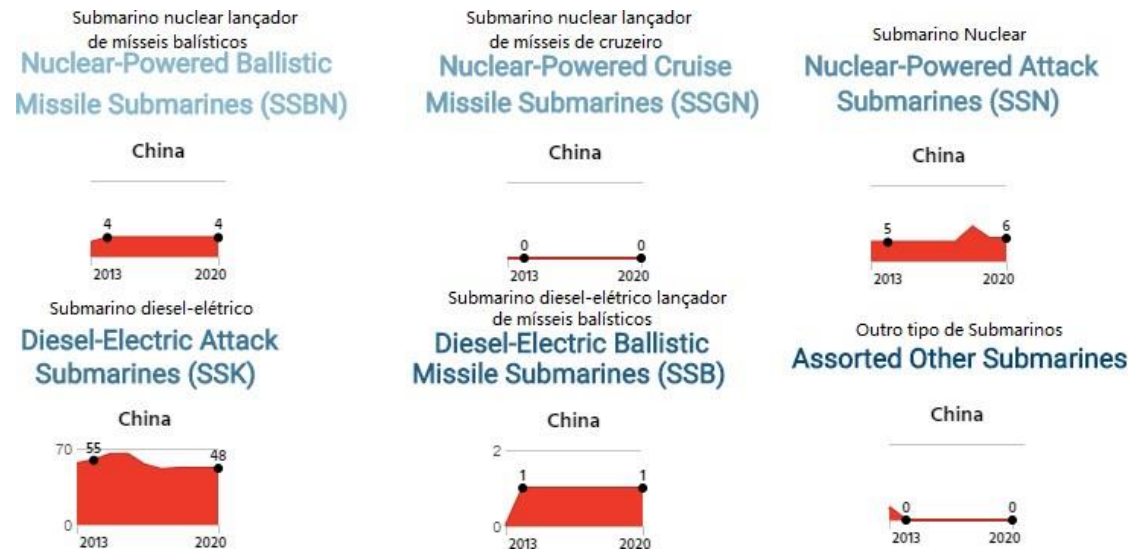


Figura 2 - Evolução da frota de submarinos da Marinha chinesa (2013-2020)³⁶

³⁶ How is China Modernizing its Navy? in chinapower.csis.org – 17/12/2018 (<https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/> - - acessido às 15:00 de 12/09/2020)

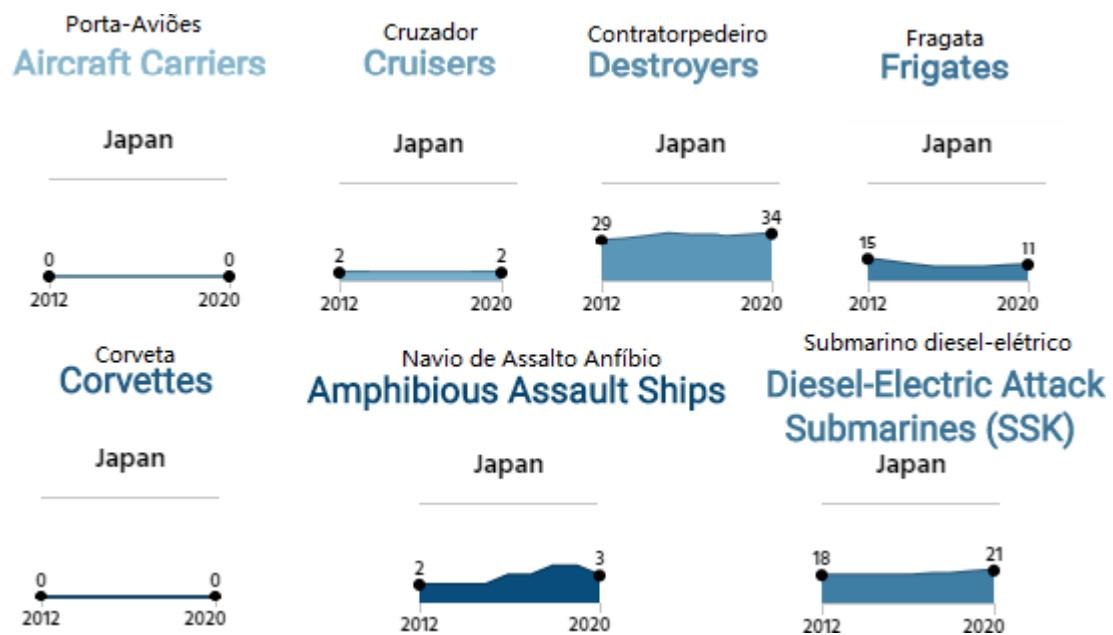
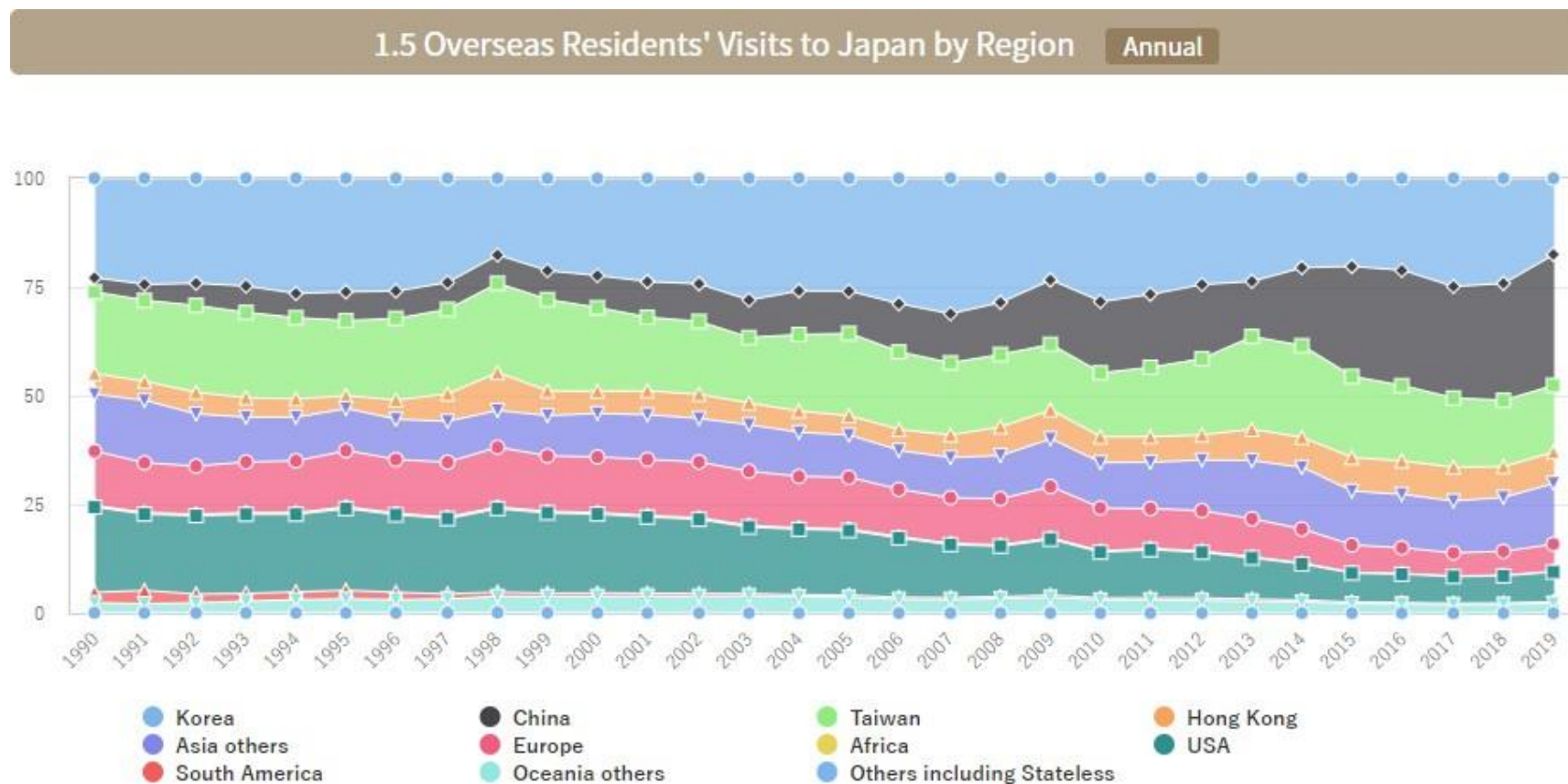


Figura 3 - Evolução da Marinha japonesa de superfície e submarina (2012-2020)³⁷

³⁷ How is China Modernizing its Navy? in chinapower.csis.org – 17/12/2018 (<https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/> - acessido às 21:30 de 12/09/2020)

Anexo 6

Visitas de Residentes no Estrangeiro ao Japão³⁸



³⁸ 1.5 Overseas Residents' Visits to Japan in tourism.jp – 10/02/2021 (<https://www.tourism.jp/en/tourism-database/stats/inbound/> - acessido às 15:00 de 13/03/2021)

Anexo 7

Importações chinesas

Partner Name	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
① Japan	115,672,580.89	133,950,504.40	150,600,041.10	130,937,524.83	176,736,084.14	194,567,856.31	177,832,335.54
① Korea, Rep.	89,724,142.14	103,751,686.39	112,137,921.10	102,551,711.65	138,339,223.04	162,716,842.97	168,728,402.32
① Other Asia, nes	87,098,633.29	101,027,665.93	103,338,102.99	85,722,960.61	115,733,646.00	124,910,647.34	132,199,339.06
① United States	59,314,269.71	69,547,964.50	81,585,556.13	77,755,100.82	102,734,184.54	123,124,009.89	133,765,823.05
① Germany	37,879,365.20	45,384,335.45	55,789,930.10	55,764,084.07	74,251,272.08	92,726,219.51	91,933,080.63
Partner Name	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
① Japan	162,245,572.78	162,920,512.07	142,902,572.98	145,670,688.47	165,794,005.81	180,401,786.15	
① Korea, Rep.	183,072,918.42	190,108,773.47	174,506,082.80	158,974,531.29	177,553,154.15	204,566,451.23	
① Other Asia, nes	156,405,132.36	152,007,130.35	143,204,214.97	138,847,226.61	155,961,303.18	177,346,960.19	
① United States	153,394,862.03	160,064,513.78	148,693,056.21	135,120,133.07	154,441,855.87	156,004,352.08	
① Germany	94,156,749.71	105,012,759.99	87,623,361.07	86,109,029.80	96,940,109.12	106,257,241.33	

Figura 4 Fonte: World Trade Integrated Solutions³⁹

³⁹ Chinese Imports (<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2006/EndYear/2018/TradeFlow/Import/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/MPRT-TRD-VL> - acedido às 10:45 18/02/30)

Exportações chinesas

Partner Name	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
① United States	203,801,045.74	233,168,789.98	252,843,530.64	221,295,019.64	283,780,322.74	325,010,987.55	352,438,221.02
① Hong Kong, China	155,309,068.12	184,438,213.74	190,729,034.56	166,216,920.15	218,301,359.50	267,983,736.81	323,445,330.29
① Japan	91,622,673.33	102,062,496.25	116,132,454.52	97,910,965.89	121,043,964.53	148,268,708.07	151,626,580.72
① Korea, Rep.	44,522,206.86	56,432,015.98	73,931,989.52	53,679,876.61	68,766,311.13	82,920,307.88	87,673,764.18
① Germany	40,314,598.13	48,744,144.23	59,208,951.16	49,919,564.28	68,047,133.40	76,399,999.43	69,212,732.30
Partner Name	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
① United States	369,063,858.56	397,099,249.67	409,979,244.39	385,677,759.42	430,328,146.52	479,701,580.55	
① Hong Kong, China	384,497,866.93	363,077,143.71	330,462,787.18	287,251,662.04	279,210,546.47	302,960,300.76	
① Japan	150,132,588.98	149,391,340.47	135,616,442.81	129,268,487.38	137,258,933.31	147,235,099.29	
① Korea, Rep.	91,164,951.04	100,333,450.81	101,286,384.15	93,707,103.46	102,703,776.59	109,028,748.90	
① Germany	67,342,500.44	72,703,048.97	69,154,833.61	65,214,030.65	71,134,400.10	77,908,711.12	

Figura 5 Fonte: World Integrated Trade Solutions⁴⁰

⁴⁰ Chinese Exports (<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2006/EndYear/2018/TradeFlow/Export/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/XPRT-TRD-VL> - acessado às 11:00 18/02/20)

Importações japonesas

Partner Name	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
China	118,525,736.27	127,922,365.76	143,229,984.36	122,574,080.73	153,203,233.77	183,882,189.76	188,500,370.26
United States	69,384,707.25	72,409,977.67	78,937,218.52	60,590,108.58	69,114,692.54	76,266,742.31	78,216,398.54
Saudi Arabia	37,191,495.90	35,286,964.79	51,116,474.05	29,150,984.17	35,972,010.04	50,558,156.68	54,850,069.98
United Arab Emirates	31,575,378.87	32,361,779.14	47,531,823.34	34,751,479.23	45,096,684.25	56,688,392.61	56,449,991.81
Australia	27,927,415.06	31,252,148.40	47,052,340.65	22,665,337.94	29,341,036.19	42,863,622.94	43,989,642.80
Partner Name	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
China	180,977,514.21	181,294,159.26	160,559,698.70	156,552,583.05	164,478,683.45	173,611,807.47	
United States	71,958,767.38	73,045,283.42	68,347,457.58	69,221,593.00	73,833,310.71	83,570,878.69	
Saudi Arabia	49,856,199.03	47,414,450.52	2,708,566.10	19,570,254.43	27,773,880.97	33,775,157.45	
United Arab Emirates	51,026,036.09	48,117,721.95	34,791,622.27	30,432,596.11	38,968,125.91	45,680,381.34	
Australia	42,527,755.02	41,595,447.13	23,521,356.90	17,298,552.51	20,741,993.70	27,577,738.03	

Figura 6 Fonte: World Integrated Trade Solutions⁴¹

⁴¹ Japanese Imports (<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/JPN/StartYear/2006/EndYear/2018/TradeFlow/Import/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/MPRT-TRD-VL> - Acedido às 11:15 18/02/20)

Exportações japonesas

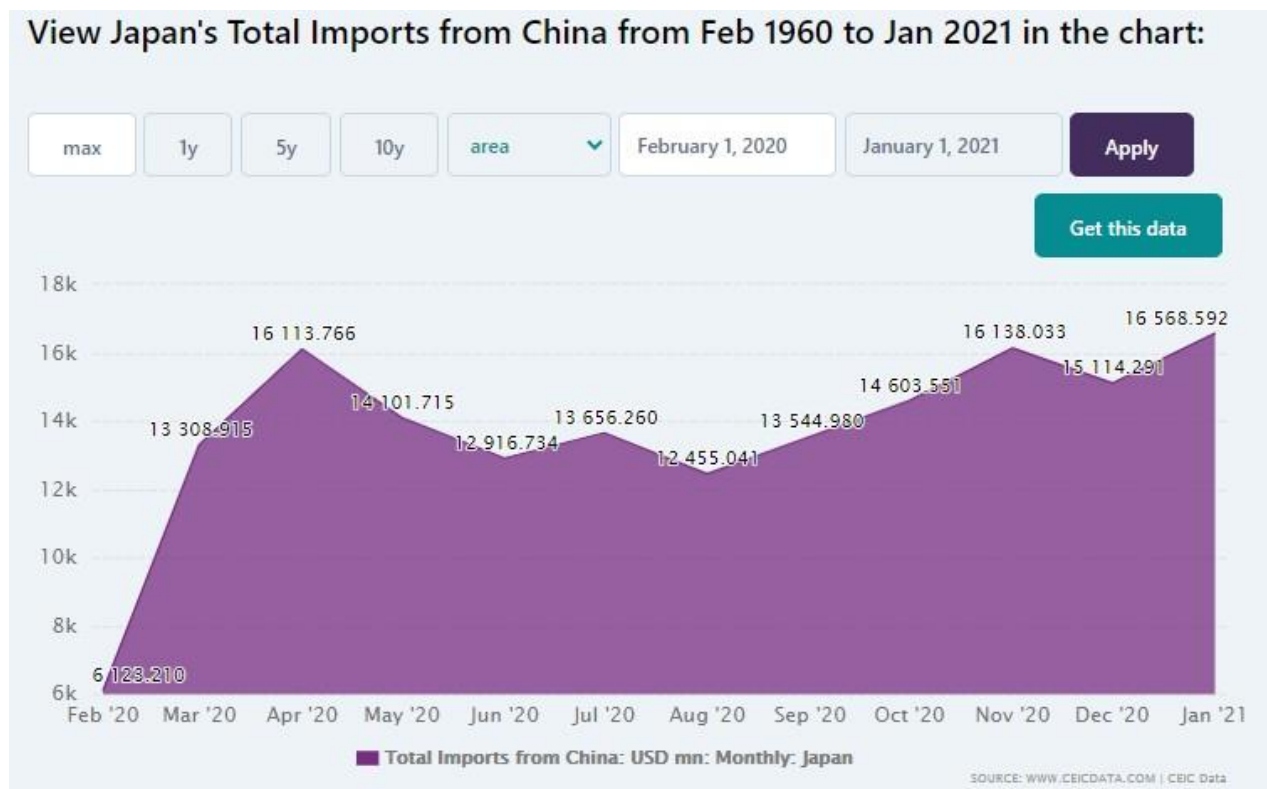
Partner Name	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
(i) United States	147,197,746.51	145,624,196.38	138,704,955.17	95,302,741.17	120,338,243.05	127,674,664.54	142,084,774.54
(i) China	92,769,551.02	109,270,655.88	124,900,515.03	109,727,427.88	149,450,758.99	162,035,385.93	144,184,828.42
(i) Korea, Rep.	50,270,020.23	54,333,485.09	59,492,555.21	47,273,085.31	62,361,077.50	66,174,008.82	61,527,648.36
(i) Other Asia, nes	44,102,734.35	44,889,148.49	46,117,644.02	36,434,430.39	52,470,975.89	50,960,356.50	46,017,247.57
(i) Hong Kong, China	36,433,487.77	38,909,388.24	40,294,052.16	31,893,945.00	42,312,418.08	42,948,021.25	41,043,557.92
Partner Name	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
(i) United States	134,539,553.48	130,773,312.21	126,387,232.49	130,585,866.47	135,059,633.50	140,663,642.06	
(i) China	129,401,393.69	126,361,385.61	109,277,767.00	113,830,233.71	132,785,531.08	144,053,344.74	
(i) Korea, Rep.	56,513,453.07	51,520,342.76	44,018,768.43	46,235,237.67	53,307,752.96	52,482,082.15	
(i) Other Asia, nes	41,612,715.85	39,959,020.42	36,960,993.85	39,297,003.37	40,643,795.30	42,393,797.65	
(i) Hong Kong, China	37,418,391.71	38,143,173.33	35,006,278.28	33,624,337.74	35,437,095.85	34,723,305.69	

Figura 7 Fonte: World Integrated Trade Solutions⁴²

⁴² Japanese Exports (<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/JPN/StartYear/2006/EndYear/2018/TradeFlow/Export/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/XPRT-TRD-VL> - acessado às 11:30 18/02/20)

Anexo 8

Importações de produtos chineses pelo Japão em 2020⁴³



⁴³ Total Imports from China: USD mn: Monthly: Japan in ceicdata.com (<https://www.ceicdata.com/en/indicator/japan/total-imports-from-china> - acessado às 20:00 de 13/03/2021)

Anexo 9

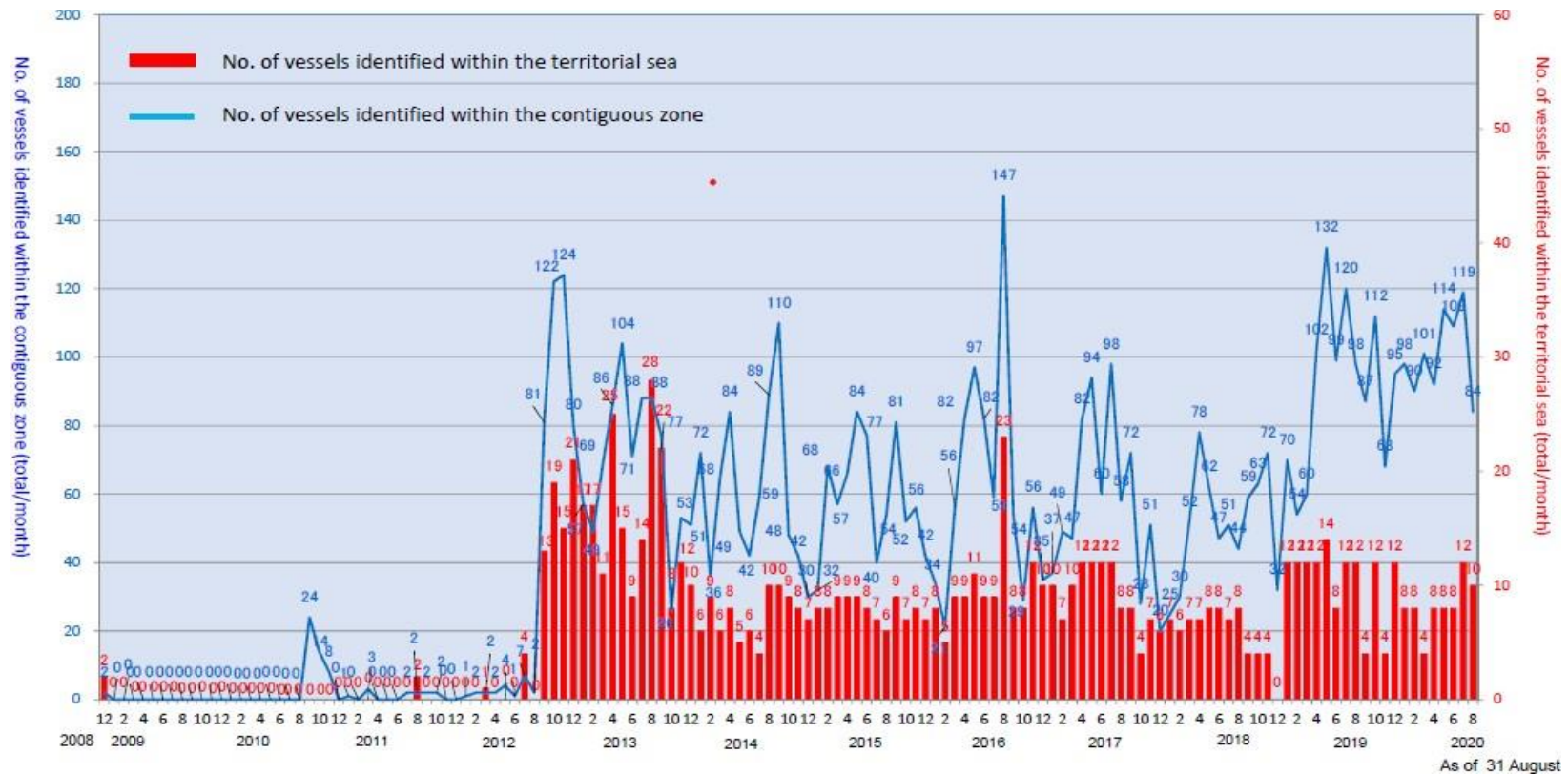


Figura 8 - Incursões de embarcações chinesas em mar territorial japonês e zona contígua (12/2008 até 08/2020)⁴⁴

⁴⁴ The numbers of Chinese government and other vessels that entered Japan's contiguous zone or intruded into territorial sea surrounding the Senkaku Islands *in mofa.jp* – 09/2020 (<https://www.mofa.go.jp/files/000465486.pdf> - *acedido às 12:00* de 16/09/2020)

Anexo 10



Figura 9 - Incursões de embarcações chinesas em mar territorial japonês e zona contígua (12/2008 até 08/2020)⁴⁵

⁴⁵ Status of activities by Chinese government vessels and Chinese fishing vessels in waters surrounding the Senkaku Islands *in* mofa.jp – 26/08/2016 (<https://www.mofa.go.jp/files/000180283.pdf> - acessado às 16:15 de 21/09/2020)

